



**Relatório de  
Atividades**  
2017 - 2018



**BIÊNIO 2016/2018**

**Diretora**

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

**Vice-Diretora**

Ministra Maria de Assis Calsing





# Sumário

» Composição – Biênio 2016/2018.....	11
» Formação de Magistrados do Trabalho .....	13
» <i>Modalidade de Educação Presencial</i> .....	13
» <i>Modalidade de Educação à Distância</i> .....	13
» Formação Inicial .....	15
» <i>22º Curso de Formação Inicial</i> .....	15
» <i>23º Curso de Formação Inicial</i> .....	90
» Formação Continuada .....	161
» <i>Modalidade de Educação à Distância</i> .....	161
» Formação de Formadores .....	169
» <i>Modalidade de Educação Presencial</i> .....	169
» <i>Modalidade de Educação Semipresencial</i> .....	173
» Convênios e Acordos de Cooperação .....	177
» Resoluções e Atos.....	181
» Conselho Consultivo .....	185
» Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho.....	197
» Concurso Público Nacional Unificado .....	219
» <i>Procedimento Unificado de Remoção</i> .....	224
» Palestras e Visitas Institucionais Realizadas .....	229
» Visitas Recebidas .....	237
» Outros Eventos.....	241
» Tecnologia da Informação.....	257
» Orçamento.....	259
» Tabelas e Gráficos.....	263
» Expediente.....	279

The image shows the facade of a modern building with a light-colored, textured stone or concrete finish. The building is composed of several vertical panels. On the left, there is a section with a dark, grid-like pattern of vertical bars. The main part of the building is a large, rectangular panel with the text 'ENAMAT ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO' inscribed on it. The text is in a bold, sans-serif font and is arranged in four lines, slanted upwards from left to right. The background is a clear blue sky, and there are some green leaves visible in the top left corner.

**ENAMAT**  
**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO**  
**E APERFEIÇOAMENTO**  
**DE MAGISTRADOS DO TRABALHO**





## Apresentação



As atividades desenvolvidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), apresentadas neste relatório, referem-se ao ano de 2017 e aos meses iniciais de 2018, até o término do mandato da atual direção (Biênio 2016/2018). O relatório abrange as atividades que foram programadas e executadas no cumprimento das atribuições institucionais da ENAMAT, de proporcionar aos Magistrados do Trabalho formação profissional inicial e continuada.

O ano de 2017 iniciou com o extraordinário desafio de implantar e realizar o 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, atribuído à ENAMAT pela Resolução TST nº 1.861, de 28 de novembro de 2016, o que demandou intensas ações e esforços por parte desta gestão, dos demais ministros do TST, dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, magistrados e servidores e outros profissionais envolvidos no processo, que atuaram harmonicamente, de modo a definir, programar e executar as diversas fases do Concurso.

Após o delineamento do projeto básico, em que se definiram competências, foram criadas comissões com diferentes atribuições para a concretização do certame: Comissão Executiva Nacional de Concurso e Comissões Examinadoras, com o apoio de Comissões Executivas locais, estas constituídas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Com as mudanças advindas da nova atribuição, foi alterada a estrutura da ENAMAT para atender às múltiplas novas demandas. Assim, passou a contar com três coordenadorias: uma especificamente projetada para cuidar da gestão do Concurso Público – Coordenadoria de Concurso –, a Coordenadoria de Formação e a Coordenadoria Administrativa.

A ENAMAT, considerando a complexidade da realização de um concurso nacional, procedeu à contratação de instituição especializada, após seleção em procedimento administrativo, para auxílio nas atividades operacionais e de assessoramento na execução do Concurso.

Tornou-se necessário, em momento antecedente ao 1º Concurso Público Nacional Unificado, promover a realização de Concurso de Remoção de Juízes, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, definindo-se as vagas que seriam oferecidas no certame.

A ENAMAT realizou, em 2017, as duas primeiras etapas do Concurso Nacional Unificado, com a aplicação da Prova Objetiva Seletiva e das provas escritas, Discursiva e de Sentença. Em 2 de fevereiro divulgou os nomes e notas dos candidatos aprovados na segunda prova. Após julgamento de recursos, proceder-se-á à correção das provas de sentença dos que forem aprovados. A terceira etapa, composta pela Inscrição Definitiva, Exames de Sanidade Física e Mental e Sindicância da Vida Progressiva, a quarta etapa, referente à Prova Oral, e a quinta etapa, consistente em Avaliação de Títulos, ocorrerão a partir de março de 2018.

Como se pode verificar, mostraram-se extremamente frutíferos os resultados já obtidos no que concerne à implantação do Concurso Público Nacional Unificado, tendo a ENAMAT atingido todos os objetivos a que se propôs em 2017 para a consecução da relevante tarefa que lhe foi incumbida, que é a de promover a seleção de futuros Magistrados com as condições necessárias ao exercício da prestação jurisdicional na Justiça do Trabalho, os quais terão complementados seus conhecimentos com a formação profissional desenvolvida pela Escola Nacional e pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Na área de formação, a ENAMAT, no exercício de seu importante papel constitucional, ofereceu diversos cursos de preparação de Magistrados do Trabalho, sob três vertentes: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

Em 2017, a ENAMAT promoveu, para Juízes Substitutos, por ocasião do ingresso na Justiça do Trabalho, dois cursos de Formação Inicial. Com o total de 52 Alunos-Juízes capacitados, foram ministrados o 22º e o



23º Cursos de Formação Inicial, esse último com ênfase em aspectos que envolvem a aplicação das novas normas introduzidas pela Reforma Trabalhista.

Na Formação Continuada, em 2017/2018, a prioridade recaiu sobre os cursos de educação à distância, em virtude de sua maior abrangência, que possibilita a participação de Magistrados de todas as Regiões do País, com redução de custos em relação ao ensino tradicional. A ENAMAT, dessa forma, realizou 10 (dez) cursos na modalidade de educação à distância, com o total de 1.707 Magistrados atendidos.

A Formação de Formadores para a qualificação de profissionais de ensino, enfocando técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem adequadas à realidade vivenciada na jurisdição, contemplou, em 2017, a realização de cinco cursos nas modalidades presencial e à distância para Magistrados do Trabalho, com o total de 156 Juízes atendidos. Ainda com o intuito de preparar formadores sobre administração escolar, para a aplicação do Módulo EJudTRT – SIGESP, foram capacitados 19 servidores de Escolas Judiciais, na modalidade semipresencial.

A ENAMAT, no ano de 2017 e em janeiro e fevereiro de 2018, obteve significativa conquista na área de formação, com o atendimento de 1.934 alunos. Vale salientar que essa excelente marca foi alcançada no mesmo período de implantação do Concurso Público Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho, denotando a grande obra realizada pela Escola em 2017/2018, para a qual concorreram o empenho, a diligência e a tenacidade do corpo técnico-administrativo da Instituição e de todos os seus colaboradores.

Para a consecução dos objetivos e metas definidos, esta gestão atuou em sinergia com o Conselho Consultivo da ENAMAT para a definição de diretrizes e aprovação de propostas que permitiram a apropriada condução das ações desencadeadas e materializadas no período. Também foram conjugadas ações voltadas para o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), do qual a ENAMAT é coordenadora, tendo em vista harmonizar a formação de Magistrados do Trabalho e propiciar-lhe melhor desenvolvimento. Nesse contexto, a Escola Nacional destinou recursos essenciais às Escolas Judiciais, a fim de viabilizar ou incrementar a realização de atividades formativas locais.

Ao término da atual gestão, apresento os agradecimentos e homenagens da Direção da Escola aos magistrados, servidores e colaboradores que construíram a realidade e possibilitaram conquistas e resultados para a Magistratura do Trabalho nos arrojados projetos levados a cabo pela ENAMAT em 2017/2018, especialmente ao incondicional apoio do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.



**Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi**

Diretora da ENAMAT





ESCOLA NACIONAL DE  
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE  
MAGISTRADOS DO TRABALHO

  
Tribunal  
Superior  
do Trabalho

**ENAMAT**

## Composição – Biênio 2016/2018

### Direção



*Ministra Maria Cristina  
Irigoyen Peduzzi  
Diretora da ENAMAT*



*Ministra Maria de Assis Calsing  
Vice-Diretora da ENAMAT*

### Conselho Consultivo



*Ministro João Batista Brito Pereira*



*Ministra Dora Maria da Costa*



*Ministro Hugo Carlos Scheuermann*



*Desembargador Luiz  
Ronan Neves Koury  
TRT da 3ª Região*



*Desembargador Alexandre  
Corrêa da Cruz  
TRT da 4ª Região*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho  
João Marcelo Balsanelli  
TRT da 24ª Região*





## Formação de Magistrados do Trabalho

A formação dos Magistrados Trabalhistas pela ENAMAT desenvolve-se em três vertentes:

- Formação Inicial;
- Formação Continuada;
- Formação de Formadores.

A Formação Inicial realiza-se exclusivamente de forma presencial, enquanto a Formação Continuada e a Formação de Formadores utilizam geralmente as modalidades de educação presencial e à distância.

A adequada e sincrônica realização das atividades formativas, no âmbito da Justiça Trabalhista, ocorre por meio do Sistema Integrado de Formação dos Magistrados do Trabalho (SIFMT), coordenado pela ENAMAT e composto pelas 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Com isso, é possível o diagnóstico de dificuldades regionais; a apresentação de soluções coletivas, alinhadas nacionalmente; e a atuação conjunta e cooperada das Escolas.

### Modalidade de Educação Presencial

Na modalidade presencial, os cursos realizados pela ENAMAT ocorrem em sua sede em Brasília, no auditório e salas de aula que compõem sua estrutura física. A ENAMAT enfatiza a utilização de técnicas de ensino modernas e diversificadas, que devem privilegiar a participação ativa dos Juízes, a fim de assegurar melhor aproveitamento nos cursos e vivência de situações práticas, tais como dinâmicas de grupo, debates após exposição, laboratórios, oficinas, painéis e mesas-redondas.

O processo de avaliação da aprendizagem é formativo e desenvolve-se durante todo o curso. É recomendada avaliação interativa conjugada com técnicas, entre as quais: relatórios (de observação crítica e de práticas); resumos (de leituras, de casos ou de procedimentos/rotinas); trabalhos em grupo (de execução de atividades coletivizadas ou integradas em procedimentos na prática judiciária, de redação ou planejamento); estudo de casos ou solução de problemas (simulados ou reais); execução de atividades simuladas com indicadores de desempenho (utilização adequada de técnicas específicas ou obtenção de resultados).

### Modalidade de Educação à Distância

A educação à distância promovida pela ENAMAT apresenta tendência sempre crescente nos respectivos projetos e programas, dada a importância da tecnologia na sociedade atual e a possibilidade de alcançar concomitantemente magistrados de todas as Regiões do País, em maior quantitativo e com elevada capacidade de interação entre eles, considerando-se, ainda, a redução de custos na produção de cursos.

Conforme adotado pela ENAMAT, a proposta pedagógica privilegia procedimentos didáticos próprios da educação à distância. O aluno tem acesso ao material especificamente produzido para o curso e atua em regime de aprendizado colaborativo, em que há interação entre os participantes. A ENAMAT utiliza a ferramenta Moodle, com ênfase em discussões e interações realizadas por meio da atividade fórum.

A avaliação é formativa e ocorre em cada aula virtual, incidindo sobre as competências que os alunos desenvolvem e o domínio do conteúdo, mediante a análise de sua participação nas atividades previstas no ambiente virtual de aprendizagem.





## Formação Inicial

A realização do Curso de Formação Inicial (CFI) para Juízes Substitutos recém-ingressados na carreira da magistratura, Módulo Nacional, constitui atribuição da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) estabelecida nas Resoluções Administrativas – TST nºs 1.140/2006 e 1.158/2006, atualizadas e consolidadas, respectivamente, pelas Resoluções Administrativas – TST nºs 1.362/2009 e 1.363/2009.

Com duração aproximada de um mês, o curso tem o conteúdo organizado de forma transdisciplinar, dando ênfase às principais habilidades da rotina judiciária e aos temas relativos às ferramentas tecnológicas utilizadas na prestação jurisdicional e ética aplicada, ultrapassando, assim, a formação acadêmica propiciada pelas Faculdades de Direito do País.

Em 2017, a ENAMAT promoveu dois cursos de Formação Inicial: o 22º e o 23º CFI, conforme a seguir se apresenta.

### 22º Curso de Formação Inicial

2 a 26 de maio de 2017

O 22º Curso de Formação Inicial promovido pela ENAMAT contou com a participação de 33 Juízes, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 1ª Região – 8 Juízes
- 2ª Região – 16 Juízes
- 4ª Região – 4 Juízes
- 11ª Região – 1 Juiz
- 14ª Região – 3 Juízes
- 23ª Região – 1 Juíza



Foto oficial do 22.º CFI

## Quadro Geral dos Componentes Curriculares

<b>Abertura</b>	<b>30min/aula</b>
<b>Aula Especial</b>	<b>1h30min/aula</b>
<b>Atividade de Integração</b>	<b>2h/aula</b>
<b>01. Bloco de Disciplinas Básicas</b>	<b>96h/aula</b>
<i>01.01. Deontologia Profissional Aplicada</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.02. Técnica de Decisão Judicial</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.03. Sistema Judiciário</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.04. Linguagem Jurídica</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.05. Administração Judiciária</i>	<i>4h/aula</i>
<i>01.06. Teoria Geral do Juízo Conciliatório</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.07. Relacionamento com a Sociedade e a Mídia</i>	<i>2h/aula</i>
<i>01.08. Temas Contemporâneos</i>	<i>21h/aula</i>
<i>01.09. Efetividade da Execução Trabalhista</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.10. Laboratório Judicial</i>	<i>51h/aula</i>
<b>02. Bloco de Disciplinas Complementares</b>	<b>8h/aula</b>
<i>02.01. Técnica de Instrução Processual Trabalhista</i>	<i>4h/aula</i>
<i>02.02. Educação Previdenciária</i>	<i>2h/aula</i>
<i>02.03. Direito Coletivo do Trabalho</i>	<i>2h/aula</i>
<b>03. Bloco de Estágios e de Estudo</b>	<b>18h/aula</b>
<i>03.01. Estágios Supervisionados</i>	<i>18h/aula</i>
<b>Formatura</b>	<b>2h/aula</b>
<b>Carga horária total</b>	<b>128h/aula</b>

### » Atividades de Integração

Ao serem recebidos na ENAMAT, os Alunos-Juizes tiveram, no primeiro dia do curso, orientações sobre os seguintes itens: material para uso em aula; frequência e aproveitamento; relatório de frequência, avaliação e certificado de conclusão; requerimento para afastamento; biblioteca do TST; serviços de saúde, transporte, segurança e refeições; atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica; instalações da ENAMAT.

### Apresentação:

Servidores da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT

Desenvolveram-se, ainda, outras importantes atividades destinadas à integração dos Alunos-Juizes, para situá-los em relação a diversas questões relacionadas ao Curso e à ENAMAT, com o objetivo, ainda, de proporcionar a interação entre os participantes.



Foram examinados durante essa fase os temas a seguir:

- A Importância da Formação Profissional para os Magistrados
- A Estruturação e a Dinâmica do 22º CFI
- Apresentação da Escola

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Coordenador do 22º CFI



*Servidores da ENAMAT desenvolvem atividades de integração com Alunos-Juízes*



*Equipe da ENAMAT acompanha atividades de integração*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli, Juiz Auxiliar da ENAMAT e Coordenador do 22º CFI*



*Alunos-Juizes desenvolvem atividades de integração no 22º CFI*





*Alunos-Juizes do 22º CFI em atividades de integração*



*Alunos-Juizes do 22º CFI em atividades de integração*



*Alunos-Juizes do 22º CFI em período de integração*

## » Cerimônia de Abertura do 22º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional

Compuseram a Mesa de Honra da cerimônia de abertura do 22º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional, promovido pela ENAMAT, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, conferencista; o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da Escola Nacional; a Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT; e o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. A cerimônia foi presidida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que proferiu palestra aos Alunos-Juizes, apresentando a importância da formação inicial para a prestação jurisdicional e desejando boas-vindas ao Curso.



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, faz pronunciamento na abertura do 22º CFI*



*Mesa de honra da cerimônia de abertura do 22º CFI*



» **CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO 22º CFI**

Tema: Transformações do Direito Contemporâneo

**Conferencista:**

Ministro Luís Roberto Barroso – Supremo Tribunal Federal



*Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, profere conferência na abertura do 22º CFI*



*Ministros do TST na Conferência de Abertura*



*Ministros do TST na Conferência de Abertura*



*Ministros do TST na Conferência de Abertura*



*Alunos-Juizes do 22º Curso de Formação Inicial na cerimônia de abertura*



A aula inaugural do 22º CFI foi proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que tratou sobre as transformações do Direito contemporâneo e seus impactos na Justiça do Trabalho.

Segundo o Ministro, o século XX transformou o Direito, quando ocorreram três grandes mudanças de paradigma na prática do Direito Constitucional: a superação do formalismo jurídico, ou seja, a aplicação do Direito por um princípio



*Ministro do STF Luís Roberto Barroso realiza conferência inaugural no 22º CFI*

lógico e dedutivo; a interpretação e aplicação do Direito se aproximando da ética e dos valores morais, ressaltando a dignidade da pessoa humana; e a ascensão do Direito Público e sua progressiva constitucionalização.

O Ministro Roberto Barroso finalizou a aula explanando questões relacionadas à hermenêutica constitucional, à consolidação do Direito e ao equilíbrio entre segurança jurídica e justiça.

A cerimônia de abertura contou com a presença dos Ministros do TST João Oreste Dalazen, Dora Maria da Costa, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir de Oliveira Costa, Delaíde Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Cláudio Mascarenhas Brandão e Douglas Alencar Rodrigues.

## Disciplinas e Professores

### » Orientação de Juizes-Tutores

- 1ª semana: 2 a 5 de maio

### Orientador:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Coordenador do 22º CFI





*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli orienta Alunos-Juízes do 22º CFI*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli*

## Laboratório Judicial

- O Precedente e a Atuação do Juiz

### Professora:

Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região/Campinas/SP



*Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani*



*Alunos-Juizes participam de laboratório sobre O Precedente e a Atuação do Juiz*





*Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignan desenvolve laboratório sobre O Precedente e a Atuação do Juiz*

## » **Estágio Supervisionado**

- Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho



*Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento de Turma do TST*





*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*





*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



## » Laboratório Judicial

- A Importância da Prova no Processo do Trabalho

### Professora:

Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região/Campinas/SP



*Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani*



*Alunos-Juizes do 22º CFI participam de aula sobre A Importância da Prova no Processo do Trabalho*





*Alunos-Juizes do 22º CFI participam de laboratório sobre A Importância da Prova no Processo do Trabalho*

## » Linguagem Jurídica

### **Professor:**

Professor Doutor Eduardo Sabbag – Doutor em Direito Tributário e Língua Portuguesa pela PUC/SP



*Professor Doutor Eduardo Sabbag*



*Alunos-Juizes participam de aula sobre Linguagem Jurídica*

#### » **Administração Judiciária**

- Gestão Processual de Vara do Trabalho
- Cogestão e Inovação Judiciária
- Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho

#### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze ministra aula para Alunos-Juizes do 22º CFI*



## » Administração Judiciária

- Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho
- Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho

### Professora:

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT da 12ª Região/SC



*Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre Gestão de Pessoas*



*Alunos-Juizes na aula de Gestão de Pessoas*

## » Temas Contemporâneos

### • Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho

- Precedentes Obrigatórios
- Os Novos Incidentes de Assunção de Competência e de Julgamento de Demandas e Recursos Repetitivos

### Professor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta – TST

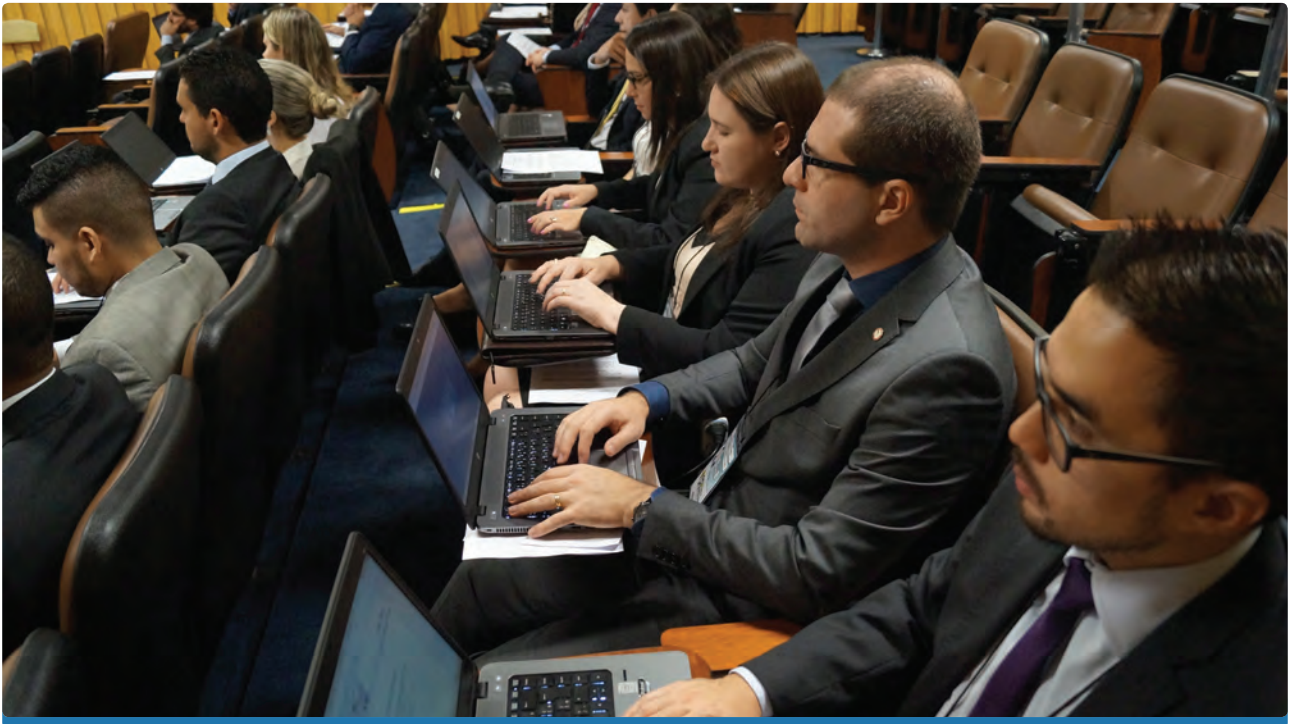


*Ministro José Roberto Freire Pimenta profere aula sobre Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho*



*Novo CPC é tema de aula do 22.º CFI*





*Alunos-Juizes realizam atividades em aula sobre o novo CPC*

## » Sistema Judiciário

- O Juiz e a Função das Corregedorias

### **Professor:**

Ministro Renato de Lacerda Paiva – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



*Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho*



*Ministro Renato de Lacerda Paiva profere aula sobre O Juiz e a Função das Corregedorias*

## » **Direito Coletivo do Trabalho**

- Temas Sindicais Recorrentes no Primeiro Grau de Jurisdição Trabalhista

### **Professor:**

Ministro Maurício Godinho Delgado – TST



*Ministro Maurício Godinho Delgado profere aula sobre Temas Sindicais Recorrentes no Primeiro Grau de Jurisdição Trabalhista*



## » **Orientação de Juízes-Tutores**

- 2ª semana: 8 a 12 de maio

### **Orientador:**

Juiz do Trabalho Substituto Ricardo Machado Lourenço Filho – TRT da 10ª Região/DF



*Juiz do Trabalho Substituto Ricardo Machado Lourenço Filho atua como tutor no 22º CFI*



*Alunos--Juizes participam de processo de orientação no 22º CFI*



*Alunos-Juizes do 22º CFI sob orientação de Juiz-Tutor*

## » Laboratório Judicial

### • Oficina: Decisão Judicial

- Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista – Parte I
- Tópicos da Fase de Execução Trabalhista – Parte II

### Professores:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10ª Região/DF

Juíza Titular de Vara do Trabalho Elisângela Smolareck – 5ª Vara do Trabalho de Brasília – TRT da 10ª Região/DF



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Elisângela Smolareck e Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos*





*Alunos-Juizes do 22º CFI participam de aula sobre Oficina de Decisão Judicial*

## » Laboratório Judicial

- **Oficina: Instrução Processual**
  - Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

### Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4ª Vara do Trabalho de Chapecó/SC e Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça/CNJ

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2ª Vara do Trabalho de Recife – TRT da 6ª Região/PE



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, da 4ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC)*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira*



*Professores da disciplina Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho*



*Alunos-Juizes participam de atividades em Oficina de Instrução Processual*





*Laboratório de instrução processual*



*Laboratório de instrução processual*



*Laboratório de instrução processual*



*Atividades práticas de instrução processual*



*Laboratório de instrução processual*



*Laboratório de instrução processual*





*Laboratório de instrução processual*

## » Teoria Geral do Juízo Conciliatório

- Teoria Geral da Conciliação e da Mediação

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST*



Alunos-Juizes do 22º CFI participam de aula sobre Teoria Geral de Juízo Conciliatório



Aula sobre Teoria Geral de Juízo Conciliatório - 22º CFI

## » Estágio Supervisionado

- Visita ao Supremo Tribunal Federal - STF





*Alunos-Juizes do 22º CFI realizam visita ao STF e são recepcionados pelo Ministro Marco Aurélio*



*Visita ao STF de Alunos-Juizes*



*Visita ao STF de Alunos-Juizes*



## » Estágio Supervisionado

- Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-1



*Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento da SBDI-1*



*Estágio supervisionado de Alunos-Juizes em sessão de julgamento da SBDI-1*





*Sessão de julgamento da SBDI-1*



*Alunos-Juizes em sessão de julgamento da SBDI-1*



*Alunos-Juizes em sessão de julgamento da SBDI-1*

## » Laboratório Judicial

### • Oficina: Decisão Judicial

- Tópicos das Tutelas Provisórias no Processo do Trabalho – Parte III

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Flávio da Costa Higa – Vara do Trabalho de Coxim – TRT da 24ª Região/MS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Flávio da Costa Higa orienta Oficina de Decisão Judicial*

## » Temas Contemporâneos

- Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho

### Palestrante:

Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva – Psiquiatra



*Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*





*Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*



*Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, faz pronunciamento para Alunos-Juizes na abertura da palestra Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho*





*Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva ministra palestra sobre Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho*



*Participantes assistem à palestra proferida pela Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*



*Alunos-Juízes participam da palestra proferida pela Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*





*Palestra sobre Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho é proferida pela Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*



*Palestra sobre Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho é proferida pela Doutora Ana Beatriz Barbosa Silva*

## » **Temas Contemporâneos**

- Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho

### **Mesa-Redonda:**

#### » **Tutelas Específicas e Tutelas Provisórias**

**Professor:** Ministro Augusto César Leite de Carvalho – TST

#### » **Fundamentação das Decisões**

**Professor:** Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST

#### » **Incidente de Uniformização de Jurisprudência**

**Professor:** Ministro Douglas Alencar Rodrigues – TST



Mesa-Redonda composta pelos Ministros Cláudio Mascarenhas Brandão, Augusto César Leite de Carvalho e Douglas Alencar Rodrigues



Ministros do TST debatem Repercussões do Novo CPC no Processo do Trabalho



Ministros do TST realizam exposição em mesa-redonda no 22º CFI





*Alunos-Juizes participam de mesa-redonda sobre o novo CPC*

## » **Orientação de Juizes-Tutores**

- 3ª semana: 15 a 19 de maio

### **Orientador:**

Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – 2ª Vara do Trabalho de Maceió – TRT da 19ª Região/AL



*Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa orienta Alunos-Juizes*



*Alunos-Juizes desenvolvem atividades durante processo de orientação*



*Alunos-Juizes desenvolvem atividades durante processo de orientação*





*Grupo de Alunos-Juízes realizam atividades na 3ª semana de orientação*



*Alunos-Juízes em atividades na 3ª semana de orientação*



*Grupo de Alunos-Juízes realizam atividades na 3ª semana de orientação*



*Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa, tutor*



*Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa, tutor*

## » **Efetividade da Execução Trabalhista**

- Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista
- Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução

### **Professor:**

Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso – TRT da 3ª Região, integrante da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista





*Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso*

## » Laboratório Judicial

- **Oficina: Conciliação Judicial Trabalhista**
  - Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

### **Professor:**

Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso – TRT da 3ª Região, integrante da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro ministra aula sobre Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho*

## » Estágio Supervisionado

- Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST – SBDI 2



*Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento da SBDI 2*



*Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento da SBDI 2*



*Alunos-Juizes realizam estágio em sessão de julgamento da SBDI 2*





*Sessão de julgamento da SBDI 2*



*Alunos-Juizes em atividade de estágio supervisionado na SBDI 2*

## » **Temas Contemporâneos**

- Seminários

### **Professores:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Coordenador do 22º CFI

Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – 2ª Vara do Trabalho de Maceió - TRT da 19ª Região/AL



*Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa e Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli desenvolvem seminários com Alunos-Juízes*



*Alunos-Juízes em grupos de estudo para realização de seminários sobre temas específicos*



*Alunos-Juízes em grupos de estudo para realização de seminários sobre temas específicos*





*Grupo de estudo prepara seminário sobre tema específico*



*Grupo de estudo prepara seminário sobre tema específico*



*Grupo de estudo prepara seminário sobre tema específico*



*Grupos de estudo preparam seminários sobre temas específicos*



*Grupos de estudo preparam seminários sobre temas específicos*



*Grupos de estudo preparam seminários sobre temas específicos*





*Alunos-Juizes participam de seminário expondo conclusões de estudo sobre tema*



*Alunos-Juizes participam de seminário expondo conclusões de estudo sobre tema*



*Alunos-Juizes participam de seminário expondo conclusões de estudo sobre tema*



## » **Temas Contemporâneos**

- O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

### **Professor:**

Ministro João Oreste Dalazen – TST



*Ministro João Oreste Dalazen profere aula sobre O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional*

## » **Laboratório Judicial**

- Oficina: Instrução Processual – Parte II

### **Professores:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho – 1ª Vara do Trabalho de São João do Meriti – TRT da 1ª Região/RJ

Juíza Titular de Vara do Trabalho Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes – 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – TRT da 1ª Região/RJ



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes e Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho ministram Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juizes participam de Oficina de Instrução Processual*



*Alunos-Juizes acompanham atividade prática de instrução processual*



*Alunos-Juizes realizam atividades em grupo*





*Grupo de Alunos-Juízes realiza atividades de instrução processual*



*Alunos-Juízes acompanham atividade prática de instrução processual*

## » Laboratório Judicial

### • Oficina: Decisão Judicial

- Tópicos dos Procedimentos Especiais (Ação Consignatória, ACP e Outros)

### Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki – 10ª Vara do Trabalho de Goiânia – TRT da 18ª Região/GO

Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – 2ª Vara do Trabalho de Maceió – TRT da 19ª Região/AL



Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa ministram Oficina de Decisão Judicial



Alunos-Juizes participam de Oficina de Decisão Judicial



Professores realizam Oficina de Decisão Judicial





*Professores desenvolvem atividades práticas de decisão judicial com Alunos-Juízes*



*Oficina de Decisão Judicial ministrada no 22º CFI*

## » **Temas Contemporâneos**

- Repercussões do Novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho

### **Mesa-Redonda:**

#### » **Técnica da Decisão Judicial**

**Professor:** Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

#### » **Desconsideração da Personalidade Jurídica**

**Professor:** Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST



*Ministros do TST Alexandre de Souza Agra Belmonte e Walmir Oliveira da Costa apresentam questões sobre o novo CPC em mesa-redonda no 22º CFI*

#### » **Deontologia Profissional Aplicada**

- Código Ético do Magistrado
- O Juiz e a Consolidação das Experiências da Prática Profissional Ética ao longo da Carreira
- O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

#### **Professor:**

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT*





*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, profere aula sobre Deontologia Profissional Aplicada*

## » **Orientação de Juizes-Tutores**

- 4ª semana: 22 a 26 de maio

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Coordenador do 22º CFI



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli orienta Alunos-Juizes no 22º CFI*

## » Laboratório Judicial

- Oficina e-Gestão

### Professor:

Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho – Secretário-Geral Judiciário do TRT da 10ª Região/DF



*Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho*

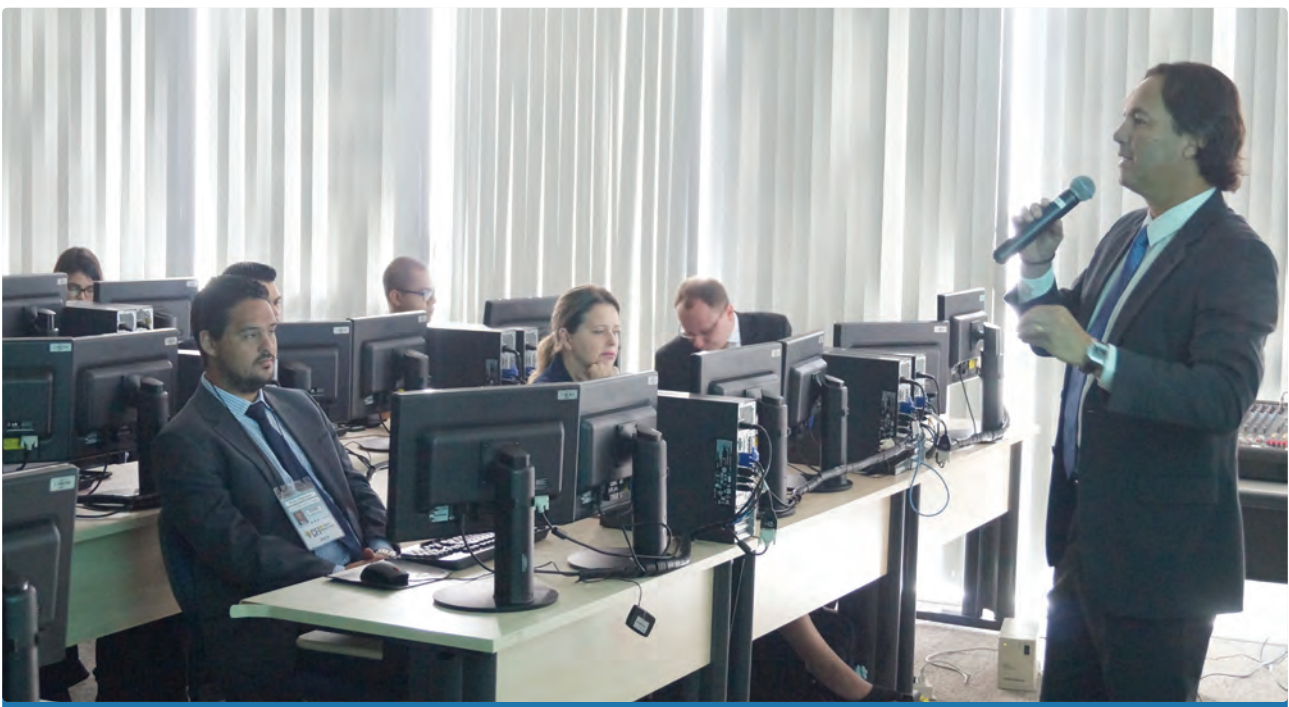


*Alunos-Juizes participam de Oficina de e-Gestão*





*Alunos-Juízes participam de Oficina de e-Gestão*



*Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho ministra Oficina de e-Gestão para Alunos-Juízes*

## » **Técnica de Decisão Judicial**

- Lógica da Decisão Judicial
- Fundamentação e Argumentação Jurídica das Decisões Judiciais

### **Professor:**

Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira – TRT da 6ª Região/PE



*Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira*



*Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira ministra aula sobre Técnica de Decisão Judicial*



*Alunos-Juizes realizam atividades durante a aula de Técnica de Decisão Judicial*



## » **Temas Contemporâneos**

- O que é um Juiz?

### **Professor:**

Professor Doutor Luís Fernando Barzotto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS



*Professor Doutor Luís Fernando Barzotto*



*Professor Doutor Luís Fernando Barzotto ministra disciplina sobre o tema O que é um Juiz?*

## » Laboratório Judicial

- A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho

### Professor:

Desembargador do Trabalho Alexandre Luiz Ramos – TRT da 12.<sup>a</sup> Região/SC



*Desembargador do Trabalho Alexandre Luiz Ramos e Alunos-Juízes do 22º CFI*



*Alunos-Juízes participam de laboratório sobre Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho*



*Alunos-Juízes em atividades de laboratório*





*Alunos-Juízes em atividades de laboratório*



*Alunos-Juízes em atividades de laboratório*



*Alunos-Juízes em atividades de laboratório*

## » Técnica de Instrução Processual Trabalhista

- O Juiz do Trabalho e a Prática das Audiências: Postura, Poderes, Deveres e Incidentes Processuais
- O Juiz do Trabalho e a Prova: da Produção à Apreciação
- Técnica de Coleta da Prova Oral

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho – 32ª Vara do Trabalho de Salvador – TRT da 5ª Região/BA



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho ministra aula no 22º CFI*



*Alunos-Juízes realizam atividades sobre Instrução Processual Trabalhista*



## » Laboratório Judicial

- A Causa e a Culpa nas Doenças Ocupacionais

### Professor:

Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior – TRT da 24ª Região/MS



*Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior*



*Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior desenvolve laboratório com Alunos-Juizes sobre A Causa e a Culpa nas Doenças Ocupacionais*



*Laboratório sobre A Causa e a Culpa nas Doenças Ocupacionais*



*Laboratório sobre doenças ocupacionais*

## » Sistema Judiciário

- A Atividade Corregedora do CNJ

### **Professor:**

Ministro João Otávio de Noronha – Corregedor Nacional de Justiça





*Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



*Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça, profere palestra sobre (A Atividade Corregedora do CNJ)*



*Participantes da palestra sobre (A Atividade Corregedora do CNJ)*





*Participantes da palestra sobre (A Atividade Corregedora do CNJ)*

## » **Orientação de Juizes-Tutores**

- 4ª semana: 22 a 26 de maio

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – Coordenador do 22º CFI



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli ministra atividades a Alunos-Juizes na 4ª semana de orientação*





*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli atua como Juiz-Tutor no 22º CFI*



*Alunos-Juizes participam de orientação no 22º CFI*

## » Sistema Judiciário

- CNJ: Órgão de Controle do Poder Judiciário

### **Professor:**

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST e Conselheiro do CNJ





*Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro do CNJ*



*Alunos-Juizes participam de aula sobre o CNJ*



*Ministro Lelio Bentes Corrêa desenvolve atividades com Alunos-Juizes na disciplina CNJ: Órgão de Controle do Poder Judiciário*



## » Educação Previdenciária

- O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro – 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis – TRT da 12ª Região/SC



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro ministra aula no 22º CFI*

## » Relacionamento com a Sociedade e com a Mídia

- Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação

### **Professora:**

Doutora Marluce Dias da Silva – Psicóloga



*Doutora Marluce Dias da Silva, psicóloga*

## » Atividades de Estudo e Foto Oficial

Os Alunos-Juízes dedicaram-se, nas dependências da ENAMAT, ao estudo de temas relacionados à formação e à elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação. Também, documentaram sua participação no 22º CFI, com a participação na foto oficial do Curso.

### Cerimônia de Formatura



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, discursando na cerimônia de formatura do 22º CFI*



*Formandos do 22º CFI*





*Formandos do 22º CFI*



*Formandos do 22º CFI*





*Formandos do 22º CFI*



*Formatura dos Alunos-Juizes que cursaram o 22º CFI*





*Orador da Turma, Juiz do Trabalho Substituto Diego Reis Massi, do TRT da 2ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 22º CFI*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi encerra o 22º CFI*



No dia 26 de maio, a ENAMAT realizou a Cerimônia de Formatura do 22º Curso de Formação Inicial (CFI). A solenidade foi presidida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da Escola Nacional. Na ocasião, a Ministra destacou que a diversidade de origens, experiências, perspectivas e histórias de vida têm marcado as atividades da ENAMAT, permitindo um ambiente de aprendizado democrático e produtivo para o aprimoramento dos novos magistrados.

O Juiz do Trabalho Substituto Diego Reis Massi, do TRT da 2ª Região, orador da turma, discursou em nome dos 33 Alunos-Juizes. Diego Massi elogiou o trabalho da ENAMAT, reconhecida mundialmente como referência no campo das Escolas Judiciais, e ressaltou a qualidade das palestras e laboratórios ministrados no CFI.

No final da cerimônia houve a entrega de certificados de conclusão de curso, realizada pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.



*Cerimônia de Formatura*

## 23º Curso de Formação Inicial

6 de novembro a 1º de dezembro de 2017



*Foto Oficial do 23º CFI*

O 23º Curso de Formação Inicial promovido pela ENAMAT contou com a participação de 19 Juízes, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 1ª Região – 1 Juiz
- 2ª Região – 14 Juízes
- 4ª Região – 3 Juízes
- 10ª Região – 1 Juiz

### Quadro Geral dos Componentes Curriculares

<b>Abertura</b>	<b>30min/aula</b>
<b>Aula Especial</b>	<b>1h30min/aula</b>
<b>Atividade de Integração</b>	<b>1h/aula</b>
<b>01. Bloco de Disciplinas Básicas</b>	<b>84h/aula</b>
<i>01.01. Deontologia Profissional Aplicada</i>	<i>4h/aula</i>
<i>01.02. Técnica de Decisão Judicial</i>	<i>4h/aula</i>
<i>01.03. Sistema Judiciário</i>	<i>1h/aula</i>
<i>01.04. Linguagem Jurídica</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.05. Administração Judiciária</i>	<i>5h/aula</i>
<i>01.06. Teoria Geral do Juízo Conciliatório</i>	<i>3h/aula</i>
<i>01.07. Relacionamento com a Sociedade e com a Mídia</i>	<i>2h/aula</i>
<i>01.08. Temas Contemporâneos</i>	<i>10h/aula</i>
<i>01.09. Efetividade da Execução Trabalhista</i>	<i>4h/aula</i>
<i>01.10. Laboratório Judicial</i>	<i>45h/aula</i>
<i>01.11. Psicologia Judiciária Aplicada</i>	<i>3h/aula</i>
<b>02. Bloco de Disciplinas Complementares</b>	<b>23h/aula</b>
<i>02.01. Técnica de Instrução Processual Trabalhista</i>	<i>7h/aula</i>
<i>02.02. Educação Previdenciária</i>	<i>2h/aula</i>
<i>02.03. Seminário sobre Reforma Trabalhista</i>	<i>11h/aula</i>
<i>02.04. Processo Judicial Eletrônico</i>	<i>3h/aula</i>
<b>03. Bloco de Estágios e de Estudos</b>	<b>15h/aula</b>
<i>03.01. Estágios Supervisionados</i>	<i>15h/aula</i>
<b>Formatura</b>	<b>3h/aula</b>
<b>Carga horária total</b>	<b>128h/aula</b>



## » Atividade de Integração

Ao serem recebidos na ENAMAT, os Alunos-Juízes tiveram, no primeiro dia do curso, orientações sobre os seguintes itens: pasta de uso em aula; frequência e aproveitamento; relatório de frequência, avaliação e certificado de conclusão; requerimento para afastamento; biblioteca do TST; serviços de saúde, transporte, segurança e refeições; atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica; e instalações da ENAMAT.

### Apresentação:

Servidores da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica da ENAMAT



*Alunos-Juízes participam de atividade de integração no 23º CFI*



*Alunos-Juízes participam de atividade de integração no 23º CFI*

O 23º CFI proporcionou, ainda, outras importantes atividades destinadas à integração dos Alunos-Juizes, a fim de apresentá-los a diversas questões relacionadas ao Curso e à ENAMAT, responsável pela formação inicial dos magistrados, no módulo nacional, objetivando, também, que os participantes iniciassem o curso interagindo entre si.

Foram abordados nesse período os temas abaixo discriminados:

- A Importância da Formação Profissional para os Magistrados
- A Estruturação e a Dinâmica do 23º CFI
- Apresentação da Escola
- Seminários

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Celso Moredo Garcia – Juiz Auxiliar da Enamat



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Celso Moredo Garcia, Juiz Auxiliar da ENAMAT*



*Alunos-Juizes em atividade de integração*





*Alunos-Juizes em atividade de integração*



*Alunos-Juizes em atividade de integração*

» **Cerimônia de Abertura do 23º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional**



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*

A ENAMAT realizou a cerimônia de abertura do 23º Curso de Formação Inicial no dia 6 de novembro, em seu auditório, situado no 5º andar do Bloco A da sede do TST.

A abertura do curso contou com a presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que fez pronunciamento ressaltando os desafios da magistratura trabalhista, notadamente a partir da entrada em vigor da reforma trabalhista.



*Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho*



Em sua manifestação aos Alunos-Juizes, a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, afirmou que o Curso teria quatro semanas “de muito trabalho e certamente de muito aprendizado”.

A Diretora da ENAMAT salientou que “o conhecimento a ser desenvolvido e adquirido nas atividades de formação e aperfeiçoamento vão além do que se aprende nas faculdades de Direito e mesmo nos cursos de pós-graduação”. Segundo ela, “trata-se de uma formação especializada, voltada para o exercício de uma profissão específica, que é a da magistratura trabalhista”.

Para isso, como asseverou a Ministra, o Juiz precisa desenvolver habilidades e competências de como administrar processos e pessoas, gerir recursos e construir lideranças, tornando-se fundamental, desde o início da atividade jurisdicional, a aquisição de conhecimentos transdisciplinares.



*Mesa de Honra do 23º Curso de Formação Inicial*



*Ministros do TST participam da Cerimônia de Abertura do 23º CFI*

## » Aula Especial de Abertura do 23º CFI

- Tema: Princípios de Direito Material e Processual na Reforma Trabalhista

### Palestrante:

Ministro Douglas Alencar Rodrigues – Tribunal Superior do Trabalho



*Ministro Douglas Alencar Rodrigues, do TST*

O 23º Curso de Formação Inicial foi inaugurado com a aula especial proferida pelo Ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho, que tratou do tema Princípios de Direito Material e Processual na Reforma Trabalhista.

O Ministro abordou questões sobre a aplicação da Lei nº 13.467/2017 e destacou a crise econômica brasileira. Salientou, ainda, que as mudanças a serem implantadas com a Lei incidem sobre quatro eixos: revisão da jurisprudência do TST, relação individual de trabalho, direito coletivo do trabalho e direito processual do trabalho.

Abordou, ainda, os princípios do Direito Material do Trabalho, especialmente o Princípio da Proteção, e as perspectivas de análise desse direito, considerando que a perspectiva democrática é considerada a ideal pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de acordo com as Convenções 98 e 154.

Focalizando a atividade do Juiz, o Ministro Douglas Alencar Rodrigues dirigiu-se aos participantes do curso para reforçar que o ato de julgar exige sensibilidade, compromisso e consequencialismo e constitui, principalmente, um ato de acuidade.



*Ministro Douglas Alencar Rodrigues, do TST, profere aula especial no 23º CFI*



## » Disciplinas e Professores

### Teoria Geral do Juízo Conciliatório

- Teoria Geral da Conciliação e da Mediação

#### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST, ministra aula sobre Teoria Geral da Conciliação e da Mediação*

#### Orientação de Juiz-Tutor

- 1ª semana: 6 a 10 de novembro

#### Orientador:

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – 6ª Vara do Trabalho de Campo Grande – TRT da 24ª Região/MS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli orienta Alunos-Juizes*

## » **Processo Judicial Eletrônico (PJe)**

- Tópico: Aspectos Práticos

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker – 1ª Vara do Trabalho de Contagem – TRT da 3ª Região/ MG



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker ministra a aula Aspectos Práticos do PJe*





*Alunos-Juízes participam da aula Aspectos Práticos do PJe*

#### » **Técnica de Decisão Judicial**

- Lógica da Decisão Judicial
- Fundamentação e Argumentação Jurídica das Decisões Judiciais

#### **Professor:**

Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira – TRT da 6ª Região/PE



*Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira ministra a aula Técnica de Decisão Judicial*



*Técnicas de Decisão Judicial é o tema da aula ministrada pelo Desembargador do Trabalho Sérgio Torres Teixeira durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes participam da aula sobre Técnica de Decisão Judicial*



## » Temas Contemporâneos

- Negociação Coletiva

### Professor:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST



*Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, faz exposição acerca de Negociação Coletiva durante o 23º CFI*



*Alunos-Juízes participam da aula Negociação Coletiva*

- Novas Formas de Trabalho (Terceirização, Teletrabalho, em Tempo Parcial e Intermitente)

**Professor:**

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST



*Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, do TST, profere a aula Novas Formas de Trabalho*



*Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga*



## » Temas Contemporâneos

- Nova Disciplina do Tempo de Serviço

### Professora:

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi – TST e Diretora da ENAMAT



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e Ministro Walmir Oliveira da Costa*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi profere aula sobre Nova Disciplina do Tempo de Serviço*

- A Compensação do Dano Moral à Luz da Reforma

**Professor:**

Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST



*Ministro Walmir Oliveira da Costa, do TST, profere aula sobre A Compensação do Dano Moral à Luz da Reforma*





*Alunos-Juizes participam de aula sobre Temas Contemporâneos*

## » **Laboratório Judicial**

### • **Oficina: Decisão Judicial**

- Tópicos dos Procedimentos Especiais (Ação Consignatória, ACP e Outros)

### **Professores:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki – 10ª Vara do Trabalho de Goiânia – TRT da 18ª Região/GO  
Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa – 2ª Vara do Trabalho de Maceió – TRT da 19ª Região/AL



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa, com o Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli, na oficina Tópicos dos Procedimentos Especiais na Decisão Judicial*



*Alunos-Juizes participam de oficina de decisão judicial conduzida pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e pelo Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa*



*Alunos-Juizes participam de oficina de decisão judicial*





*Alunos-Juizes participam de oficina de decisão judicial*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki ministra oficina de decisão judicial*





*Juiz do Trabalho Substituto Kleber de Souza Waki ministra oficina de decisão judicial*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki e Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa conduzem oficina de decisão judicial durante o 23º CFI*

## » **Técnica de Instrução Processual Trabalhista**

- Técnica e Psicologia da Colheita de Depoimentos

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli – 6ª Vara do Trabalho de Campo Grande – TRT da 24ª Região/MS





*Juiz Titular de Vara do Trabalho João Marcelo Balsanelli orienta Alunos-Juízes na aula Técnica e Psicologia da Colheita de Depoimentos*

#### » **Efetividade da Execução Trabalhista**

- Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista
- Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução

#### **Professor:**

Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso – TRT da 3ª Região, integrante da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista



*Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícius Barroso ministra palestra sobre Efetividade da Execução Trabalhista*



*Alunos-Juizes recebem orientações na aula Efetividade da Execução Trabalhista*

## » Laboratório Judicial

- **Oficina: Conciliação Judicial Trabalhista**
  - Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Rogério Neiva Pinheiro orienta Alunos-Juizes na Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista (à esquerda).*



## » Temas Contemporâneos

- Seminários (Apresentação)

### Professores:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Celso Moredo Garcia – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Juiz Auxiliar da ENAMAT, Celso Moredo Garcia, explica aos Alunos-Juizes procedimentos para a apresentação dos seminários*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze e Juiz Auxiliar da ENAMAT, Celso Moredo Garcia, explicam aos Alunos-Juizes procedimentos para a apresentação dos seminários sobre Temas Contemporâneos*



*Alunos-Juizes apresentam seminário sobre Temas Contemporâneos durante o 23º CFI*



*Juiz Auxiliar da ENAMAT, Celso Moredo Garcia, explica aos Alunos-Juizes como se dará a apresentação dos seminários*



*Alunos-Juizes solucionam dúvidas sobre os procedimentos para a apresentação dos seminários*





*Grupo de Alunos-Juízes realizam apresentação de seminário durante o 23º CFI*

## » Laboratório Judicial

- **Oficina: Instrução Processual – Parte I**
  - Prática de Instrução Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – 4ª Vara do Trabalho de Chapecó/SC e Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça/CNJ



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson orienta Alunos-Juízes na Oficina de Instrução Processual – Parte I*



*Oficina de Instrução Processual – Parte I, orientada pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes recebem orientação na Oficina de Instrução Processual – Parte I*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson orienta Alunos-Juizes na Oficina de Instrução Processual – Parte I*





*Alunos-Juizes participam da Oficina de Instrução Processual – Parte I*



*Alunos-Juizes participam da Oficina de Instrução Processual – Parte I*



*Alunos-Juizes participam da Oficina de Instrução Processual – Parte I*





*Alunos-Juizes participam da Oficina de Instrução Processual – Parte I*

## » **Orientação de Juiz-Tutor**

- 2ª semana: 13 a 17 de novembro

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze orienta os Alunos-Juizes integrantes do 23.º CFI*



## » Estágio Supervisionado

- Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais – SBDI 1



*Alunos-Juízes participam de estágio supervisionado em sessão de julgamento da SBDI 1*



*Alunos-Juízes participam de estágio supervisionado em sessão de julgamento da SBDI-1 durante o 23º CFI*



*Alunos-Juízes participam de estágio supervisionado em sessão de julgamento da SBDI 1*

## » Laboratório Judicial

- A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho

### Professor:

Desembargador do Trabalho Alexandre Luiz Ramos – TRT da 12ª Região/SC



*Desembargador do Trabalho Alexandre Luiz Ramos orienta Alunos-Juizes no laboratório A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho*



*Alunos-Juizes recebem orientações no laboratório A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho durante o 23º CFI*





*Alunos-Juizes recebem orientações no laboratório A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho durante o 23º CFI*



*Desembargador do Trabalho Alexandre Luiz Ramos orienta Alunos-Juizes no laboratório A Prova Pericial em Doenças e Acidentes de Trabalho*

## » **Orientação de Juiz-Tutor**

- 2ª semana: 13 a 17 de novembro

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Alunos-Juizes recebem orientação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes recebem orientação durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes realizam atividades sob orientação do Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze*





*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze orienta Alunos-Juízes*

## » **Administração Judiciária**

- Gestão Processual de Vara do Trabalho
- Cogestão e Inovação Judiciária
- Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho

### **Professor:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze ministra aula sobre temas da disciplina Administração Judiciária*

## » **Laboratório Judicial**

- A Causa e a Culpa nas Doenças Ocupacionais
- A Quantificação do Dano: Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

### **Professor:**

Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior – TRT da 24ª Região/MS



*Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Júnior conduz laboratório sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais*

## » Laboratório Judicial

### • Oficina: Decisão Judicial

- Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista – Parte II
- Tópicos da Fase de Execução Trabalhista – Parte III

### Professoras:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região



*Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos*





*Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just*



*Alunos-Juizes recebem orientações na Oficina de Decisão Judicial*



*Alunos-Juizes realizam atividades na Oficina de Decisão Judicial*

## » Laboratório Judicial

- A Importância da Prova no Processo do Trabalho: Teoria e Prática

### Professora:

Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região



*Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani realiza laboratório judicial*



*Alunos-Juizes participam de laboratório sobre A Importância da Prova no Processo do Trabalho*



## » Deontologia Profissional Aplicada

- Código Ético do Magistrado
- O Juiz e a Consolidação das Experiências da Prática Profissional Ética ao Longo da Carreira
- O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

### Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Presidente do TST e do CSJT



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, realiza atividades com os Alunos-Juizes na disciplina Deontologia Profissional Aplicada*



*Presidente do TST e do CSJT desenvolve temas sobre Deontologia Profissional Aplicada com Alunos-Juizes do 23º CFI*





*Alunos-Juizes do 23º CFI participam de aula referente à disciplina Deontologia Profissional Aplicada*



*Alunos-Juizes do 23º CFI participam de aula referente à disciplina Deontologia Profissional Aplicada com o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho*





*Alunos-Juizes participam de aula da disciplina Deontologia Profissional Aplicada com o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho*



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, realiza atividades com os Alunos-Juizes na disciplina Deontologia Profissional Aplicada*

## » **Laboratório Judicial**

- O Precedente e a Atuação do Juiz: Teoria e Prática

### **Professora:**

Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani – TRT da 15ª Região/Campinas



*Desembargadora do Trabalho Tereza Aparecida Asta Gemignani ministra aula sobre O Precedente e a Atuação do Juiz*

## » Administração Judiciária

- Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho
- Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho

### **Professora:**

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão – TRT da 12ª Região



*Fernanda Gomes Ferreira ministra aula sobre Administração Judiciária – Gestão de Pessoas*





*Aula sobre Administração Judiciária – Gestão de Pessoas no 23º CFI*

## » **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia**

- Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação

### **Professora:**

Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento – Secretária de Comunicação Social – TST



*Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento*



*Alunos-Juizes do 23º CFI em atividade de classe da disciplina Relacionamento com a Sociedade e a Mídia*

## » Educação Previdenciária

- O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público

### Professor:

Juiz Federal João Batista Lazzari – Tribunal Regional Federal – 4ª Região



*Juiz Federal João Batista Lazzari atua como professor da disciplina Educação Previdenciária no 23º CFI*





*Alunos-Juizes do 23º CFI participam de aula sobre o tema O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público*

## » **Orientação de Juiz-Tutor**

- 3ª semana: 20 a 24 de novembro

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – TRT da 4ª Região/RS



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze orienta Alunos-Juizes*

## » Estágio Supervisionado

- Visita ao Supremo Tribunal Federal – STF



Visita dos Alunos-Juizes do 23º CFI ao STF como atividade de estágio supervisionado

## » Psicologia Judiciária Aplicada

- As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de suas Condutas no Litígio Trabalhista
- A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas

### Professor:

Ministro Gelson de Azevedo – TST (Aposentado)



Ministro Gelson de Azevedo





*Ministro Gelson de Azevedo profere aula no 23º CFI sobre temas referentes à Psicologia Judiciária Aplicada*



*Aula sobre Psicologia Judiciária Aplicada ministrada no 23º CFI*



*Alunos-Juizes participam de aula da disciplina Psicologia Judiciária Aplicada*

## » Sistema Judiciário

- O Juiz e a Função das Corregedorias

### Professor:

Ministro Renato de Lacerda Paiva – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, realiza palestra sobre O Juiz e a Função das Corregedorias

## » Técnica de Instrução Processual Trabalhista

- O Juiz do Trabalho e a Prática das Audiências: Postura, Poderes, Deveres e Incidentes Processuais
- O Juiz do Trabalho e a Prova: da Produção à Apreciação
- Técnica de Coleta da Prova Oral

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3ª Vara do Trabalho de Itajaí – TRT da 12ª Região/SC



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz ministra Oficina de Técnica de Instrução Processual Trabalhista





*Oficina de Técnica de Instrução Processual Trabalhista*

## » **Orientação de Juiz-Tutor**

- 4ª semana: 27/11 a 1º de dezembro

### **Orientador:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Celso Moredo Garcia – Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT



*Juiz Auxiliar da ENAMAT, Celso Moredo Garcia, orienta Alunos-Juízes durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes recebem orientação do Juiz Auxiliar da ENAMAT, Celso Moredo Garcia, durante o 23º CFI*

## » Laboratório Judicial

### • Oficina: Decisão Judicial

- Tópicos das Tutelas Provisórias no Processo do Trabalho – Parte IV

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Otavio Amaral Calvet – 11ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – TRT da 1ª Região/RJ



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Otavio Amaral Calvet orienta Alunos-Juizes em oficina sobre Decisão Judicial*





Alunos-Juizes recebem orientação em oficina sobre Decisão Judicial durante o 23º CFI

## » Seminário sobre Reforma Trabalhista (27 e 28 de novembro)

O Seminário sobre Reforma Trabalhista integrou as atividades do 23º CFI, tendo em vista a necessidade de o Juiz adquirir competência para a aplicação das novas normas no âmbito da Justiça do Trabalho.

A programação do Seminário nos dois dias de sua realização segue abaixo:

### Programa

<b>Abertura do Seminário</b>
<b>Conferência Inaugural</b>
<p><b>Conferencista:</b>  Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello – Supremo Tribunal Federal</p> <p><b>Tema:</b> Segurança Jurídica</p>
<b>Painel I</b>
<p><b>Presidente de Mesa:</b>  Ministra Maria de Assis Calsing – TST e Vice-Diretora da ENAMAT</p> <p><b>Participantes:</b>  Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST</p> <p><b>Tema:</b> A Prescrição na Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST</p> <p><b>Tema:</b> Danos Extrapatrimoniais na Reforma Trabalhista</p>

**Painel II****Presidente de Mesa:**

Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro - TST

**Participantes:**

Ministro Walmir Oliveira da Costa - TST

**Tema:** O Negociado sobre o Legislativo na Reforma Trabalhista

Desembargador do Trabalho Marcos de Oliveira Cavalcante - TRT da 1ª Região/RJ

**Tema:** Novas Formas de Trabalho (Teletrabalho, Tempo Parcial e Intermitente)

**Painel III****Presidente de Mesa:**

Juíza Titular de Vara do Trabalho Cláudia Márcia Carvalho Soares

**Participantes:**

Juiz Titular de Vara do Trabalho Otavio Amaral Calvet - 11ª Vara do Trabalho do TRT da 1ª Região/RJ

**Tema:** Desconsideração da Personalidade Jurídica

Juíza do Trabalho Substituta Ana Luíza Fischer - TRT da 3ª Região/MG e Juíza-Auxiliar da Vice-Presidência do TST

**Tema:** Rescisão Contratual à Luz da Reforma e Homologação de Acordo Extrajudicial

**Painel IV****Presidente de Mesa:**

Ministro João Batista Brito Pereira - TST

**Participantes:**

Ministro Douglas Alencar Rodrigues - TST

**Tema:** Inovações Processuais na Reforma Trabalhista

Professor Manoel Antônio Teixeira Filho

**Tema:** Binômio: Pedido Líquido e Princípio da Sucumbência

**Painel V****Presidente de Mesa:**

Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Rita Manzarra - TRT da 21ª Região/RN

**Participantes:**

Desembargadora do Trabalho Sônia Mascaro Nascimento - TRT da 2ª Região/SP

**Tema:** Nova Disciplina sobre Duração do Trabalho (Horas in itinere, Intervalo Intra jornada, Jornada 12x36)

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fábio Rodrigues Gomes - TRT da 1ª Região/RJ

**Tema:** Terceirização Após as Leis N.os 13.249/2017 e 13.467/2017





*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, realiza a abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, do Supremo Tribunal Federal, profere a conferência inaugural do Seminário sobre Reforma Trabalhista*

## » Estágio Supervisionado

- Sessão de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho – TST



*Alunos-Juizes realizam estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*





*Alunos-Juízes participam de estágio supervisionado no 23º CFI*



*Alunos-Juízes cumprem estágio supervisionado em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Sessão de julgamento de Turma do TST acompanhada por Alunos-Juízes durante o 23º CFI*





*Alunos-Juizes realizam estágio supervisionado no 23.º CFI em sessão de julgamento de Turma do TST*



*Alunos-Juizes participam de estágio supervisionado no 23º CFI*

## » Linguagem Jurídica

### **Professor:**

Professor Doutor Eduardo Sabbag



*Professor Eduardo Sabbag ministra aula para Alunos-Juizes sobre Linguagem Jurídica*



*Alunos-Juizes recebem orientação sobre Linguagem Jurídica durante o 23º CFI*

## » Laboratório Judicial

- Oficina: Instrução Processual – Parte II

### Professor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho – 1ª Vara do Trabalho de São João do Meriti/RJ

Juíza Titular de Vara do Trabalho Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes - 46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ



*Juizes Titulares de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho e Lila Carolina Mota Pessoa conduzem laboratório para Alunos-Juizes sobre Instrução Processual*





*Alunos-Juizes recebem orientação sobre Instrução Processual dos Juizes Titulares de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho e Lila Carolina Mota Pessoa*



*Alunos-Juizes recebem orientação sobre Instrução Processual*



*Alunos-Juizes recebem orientação sobre Instrução Processual*

» **Cerimônia de Formatura**



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, profere palestra durante a cerimônia de formatura do 23º CFI. À sua direita, encontra-se o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT*



*Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, profere palestra durante a cerimônia de formatura do 23.º CFI. À esquerda, encontra-se a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



A ENAMAT realizou, no dia 1º de dezembro, a solenidade de formatura dos Alunos-Juizes do 23º CFI, que, no período de aproximadamente um mês, participaram de um processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de proporcionar uma formação específica para a atuação na área jurisdicional.

Ao abrir a cerimônia, a Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Peduzzi, ressaltou a diversidade que tem marcado as atividades da Escola, com a participação de magistrados de diversas regiões e características, possibilitando um aprendizado democrático, produtivo e enriquecedor.

Ressaltou, ainda, que o CFI foi programado cuidadosamente para proporcionar conhecimentos e habilidades importantes e lembrou que a atuação profissional do magistrado deve ser pautada pela isenção, imparcialidade e equilíbrio, como também pela sensibilidade.



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT, proferiu palestra durante a cerimônia de formatura do 23º CFI

Em seu pronunciamento aos novos magistrados, o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, destacou que a Escola Nacional, a seu ver, planta nos jovens Juizes o sonho de viver as virtudes judiciais.

Afirmou, também, que o papel da Justiça do Trabalho é compor harmonicamente as relações entre capital e trabalho. Segundo ele, o art. 766 da CLT deve ser o pilar da atuação dos magistrados, ou seja, garantir justo salário ao trabalhador e justa retribuição à empresa.

Para o Presidente do TST, os Juizes são o rosto do Estado brasileiro, que deve ser acolhedor, justo e prudente e que consiga, sendo harmônicas as relações de trabalho, garantir a empregabilidade e a produtividade.

Na qualidade de oradora da turma dos formandos, a Juíza do Trabalho Substituta Jaeline Boso Portela de Santana Strobel, do TRT da 10ª Região/DF, concluiu, apresentando, com sensibilidade, questões de grande importância para os novos Magistrados.

*“... A nós foi lembrado que a vida do magistrado é, por vezes, solitária, uma vida espartana que exige disciplina e vocação, mas ao regressarem para seus lares não temam em pedir auxílio, compartilhem ideias; lembrem-se que, embora aparentemente isolados em nossas “cavernas”, somos um grupo, o 23 do CFI da ENAMAT e, embora dispersos por diversos Regionais, integramos uma só Justiça: somos a Justiça do Trabalho!*

*Encerrando, após estes agradáveis dias de convivência com todos vocês, estou certa de que todos detemos integridade, justiça, caráter e engajamento para darmos o melhor de nós na prestação jurisdicional. Então, a Deus, o juiz por excelência, peço PARA TODOS NÓS, como o sábio Salomão quando chamado, ainda novo, a ocupar cargo de tamanha envergadura, nada mais, apenas SABEDORIA!*

*Muito Obrigada!”*

Em seguida, foram entregues os certificados de conclusão do Curso aos 19 Juizes do Trabalho Substitutos que participaram do 23º CFI.



*Juíza do Trabalho Substituta Jaeline Boso Portela de Santana Strobel, do TRT da 10ª Região, Oradora da Turma do 23º CFI*



*Juíza do Trabalho Substituta Jaeline Boso Portela de Santana Strobel discursa durante a cerimônia de formatura do 23º CFI*





*Juíza do Trabalho Substituta Andréa Galvão Rocha Detoni, do TRT da 1ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Juíza do Trabalho Substituta Ana Paula Freire Rojas, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Ângelo França Planas, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*

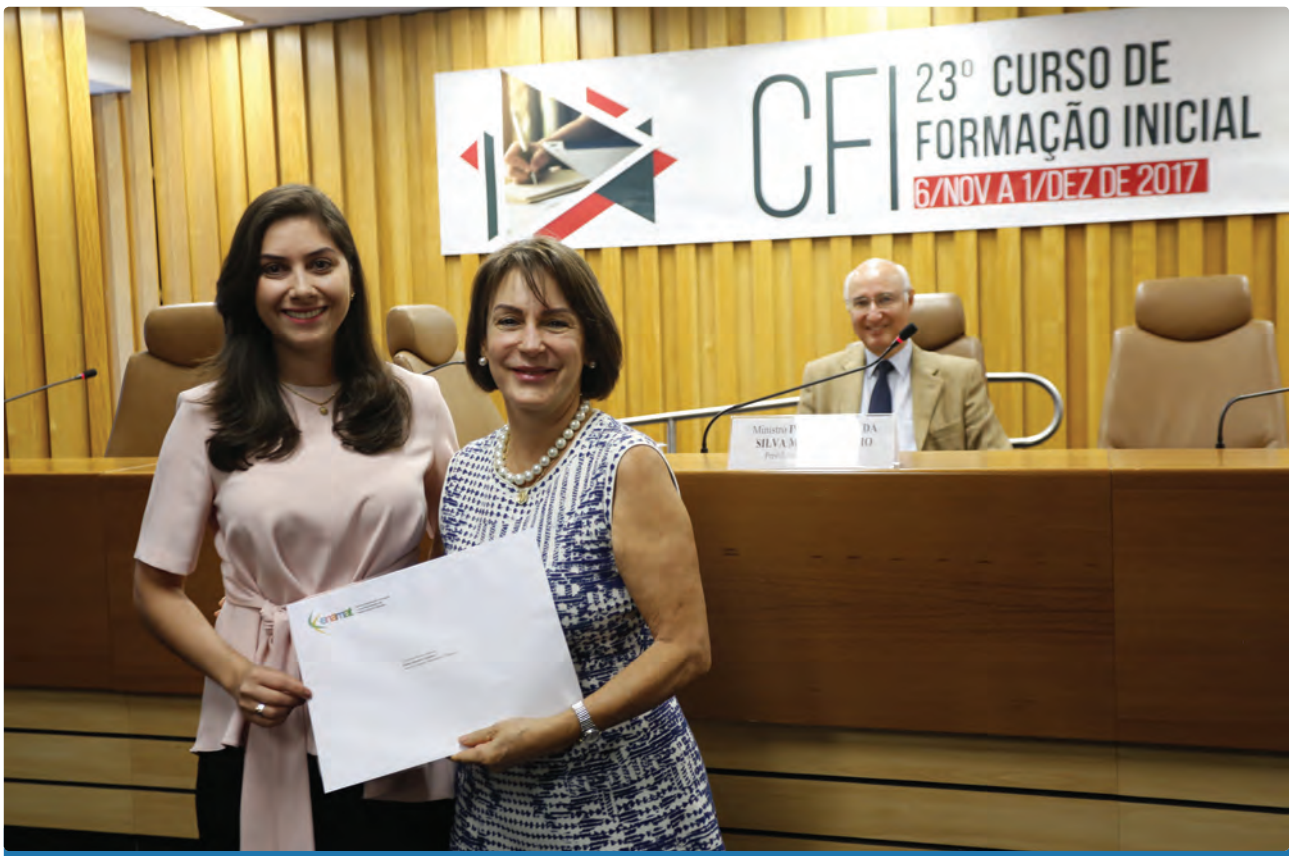


*Juiz do Trabalho Substituto Deives Fernando Cruzeiro, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Eduardo de Paula Vieira, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Juíza do Trabalho Substituta Eliane Demetrio Ozelame, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Guilherme Basseto Petek, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Juiz do Trabalho Substituto Marcel Luiz Campos Rodrigues, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



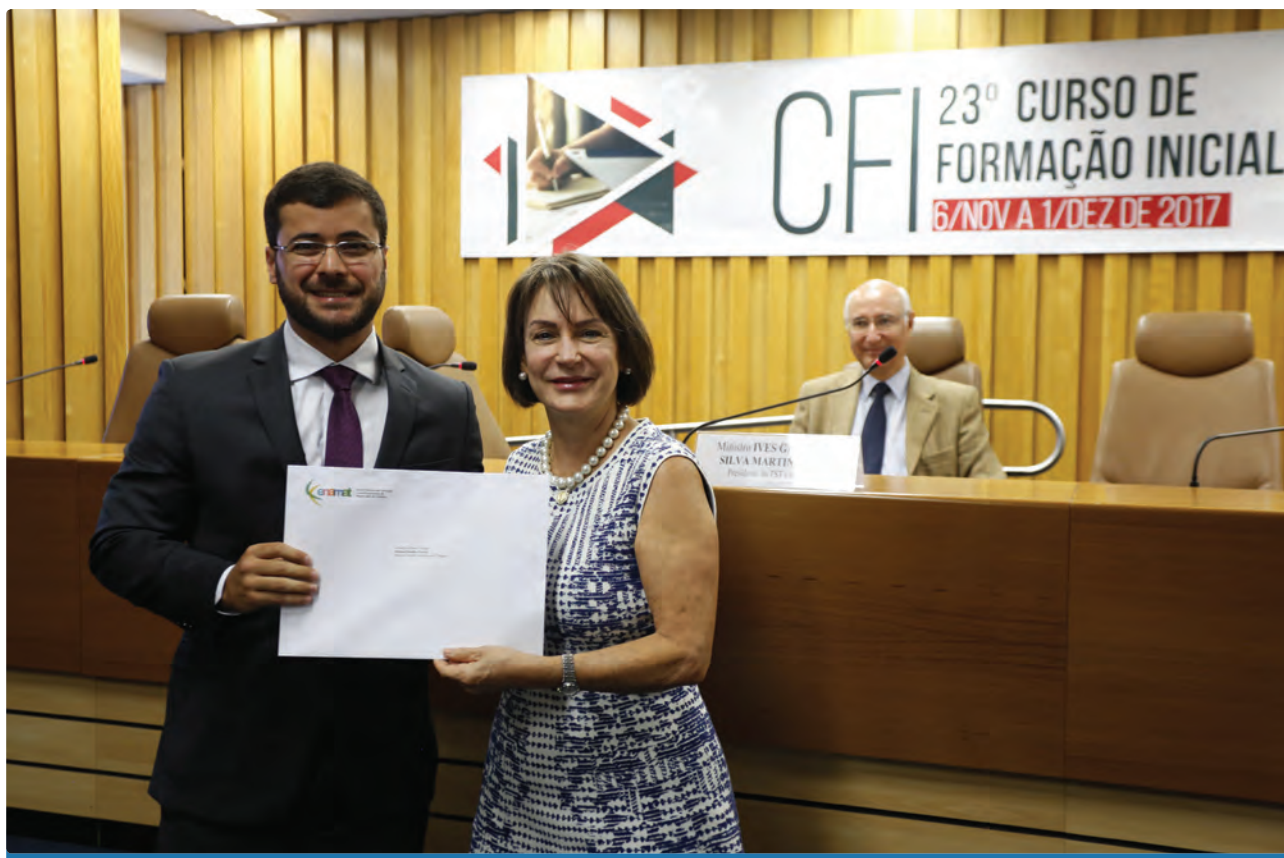


*Juiz do Trabalho Substituto Marcelo Pereira das Neves, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinícios de Paula Santos, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Mateus Brandão Pereira, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*

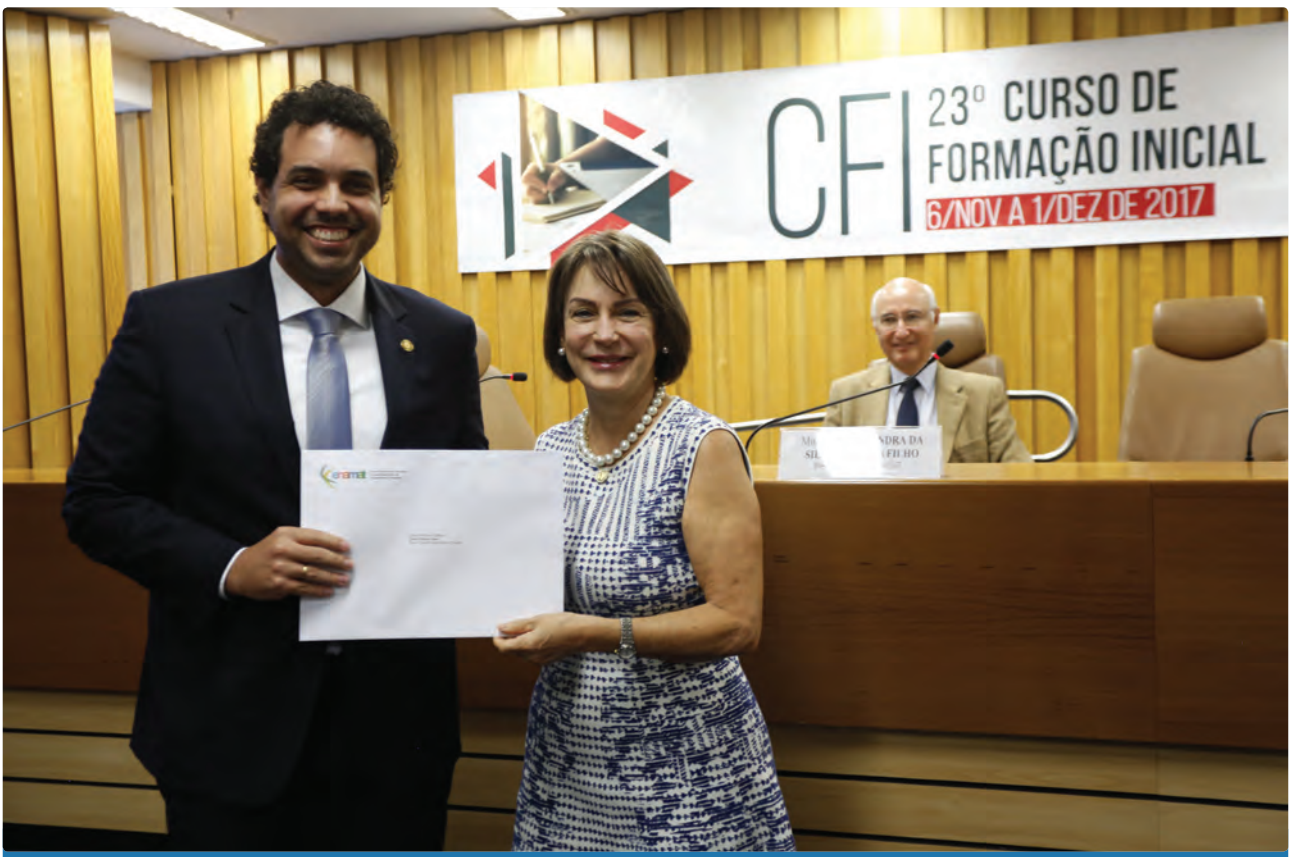


*Juiz do Trabalho Substituto Matheus Barreto Campello Bione, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Thiago Barletta Canicoba, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*

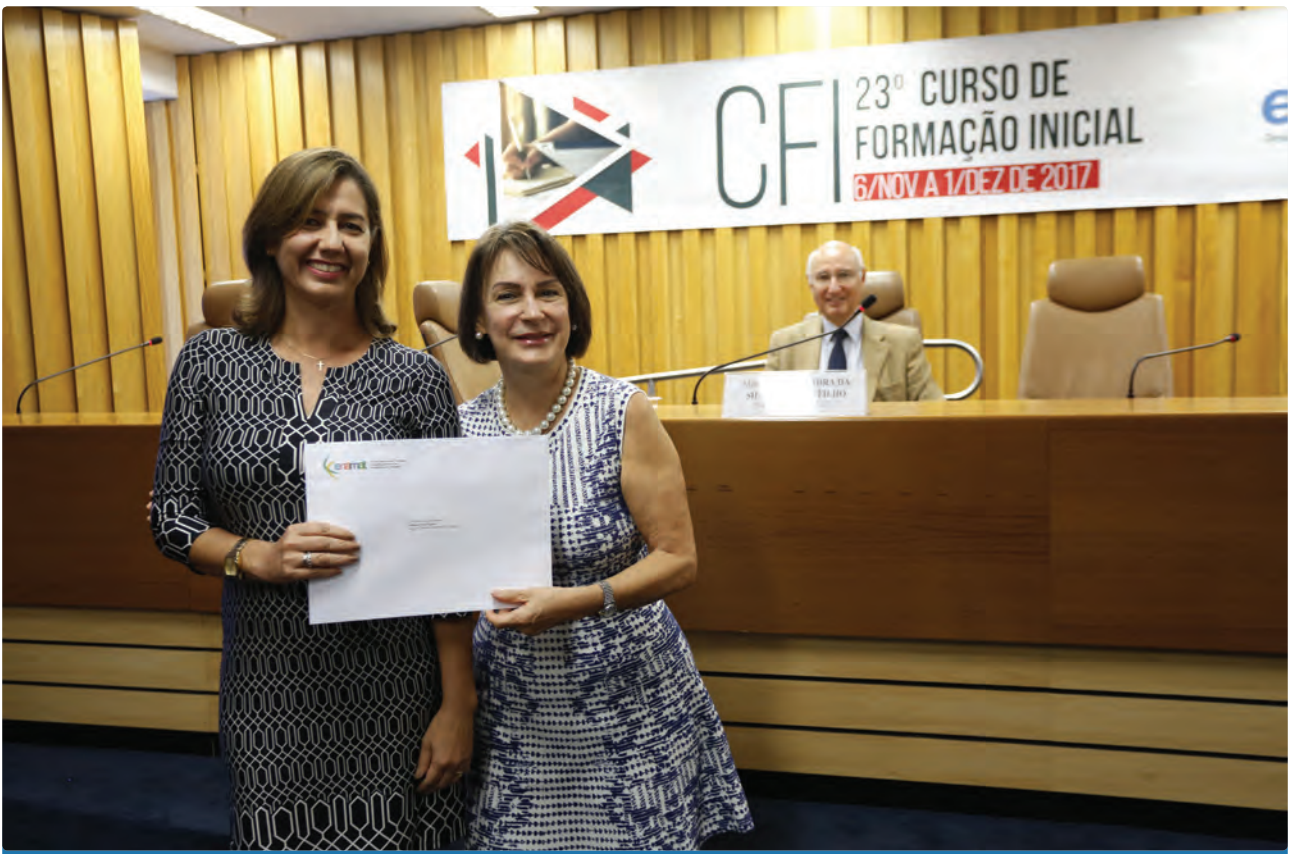


*Juiz do Trabalho Substituto Renan Olímpio Gaeta, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto Ricardo Léo de Paula Alves, do TRT da 2ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*

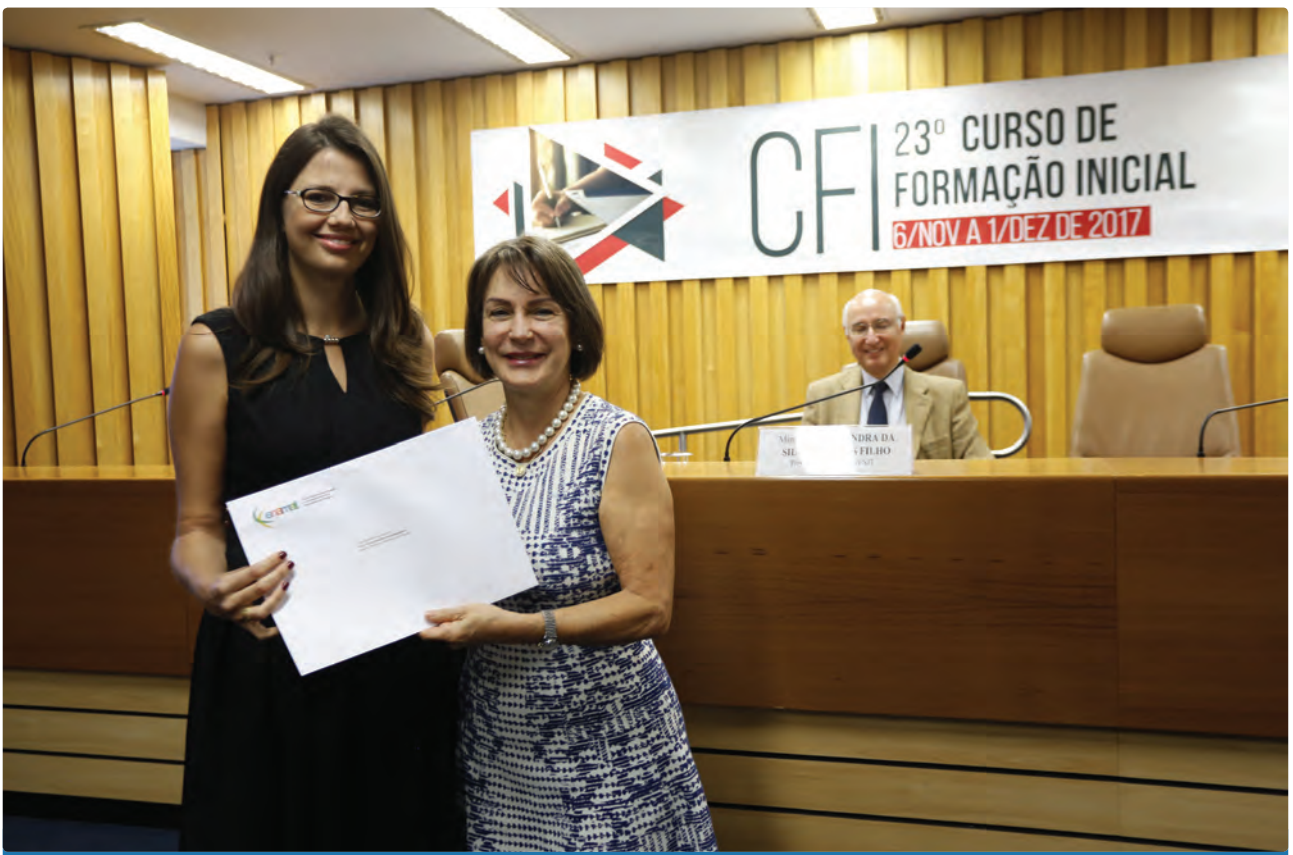


*Juíza do Trabalho Substituta Gilmara Pavão Segala, do TRT da 4ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juiz do Trabalho Substituto João Batista de Oliveira Júnior, do TRT da 4ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Juíza do Trabalho Substituta Vicky Vivian Hackbarth Kimmelmeier, do TRT da 4ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*





*Juíza do Trabalho Substituta Jaeline Boso Portela de Santana Strobel, do TRT da 10ª Região, recebe certificado de conclusão do 23º CFI*



*Grupo de formandos do 23º CFI com servidores da ENAMAT*





*Grupo de formandos do 23º CFI com a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT e o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT*







## Formação Continuada

A ENAMAT promove cursos de formação continuada para Magistrados do Trabalho vitalícios, em âmbito nacional, visando ao aperfeiçoamento profissional ao longo de toda a carreira e à promoção e ao acesso, conforme atribuições estabelecidas na Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.363/2009.

O objetivo primordial da formação continuada é proporcionar aos Magistrados do Trabalho formação profissional tecnicamente adequada e eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos, com ênfase nas competências teórico-práticas básicas para o exercício da função na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista.

Em 2017/2018, a ENAMAT concentrou as atividades de formação continuada essencialmente na modalidade de educação à distância, com a utilização da ferramenta Moodle, que possibilita a interatividade entre os alunos, além de estudo e discussão aprofundada, de forma teórica e prática, dos conteúdos. A ENAMAT realizou 10 cursos à distância. Foi atendido em 2017/2018 o total de 1.707 Magistrados do Trabalho. Demonstrem-se adiante os cursos promovidos pela ENAMAT em 2017/2018, destinados à formação continuada.

### Modalidade de Educação à Distância

#### » Curso de Formação Continuada sobre os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho

24 de março a 7 de maio de 2017

O curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco módulos de conteúdo específico. Os primeiros dias destinaram-se ao Fórum de Ambientação (2 horas-aula) e os últimos dias ao Fórum de Avaliação (3 horas-aula). Os demais foram dedicados a leitura, discussão e avaliação das aulas. Houve o atendimento a 28 Desembargadores do Trabalho.

Definiu-se como objetivo do curso desenvolver competência no magistrado participante para analisar a compatibilidade das normas do CPC/2015 e da Lei nº 13.256/2016 com o processo trabalhista estabelecido pela CLT, a Lei nº 13.015/2014, o Ato nº 491/2014 e as Instruções Normativas do TST nºs 38, 39 e 40, além das diretrizes jurisprudenciais previstas em Súmulas e OJs do TST.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Atividades de Ambientação e apresentação do Tema	24/3 a 29/3	2 horas
Módulo 1	Princípios Constitucionais	30/3 a 5/4	5 horas
Módulo 2	Princípios Constitucionais do CPC/2015 Compatíveis com o Processo do Trabalho	6/4 a 12/4	5 horas
Módulo 3	Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência	13/4 a 19/4	5 horas
Módulo 4	A Uniformização da Jurisprudência	20/4 a 26/4	5 horas
Módulo 5	Regras Processuais Decisórias Aplicáveis ao Processo do Trabalho	27/4 a 3/5	5 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	4/5 a 7/5	3 horas



» **Curso de Formação Continuada sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho**

7 de abril a 21 de maio de 2017

Com carga horária de 30 horas, divididas em 7 módulos, o curso foi direcionado a magistrados do primeiro grau. O módulo inicial destinou-se à ambientação, o último à entrega dos trabalhos finais e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas. Foram atendidos 317 Juízes do Trabalho.

O curso teve como objetivo oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e informações acerca do tema Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
<b>Ambientação</b>	<b>Atividades de Ambientação e apresentação do Tema</b>	<b>7 a 12/4</b>	<b>2 horas</b>
<b>Módulo 1</b>	<b>Princípios Constitucionais</b>	<b>13 a 19/ 4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 2</b>	<b>Princípios Constitucionais do CPC/2015 Compatíveis com o Processo do Trabalho</b>	<b>20 a 26/4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 3</b>	<b>Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência</b>	<b>27/4 a 3/ 5</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 4</b>	<b>A Uniformização da Jurisprudência</b>	<b>4 a 10/5</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 5</b>	<b>Regras Processuais Decisórias Aplicáveis ao Processo do Trabalho</b>	<b>11 a 17/ 5</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>18 a 21/5</b>	<b>3 horas</b>

» **Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho**

28 de abril a 4 de junho de 2017

Desenvolveu-se o curso com a duração de 30 horas, divididas em 4 aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias foram destinados à ambientação, os últimos quatro dias à avaliação e os demais a leitura, discussão e avaliação das aulas. A ENAMAT atendeu nesse curso 97 Magistrados do Trabalho.

O objetivo principal residiu em oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e informações acerca do tema em foco. Mais especificamente, buscou-se capacitar o Aluno-Juiz para apontar técnicas adequadas de prevenção de criminalidade exógena; agir de forma apropriada frente a tentativas de indução ao erro no processo do trabalho; e conhecer e aplicar a legislação referente às funções penais periféricas do Juiz do Trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

Início	Término	Aula	Carga Horária	Conteúdo
<b>28/4/2017</b>	<b>3/5/2017</b>	<b>Ambientação</b>	<b>2 horas</b>	<b>Ambientação e Preparação para as Atividades</b>
<b>4/5/2017</b>	<b>10/5/2017</b>	<b>Aula 1</b>	<b>6 horas</b>	<b>A Criminalidade Exógena. Os Atos de intimidação</b>
<b>11/5/2017</b>	<b>17/5/2017</b>	<b>Aula 2</b>	<b>6 horas</b>	<b>Indução ao Erro no Processo do Trabalho</b>

18/5/2017	24/5/2017	Aula 3	6 horas	Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho (1)
25/5/2017	31/5/2017	Aula 4	6 horas	Funções Penais Periféricas do Juiz do Trabalho (2)
1/6/2017	4/6/2017	Avaliação	4 horas	Período de Avaliação

### » **Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica**

19 de maio a 2 de julho de 2017

O curso compreendeu o total de 30 horas, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias do curso destinaram-se à ambientação e os últimos quatro dias à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juizes dedicaram-se a leitura, discussão e avaliação das aulas. Foram atendidos 112 Magistrados do Trabalho.

O objetivo definido para o curso pretendeu desenvolver no Aluno-Juiz conhecimentos, habilidades e atitudes para proporcionar-lhe a adoção de práticas concretas em sua atuação como Magistrado do Trabalho, a fim de conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução a partir da discussão de práticas e do compartilhamento de experiências exitosas.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Ambientação</b>	<b>Atividades de Ambientação e apresentação do Tema</b>	<b>19/5 a 24/5</b>	<b>2 horas</b>
<b>Módulo 1</b>	<b>Execução trabalhista x Efetividade do direito. O risco de 25/5 a 31/5 5 horas ganhar e não levar</b>	<b>25/5 a 31/5</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 2</b>	<b>0 CPC de 2015</b>	<b>1/6 a 7/6</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 3</b>	<b>Aplicação do CPC/2015 no Processo do Trabalho - 8/6 a 14/6 5 horas Questões controvertidas</b>	<b>8/6 a 14/6</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 4</b>	<b>Responsabilidade patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica. A autonomia da pessoa jurídica e o Direito do Trabalho</b>	<b>15/6 a 21/6</b>	<b>5 horas</b>
<b>Módulo 5</b>	<b>0 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica previsto no CPC/2015</b>	<b>22/6 a 28/6</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>29/6 a 2/7</b>	<b>3 horas</b>

### » **Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais**

4 de agosto a 24 de setembro de 2017

Com duração de 30 horas, o curso foi dividido em 8 módulos. Os primeiros dias destinaram-se à ambientação e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas. Participaram do curso 114 Magistrados do Trabalho.

O objetivo foi municiar o Aluno-Juiz de elementos que lhe prestem informações e desenvolvam reflexão sobre as ações perante a Justiça do Trabalho envolvendo acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, legislações aplicáveis à prova pericial e pleitos de indenizações por responsabilidade civil, além de outros temas propostos no curso.



### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	4/8 a 9/8/2017	2 horas
Fórum Avaliativo da Aula 1	Questões Atuais da Prova Pericial; Legislação Aplicável à Prova Pericial	10/8 a 16/8/2017	4 horas
Fórum Avaliativo da Aula 2	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário; Incapacidade para o Trabalho e Reabilitação Profissional	17/8 a 23/8/2017	4 horas
Fórum Avaliativo da Aula 3	LER/DORT; Acidentes de Trabalho e o Combate à Teoria do Ato Inseguro	24/8 a 30/8/2017	4 horas
Fórum Avaliativo da Aula 4	Nexo entre Transtornos Mentais e Trabalho; Trabalho, Sofrimento Psíquico e Patologia	31/8 a 6/9/2017	4 horas
Fórum Avaliativo da Aula 5	Etapas da Prova Pericial; Documentos e Procedimentos; Quesitos da Perícia	7/9 a 13/9/2017	4 horas
Fórum Avaliativo da Aula 6	Perícias Médicas; A Prova Pericial Judicial- Diretrizes e Enunciados	14/9 a 20/9/2017	4 horas
Avaliação	Período de Avaliação	21/9 a 24/9/2017	4 horas

#### » **Curso de Formação Continuada sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho**

10 de agosto a 24 de setembro de 2017

Devido à demanda apresentada para a capacitação de Magistrados do Trabalho nesse tema e ante a relevância da matéria na atualidade, a ENAMAT ofereceu nova edição do Curso no segundo semestre de 2017.

Como naquele realizado anteriormente, o Curso, direcionado a magistrados do primeiro grau, teve a duração de 30 horas e foi composto de 7 módulos. O módulo inicial destinou-se à ambientação, o último à entrega dos trabalhos finais e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas. Foram atendidos nessa oportunidade 120 Juizes do Trabalho.

Definiu-se como objetivo oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e informações acerca do tema Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	10 a 16/8	2 horas
Módulo 1	Princípios Constitucionais Processuais	17 a 23/8	5 horas
Módulo 2	Princípios Constitucionais do CPC/2015 Compatíveis com o Processo do Trabalho	24 a 30/8	5 horas
Módulo 3	Tutelas Provisórias de Urgência e de Evidência	31/8 a 6/9	5 horas
Módulo 4	A Uniformização da Jurisprudência	7 a 13/9	5 horas

<b>Módulo 5</b>	<b>Regras Processuais Decisórias Aplicáveis ao Processo do Trabalho</b>	<b>14a 20/9</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>21 a 24/9</b>	<b>3 horas</b>

### » **Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I**

14 de setembro a 29 de outubro de 2017

Com uma abrangência de 30 horas, o Curso foi organizado em cinco aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias detinham-se à ambientação e os últimos quatro dias à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juizes se dedicaram a leitura, discussão e avaliação das aulas. Foram atendidos 236 Magistrados do Trabalho.

Como objetivo geral, buscou-se oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre as inovações constitucionais e legislativas que alteraram de maneira significativa o direito material e processual do trabalho. Após a abordagem da cada nova matriz teórica, foram apresentadas questões práticas, enfrentadas no dia a dia do exercício da jurisdição.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Aula</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>14/9</b>	<b>20/9</b>	<b>Ambientação</b>	<b>2 horas</b>	<b>Ambientação e Preparação para as Atividades</b>
<b>21/9</b>	<b>27/9</b>	<b>Aula 1</b>	<b>5 horas</b>	<b>Alterações Legislativas Menores</b>
<b>28/9</b>	<b>4/10</b>	<b>Aula 2</b>	<b>5 horas</b>	<b>Movimentadores de Mercadoria</b>
<b>5/10</b>	<b>11/10</b>	<b>Aula 3</b>	<b>5 horas</b>	<b>Trabalho Doméstico I</b>
<b>12/10</b>	<b>18/10</b>	<b>Aula 4</b>	<b>5 horas</b>	<b>Trabalho Doméstico II</b>
<b>19/10</b>	<b>25/10</b>	<b>Aula 5</b>	<b>5 horas</b>	<b>Rescisão do Contrato Empregatício</b>
<b>26/10</b>	<b>29/10</b>	<b>Avaliação</b>	<b>3 horas</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>

### » **Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica**

6 de outubro a 19 de novembro de 2017

Verificou-se também sobre esse tema a demanda de outro curso por parte dos Magistrados Trabalhistas, diante da relevância da questão para a Justiça do Trabalho. A ENAMAT, por essa razão, realizou nova edição do curso anteriormente executado (maio a julho de 2017).

O Curso seguiu as mesmas diretrizes e especificações do anterior, com carga horária de 30 horas, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias do curso destinaram-se à ambientação e os últimos quatro dias à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juizes se dedicaram a leitura, discussão e avaliação das aulas.

O objetivo foi desenvolver no Aluno-Juiz conhecimentos, habilidades e atitudes para proporcionar-lhes a adoção de práticas concretas em sua atuação, como Magistrado do Trabalho, a fim de conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução, a partir da discussão de práticas e do compartilhamento de experiências exitosas. O Curso contou com a participação de 81 Magistrados do Trabalho.



### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Início	Término	Aula	Carga Horária	Conteúdo
3/11	8/11	Ambientação	2 horas	Ambientação e Preparação para as Atividades
9/11	15/11	Aula 1	5 horas	Motorboy e Mototaxista: Regulamentação da Profissão; Normas de Segurança; Responsabilidade do Empregador; Remuneração; Adicional de Periculosidade; Portaria nº 1.565/2014; Laudo Pericial
16/11	22/11	Aula 2	5 horas	Motorista profissional: Efeitos das Novas Leis; Controle do Horário de Trabalho; Duração da Jornada de Trabalho
23/11	29/11	Aula 3	5 horas	Motorista profissional: Início da Viagem; Tempo de Direção ou Condução; Tempo de Espera; Tempo de Reserva- Trabalho em Dupla
30/11	6/12	Aula 4	5 horas	Motorista profissional: Intervalo de 30 Minutos do Tempo de Direção; Intervalo Intra jornada; Intervalo Entrejornada; Intervalo Semanal
7/12	13/12	Aula 5	5 horas	Motorista profissional: Tutela Inibitória; Interdição do Serviço e Retenção do Veículo; Responsabilidade Solidária e sua Abrangência; Responsabilidade do Tomador; Remuneração; Cumulação de Tarefas; Seguro Obrigatório; Exame Toxicológico; Motorista no Meio Rural
14/12	17/12	Avaliação	3 horas	Avaliação da Aprendizagem

#### » Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II

3 de novembro a 17 de dezembro de 2017

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias do curso destinaram-se à ambientação e os últimos dias à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juizes se dedicaram a leitura, discussão e avaliação das aulas. Participaram do Curso 115 Juizes do Trabalho.

Como objetivo geral, pretendeu-se oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre as inovações constitucionais e legislativas que alteraram de maneira significativa o direito material e processual do trabalho. Após a abordagem da cada nova matriz teórica, foram apresentadas questões práticas, enfrentadas no dia a dia do exercício da jurisdição.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Início	Término	Aula	Carga Horária	Conteúdo
3/11	8/11	Ambientação	2 horas	Ambientação e Preparação para as Atividades
9/11	15/11	Aula 1	5 horas	Motorboy e Mototaxista: Regulamentação da Profissão; Normas de Segurança; Responsabilidade do Empregador; Remuneração; Adicional de Periculosidade; Portaria nº 1.565/2014; Laudo Pericial

16/11	22/11	Aula 2	5 horas	Motorista profissional: Efeitos das Novas Leis; Controle do Horário de Trabalho; Duração da Jornada de Trabalho
23/11	29/11	Aula 3	5 horas	Motorista profissional: Início da Viagem; Tempo de Direção ou Condução; Tempo de Espera; Tempo de Reserva- Trabalho em Dupla
30/11	6/12	Aula 4	5 horas	Motorista profissional: Intervalo de 30 Minutos do Tempo de Direção; Intervalo Intra jornada; Intervalo Entrejornada; Intervalo Semanal
7/12	13/12	Aula 5	5 horas	Motorista profissional: Tutela Inibitória; Interdição do Serviço e Retenção do Veículo; Responsabilidade Solidária e sua Abrangência; Responsabilidade do Tomador; Remuneração; Cumulação de Tarefas; Seguro Obrigatório; Exame Toxicológico; Motorista no Meio Rural
14/12	17/12	Avaliação	3 horas	Avaliação da Aprendizagem

## » Curso de Formação Continuada sobre Reforma Trabalhista

26 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018

O Curso teve carga horária de 30 horas, divididas em 4 (quatro) aulas de conteúdo específico. Durante o curso, os Alunos-Juizes se dedicaram a assistir aos vídeos e discutir o conteúdo nos fóruns. Os últimos quatro dias foram destinados à avaliação final. O Curso atendeu a 487 Magistrados do Trabalho.

O objetivo geral foi discutir as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, de forma teórica e prática, identificando os impactos da nova legislação nos institutos tradicionais do Direito e do Processo do Trabalho, avaliando o texto legal a partir das normas constitucionais e convencionais e promovendo discussão acerca da aplicação cotidiana, como também instigar o debate científico acerca da mencionada Lei, para que os Alunos-Juizes possam construir suas próprias conclusões sobre a interpretação a ser conferida à Reforma Trabalhista, reafirmando a independência e a imparcialidade no exercício da função jurisdicional.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Aula 1	Grupo Econômico, Responsabilidade dos Sócios Retirantes, Prescrição e Fisco lização	26 a 31/1	6 horas
Aula 2	Duração do Trabalho, Teletrabalho e Negociado sobre Legislação	1 a 7/2	6 horas
Aula 3	Novos Modelos de Contratação e Extinção do Contrato de Trabalho; Solução dos Conflitos Trabalhistas (Quitação anual, Acordo extrajudicial e Arbitragem)	8 a 14/2	6 horas
Aula 4	Processo do Trabalho, Procedimento e Responsabilidade Processual	15 a 21/2	6 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	22 a 25/2	6 horas



AT  
L DE  
ENTO DE  
BALHO



## Formação de Formadores

A ENAMAT promove cursos de formação de formadores para a qualificação de profissionais de ensino, nos termos da Resolução Administrativa nº 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa nº 1.363, de 16 de novembro de 2009.

A execução da formação dos Magistrados do Trabalho, em âmbito nacional ou regional, seja na formação inicial, seja na formação continuada, requer profissionais de ensino qualificados e especializados em técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem adequadas à realidade vivenciada na jurisdição.

A ENAMAT prepara instrutores ou professores, nas modalidades presencial e à distância, para que atuem nos cursos que promove, colocando-os, ainda, à disposição das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, a fim de desenvolverem ações educativas de qualidade.

Em 2017 foram realizados pela ENAMAT 5 cursos de formação de formadores no formato presencial e à distância para Magistrados do Trabalho, adiante discriminados, no formato presencial e à distância. Também foi executado o curso para capacitação de 19 servidores de Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho sobre Administração Escolar e aplicação do Módulo EJUDTRT – SIGESP, utilizando-se, nesse caso, a modalidade semipresencial, que abrange tanto o formato à distância quanto o presencial.

Desse modo, a formação de formadores levada a efeito pela ENAMAT em 2017 resultou no total de 175 atendidos, incluindo magistrados e servidores.

### Modalidade de Educação Presencial

Na modalidade de educação presencial, a ENAMAT realizou 1 curso no ano de 2017, para formação de formadores, a seguir discriminado.

#### » **Curso de Formação de Formadores para Supervisores em Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas**

11 a 14 de setembro de 2017

A Resolução nº 174/2016 do CSJT criou novo paradigma de política judiciária de métodos adequados de solução de conflitos na Justiça do Trabalho. Merecem destaque entre esses os Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, que têm como uma das principais características permitir a realização de mais de uma audiência de forma concomitante, conduzida diretamente por conciliadores/mediadores, sob a supervisão de um magistrado.

O objetivo do Curso consistiu em desenvolver competências nos magistrados que irão atuar como supervisores em Centros de Conciliação da Justiça do Trabalho, relacionadas à administração, supervisão dos serviços de conciliadores e mediadores e homologação de acordos, estruturados com base na mencionada Resolução.

Com o total de 24 horas, o Curso realizou-se na sede da ENAMAT, em Brasília, e atendeu a 50 participantes.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Professor(es)	Conteúdo	Período de Realização	Horário
Juiz de Direito André Gomma de Azevedo	Panorama histórico e normativo dos métodos consensuais de solução de conflitos: Res. CNJ 125/2010; Res. CSJT 174/2016; dispositivos do CPC aplicáveis	11/9/2017	14h45 às 16h45
Juiz Titular de Vara de Trabalho Rogério Neiva Pinheiro Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST	Moderna teoria do conflito e modelos de negociação	12/9/2017	9h às 12h



<b>Desembargadora do Trabalho Regina Dubugras – TRT 2ª Região</b>	<b>Técnicas e etapas da conciliação/ mediação. Ferramentas de provocação de mudanças</b>	<b>12/9/2017</b>	<b>13h30 às 17h30</b>
<b>Desembargador do Trabalho Ricardo Antônio Mohallem – TRT 3ª Região</b>	<b>Ética da conciliação e da mediação</b>	<b>13/9/2017</b>	<b>9h às 12h</b>
<b>Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT12ª Região</b>	<b>Supervisão de mediadores/ conciliadores: competências para a atividade de supervisão</b>	<b>13/9/2017</b>	<b>13h30 às 15h30</b>
<b>Juíza do Trabalho Ana Cláudia Viana – TRT 15ª Região</b>	<b>Supervisão de mediadores/ conciliadores: instrumentos de supervisão e avaliação</b>	<b>13/9/2017</b>	<b>15h30 às 17h30</b>
<b>Juiz Titular de Vara de Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST</b>	<b>Noções de Psicologia Aplicada na solução de conflito</b>	<b>14/9/2017</b>	<b>8h às 10h</b>
<b>Coordenador de Formação da ENAMAT José Valmir Santos Filho</b>	<b>Gestão, métodos e técnicas de ensino</b>	<b>14/9/2017</b>	<b>10h às 12h</b>
<b>Juiz de Direito André Gomma de Azevedo – TJBA e Juiz Titular de Vara de Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST</b>	<b>Oficinas de conciliação e de mediação</b>	<b>14/9/2017</b>	<b>13h30 às 15h30</b>
<b>Juiz de Direito André Gomma de Azevedo – TJBA e Juiz Titular de Vara de Trabalho Rogério Neiva Pinheiro – Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TST</b>	<b>Oficinas de conciliação e de mediação</b>	<b>14/9/2017</b>	<b>15h30 às 17h30</b>

## MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Na modalidade de educação à distância foram realizados pela ENAMAT 4 cursos em 2017, adiante apresentados.

### » **Curso de Formação de Formadores sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica**

17 de março a 30 de abril de 2017

Com o total de 33 magistrados provenientes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, tendo como requisito experiência anterior em formação, o Curso teve carga distribuída em 30 horas de atividades, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Utilizou-se a plataforma Moodle, com estudos e debates em Fóruns. Após os primeiros dias destinados à ambientação no sistema, os Alunos-Juízes dedicaram-se a leitura, discussão e avaliação das aulas. Os últimos dias foram destinados à avaliação final.

Como objetivo geral, buscou-se desenvolver no participante conhecimentos, habilidades e atitudes para proporcionar-lhes a adoção de práticas concretas em sua atuação como Magistrado do Trabalho, a fim de conferir celeridade e, principalmente, efetividade à execução a partir da discussão de práticas e do compartilhamento de experiências exitosas. Além disso, o intuito foi oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e informações, tendo em vista prepará-lo para a docência nos cursos sobre o tema em foco, executados no ambiente de aprendizagem virtual da ENAMAT.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

<b>Atividade</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Período de Realização</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Ambientação</b>	<b>Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema</b>	<b>17/3 a 22/3</b>	<b>2 horas</b>

<b>Aula 1</b>	<b>Execução trabalhista x Efetividade do direito. O risco de ganhar não levar</b>	<b>23/3 a 29/3</b>	<b>5 horas</b>
<b>Aula 2</b>	<b>0 CPC de 2015</b>	<b>30/3 a 5/4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Aula 3</b>	<b>Aplicação do CPC/2015 no Processo do Trabalho- Questões controvertidas</b>	<b>6/4 a 12/4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Aula 4</b>	<b>responsabilidade patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica. A autonomia da pessoa jurídica e o Direito do Trabalho</b>	<b>13/04 a 19/4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Aula 5</b>	<b>0 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica previsto no CPC/2015</b>	<b>20/4 a 26/4</b>	<b>5 horas</b>
<b>Avaliação</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	<b>22 a 25/2</b>	<b>3 horas</b>

### » **Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I**

12 de maio a 25 de junho de 2017

O Curso teve como participantes 23 magistrados oriundos dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, com experiência anterior em formação. No total de 30 horas, distribuídas em cinco aulas de conteúdo específico os Alunos-Juizes puderam dedicar-se à leitura do material didático, à discussões nos Fóruns de atividades e à avaliação. Além disso, destinou-se, nos primeiros dias do Curso, período especial para a ambientação e, nos últimos dias, para a avaliação final.

O Curso visou oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre as inovações constitucionais e legislativas que alteraram de maneira significativa o direito material e processual do trabalho. Após a abordagem de cada nova matriz teórica, procurou-se apresentar questões práticas, enfrentadas no dia a dia do exercício da jurisdição. Ainda como objetivo relacionado à Formação de Formadores, pretendeu-se proporcionar ao Aluno-Juiz reflexões e informações a fim de prepará-lo para a docência nos cursos sobre o tema em foco, executados no ambiente de aprendizagem virtual da ENAMAT.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Aula</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>12/5</b>	<b>17/5</b>	<b>Ambientação</b>	<b>2 horas</b>	<b>Ambientação e Preparação para as Atividades</b>
<b>18/5</b>	<b>24/5</b>	<b>Aula 1</b>	<b>5 horas</b>	<b>Alterações Legislativas Menores</b>
<b>25/5</b>	<b>31/5</b>	<b>Aula 2</b>	<b>5 horas</b>	<b>Movimentadores de Mercadoria</b>
<b>1º/6</b>	<b>7/6</b>	<b>Aula 3</b>	<b>5 horas</b>	<b>Trabalho Doméstico I</b>
<b>8/6</b>	<b>14/6</b>	<b>Aula 4</b>	<b>5 horas</b>	<b>Trabalho Doméstico II</b>
<b>15/6</b>	<b>21/6</b>	<b>Aula 5</b>	<b>5 horas</b>	<b>Rescisão do Contrato Empregatício</b>
<b>22/6</b>	<b>25/6</b>	<b>Avaliação</b>	<b>3 horas</b>	<b>Avaliação da Aprendizagem</b>

### » **Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II**

14 de setembro a 29 de outubro de 2017

O Curso, destinado à Formação de Formadores, focalizou o tema Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II. A programação teve carga horária de 30 horas, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Os primeiros dias do curso foram dedicados à ambientação e os últimos dias à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juizes realizaram leitura do material didático, discussão e avaliação das aulas. Participaram do Curso 22 Magistrados do Trabalho.



O curso objetivou desenvolver estudos e debates sobre as inovações constitucionais e legislativas que alteraram de maneira significativa o direito material e processual do trabalho, como também proporcionar ao Aluno-Juiz conhecer, após a abordagem da cada nova matriz teórica, questões práticas, enfrentadas no dia a dia do exercício da jurisdição. Como objetivo relacionado especificamente à Formação de Formadores, pretendeu-se proporcionar ao Aluno-Juiz reflexões e informações a fim de prepará-lo para a docência nos cursos sobre o tema em foco, executados no ambiente de aprendizagem virtual da ENAMAT.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Início	Término	Aula	Carga Horária	Conteúdo
14/9	20/9	Ambientação	2 horas	Ambientação e Preparação para as Atividades
21/9	27/9	Aula 1	5 horas	Motoboy e Mototaxista: Regulamentação da Profissão; Normas de Segurança; Responsabilidade do Empregador; Remuneração; Adicional de Periculosidade; Portaria nº 1.565/2014; Laudo Pericial
28/9	4/10	Aula 2	5 horas	Motorista profissional: Efeitos das Novas Leis; Controle do Horário de Trabalho; Duração da Jornada de Trabalho
5/10	11/10	Aula 3	5 horas	Motorista profissional: Início da Viagem; Tempo de Direção ou Condução; Tempo de Espera; Tempo de Reserva- Trabalho em Dupla
12/10	18/10	Aula 4	5 horas	Motorista profissional: Intervalo de 30 Minutos do Tempo de Direção; Intervalo Intrajornada; Intervalo Entrejornada; Intervalo Semanal
19/10	25/10	Aula 5	5 horas	Motorista profissional: Tutela Inibitória; Interdição do Serviço e Retenção do Veículo; Responsabilidade Solidária e sua Abrangência; Responsabilidade do Tomador; Remuneração; Cumulação de Tarefas; Seguro Obrigatório; Exame Toxicológico; Motorista no Meio Rural
26/10	29/10	Avaliação	3 horas	Avaliação da Aprendizagem

#### » Curso de Formação de Formadores sobre a Reforma Trabalhista

13 de novembro a 13 de dezembro de 2017

O Curso de Formação de Formadores sobre Reforma Trabalhista, na modalidade de educação à distância, desenvolveu-se com a carga horária de 30 horas, divididas em 4 aulas de conteúdo específico. Durante o curso, os Alunos-Juizes se dedicaram a assistir aos vídeos e discutir o conteúdo nos fóruns. Os últimos três dias foram destinados à avaliação final.

Teve como objetivo geral discutir as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, de forma teórica e prática, identificando os impactos da nova legislação nos institutos tradicionais do Direito e do Processo do Trabalho, avaliando o texto legal a partir das normas constitucionais e convencionais e promovendo discussão acerca da aplicação cotidiana, como também instigar o debate científico acerca da mencionada Lei, para que os Alunos-Juizes pudessem construir suas próprias conclusões sobre a interpretação a ser conferida à Reforma Trabalhista, reafirmando a independência e a imparcialidade no exercício da função jurisdicional.

O Curso atendeu a 28 Alunos-Juizes e pretendeu, além do alcance de competências relacionadas ao conteúdo, formar professores para ministrar, na ENAMAT Virtual, cursos de formação continuada sobre o tema.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO**

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Aula 1	Grupo Econômico, Responsabilidade dos Sócios Retirantes, Prescrição e Fiscalização	13 a 19/11	6 horas
Aula 2	Duração do Trabalho, Teletrabalho e Negociado sobre Legislação	20 a 26/11	6 horas
Aula 3	Novos Modelos de Contratação e Extinção do Contrato de Trabalho; Solução dos Conflitos Trabalhistas (Quitação anual, Acordo extrajudicial e Arbitragem)	27/11 a 3/12	6 horas
Aula 4	Processo do Trabalho, Procedimento e Responsabilidade Processual	4 a 10/12	6 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	11 a 13/12	3 horas

**Modalidade de Educação Semipresencial**

Com a utilização da educação semipresencial, que conjuga aulas de educação à distância com aulas presenciais, a ENAMAT promoveu 1 curso, direcionado a servidores de Escolas Judiciais, nos moldes a seguir expostos.

» **Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – Módulo EJUDTRT/SIGEP**

17 de julho a 7 de agosto de 2017 e 15 a 18 de agosto de 2017

O Curso, destinado a servidores lotados nas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais da 2ª, 4ª, 11ª, 15ª, 18ª, 20ª e 23ª Regiões, buscou capacitá-los para a utilização do Módulo EJUDTRT nas Escolas componentes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, bem como prepará-los para multiplicar para outros servidores os conteúdos e técnicas aprendidos. Com 34 horas-aula, o Curso contou com a participação de 19 (dezenove) servidores.

O Módulo foi desenvolvido pela Escola Judicial do TRT da 24ª Região e gerencia as principais atividades institucionais, tais como: planejamento, orçamento, inscrições, presença em atividade de capacitação e treinamento, emissão de certificados e relatórios de atividades.

O objetivo principal foi propiciar a implantação do Módulo EJUDTRT em todas as Escolas Judiciais, paralelamente às ações do SIGEP, que constitui projeto do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com a finalidade de distribuição de soluções tecnológicas para a Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho.

**Módulo I – Educação à distância (17 de julho a 7 de agosto de 2017)****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

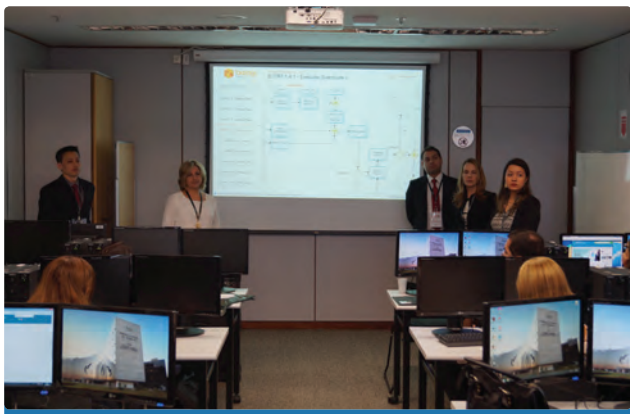
Planejamento de atividade – lançamentos de informações; lançamentos de programação – evento simples; lançamentos de programação – evento simples/público-alvo/vinculação de docente/inscrições; lançamentos de programação – evento simples/grade de programação; lançamento de orçamento; programas/documentos anexos; registro de presença; encerrar e consolidar; gerar certificado.

**Módulo II – Educação presencial (15 a 18 de agosto de 2017)**



## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

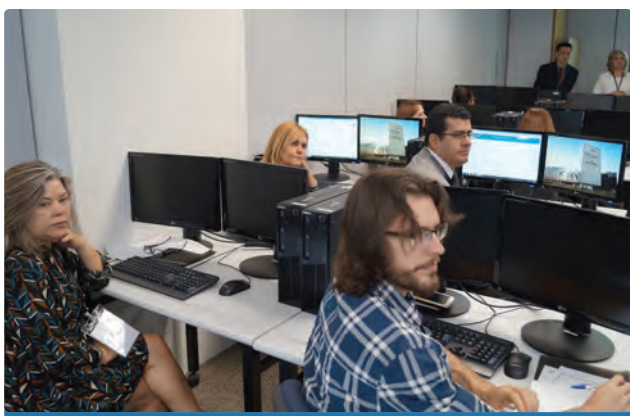
Gerenciando a mudança; fluxos dos processos de trabalho do sistema; as funcionalidades do sistema; lançamentos do planejamento anual; lançamentos simples – parte teórica; lançamentos complexos – parte prática; lançamentos de cadastro – parte prática e teórica; lançamentos complementares, exercícios de simulação e plantão de dúvidas.



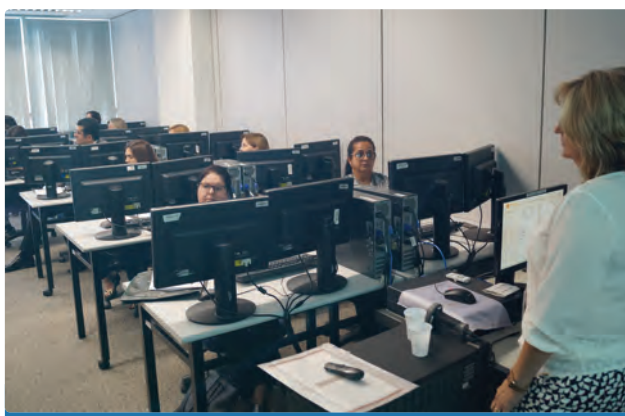
*CFF em Administração Escolar – Módulo EJUDTRT/SIGEP*



*Servidores de Escolas Judiciais participam de CFF em Administração Escolar – Módulo EJUDTRT/SIGEP*



*Servidores de Escolas Judiciais participam de aula sobre o Módulo EJUDTRT/SIGEP*



*Servidores de Escolas Judiciais participam de aula sobre o Módulo EJUDTRT/SIGEP*







## Convênios e Acordos de Cooperação

A ENAMAT firma convênios e acordos de cooperação com entidades diversas, voltados para a formação de Magistrados do Trabalho e o aperfeiçoamento das atividades formativas e de gestão das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Em 2017, foi firmado acordo com a Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros, conforme abaixo indicado.

### » ENAMAT/ENM/AMB

11 de setembro de 2017

A ENAMAT e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por intermédio da Escola Nacional da Magistratura, firmaram, no dia 11 de setembro deste ano, convênio com o objetivo de realizar intercâmbio de informações, material bibliográfico e métodos e técnicas de trabalho, assim como cooperação acadêmica, científica e cultural, visando ao aperfeiçoamento das atividades comuns desenvolvidas.

As atividades decorrentes do Convênio abrangem: o intercâmbio de informações entre as duas instituições a respeito de questões que proporcionem o aprimoramento da colaboração acadêmica, científica e cultural; o intercâmbio de material bibliográfico e o acesso físico às instalações destinadas a fins educacionais; a definição de projetos conjuntos voltados para pesquisa – teórica e prática e aplicada –, desenvolvimento, transferência de tecnologia e inovação; o intercâmbio das técnicas de aplicação e dos recursos de educação à distância; o deslocamento e hospedagem de professores, para o fim de ministrar disciplinas correlatas aos cursos oferecidos por ambas as instituições; a programação e o suporte de organização de conferências, palestras, seminários e cursos sobre questões de interesse de ambas as instituições; a elaboração e realização de programas conjuntos de formação e capacitação; o intercâmbio de programas de formação, documentação e publicações; a utilização de equipamentos didáticos e de instalações físicas dos convenientes para a realização de eventos acadêmicos, científicos e culturais comuns.

Em 2017, ainda continuam vigentes os acordos de cooperação com diversas instituições, como demonstrado na tabela que segue.

### OUTROS ACORDOS DE COOPERAÇÃO VIGENTES

Instituição	Objeto
<b>Centro de Formação de Assesores e Servidores do TST (CEFAST)</b>	<b>Estabelecer parceria para o intercâmbio de informações, material bibliográfico, métodos e técnicas de trabalho e a cooperação acadêmica, científica e cultural, visando ao aperfeiçoamento das atividades comuns desenvolvidas.</b>
<b>Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)</b>	<b>Desenvolver e executar ações do CSJT destinadas a promover a integração e o desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho, assim como ações da ENAMAT destinadas à consecução de suas atribuições na formação profissional.</b>
<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM)</b>	<b>Promover intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, bem como o desenvolvimento institucional, por meio da implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.</b>
<b>Escola Nacional da Magistratura da França</b>	<b>Promover o aperfeiçoamento da formação dos Magistrados dos dois países por meio do intercâmbio de experiências relativas à engenharia pedagógica, à formação de formadores, à formação inicial e à formação continuada, enfatizando uma abordagem teórico-prática, profissionalizante, transdisciplinar e humanista na relação ensino-aprendizagem.</b>
<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)</b>	<b>Promover a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências e a realização de cursos e outros eventos, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados e ao desenvolvimento institucional.</b>



A ENAMAT integra, ainda, duas importantes organizações internacionais voltadas para a formação de magistrados, indicadas na tabela abaixo.

### **ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS QUE A ENAMAT INTEGRA**

<b>Instituição</b>	<b>Objeto</b>
<b>International Organization for Judicial Training IOJT</b>	<b>Organização com o escopo de promover o Estado de Direito, apoiando o trabalho dos institutos de formação judiciária em todo o mundo.</b>
<b>Red Iberoamericana de Escuelas Judiciales RIAEJ</b>	<b>Comunidade de cooperação multilateral dedicada ao concertamento e apoio recíproco entre as escolas judiciais e centros de capacitação judicial da Península Ibérica e da América Latina.</b>







## Resoluções e Atos

As Resoluções e Atos apresentados a seguir são originários do Tribunal Superior do Trabalho (Pleno), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e desta Escola Nacional. Referem-se a normas, ações e designações relativas à competência da ENAMAT. A edição da Resolução Administrativa TST nº 1.861 ocorreu em 14/12/2016, mas, dada sua incidência e relevância nas ações desenvolvidas em 2017, essa norma foi integrada ao presente relatório.

Resolução/Ato	Origem	Ementa
Resolução Administrativa TST nº 1.861, de 28 de novembro de 2016 (Publicada no DEJT, em 14 de dezembro de 2016)	Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho	Regulamenta o Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.
Resolução CSJT nº 182, de 24 de fevereiro de 2017	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Regula o exercício do direito de remoção, a pedido, de Juiz do Trabalho Substituto, entre Tribunais Regionais do Trabalho.
Resolução Administrativa TST nº 1.880, de 6 de março de 2017	Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho	Aprova os nomes dos integrantes da Comissão Executiva Nacional de Concurso, de que trata a Resolução Administrativa nº 1.861, de 28 de novembro de 2016.
ATO ENAMAT nº 1, de 1º de fevereiro de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Designa Juiz Titular de Vara do Trabalho para atuar como Juiz Auxiliar da Direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT
ATO ENAMAT nº 2, de 29 de março de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Atualiza a tabela de remuneração dos profissionais de ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.
ATO ENAMAT nº 3, de 29 de março de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Dispõe sobre a retribuição devida aos membros integrantes das Comissões que compõem o Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho.
ATO ENAMAT nº 4, de 24 de abril de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Dispõe sobre a instituição da Comissão de Avaliação do 22º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.
ATO ENAMAT nº 5, de 16 de maio de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Altera a composição do Grupo de Trabalho de que trata o art. 3º do ATO ENAMAT nº 8/2016.
ATO ENAMAT nº 6, de 31 de maio de 2017	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho	Designa servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região para a função de Secretária do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.



<b>ATO ENAMAT nº 8/2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Constitui as Comissões Examinadoras, a Comissão Especial e a Comissão Multiprofissional do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO. ENAMAT nº 9, de 14 de agosto de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Faz saber o resultado parcial do Procedimento Unificado de Remoção de Juizes do Trabalho Substitutos, constante do Anexo II.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 10, de 19 de setembro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Dispõe sobre as Comissões Executivas Locais do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 11, de setembro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Altera a composição das Comissões Examinadoras, da Comissão Especial e da Comissão Multiprofissional do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 12, de 3 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Dispõe sobre nomeação de Juiz Titular de Vara do Trabalho da 18ª Região para ocupar o cargo de Juiz Auxiliar da ENAMAT.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 13, de 5 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Dispõe sobre a remuneração dos servidores de apoio às Comissões Executivas Locais do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 14, de 5 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Altera o Anexo único do ATO ENAMAT Nº 11, de 21 de setembro de 2017, que dispõe sobre a composição das Comissões Examinadoras, da Comissão Especial e da Comissão Multiprofissional do 1.º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 15, de 5 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Altera o Anexo Único do Ato ENAMAT nº 10/2017, que dispõe sobre as Comissões Executivas Locais do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.</b>
<b>ATO ENAMAT nº 16, de 10 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Altera o Anexo único do Ato ENAMAT nº 11/2017</b>
<b>ATO ENAMAT nº 17, de 25 de outubro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Dispõe sobre Procedimento Unificado de Remoção de Juizes do Trabalho Substitutos.</b>

<b>ATO ENAMAT nº 18, de 28 de novembro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Fixa as competências das unidades da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT</b>
<b>ATO ENAMAT nº 19, de 12 de dezembro de 2017</b>	<b>Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho</b>	<b>Designa servidora para exercer o encargo de Secretária do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, revogando-se o ATO ENAMAT nº 6/2017, disponibilizado no DEJT do dia 2/6/2017.</b>





## Conselho Consultivo

### » 7ª Reunião – Biênio 2016 / 2018

28 de março de 2017

No dia 28 de março, o Conselho Consultivo reuniu-se, na Sala da Direção da ENAMAT, com a finalidade de tratar de diversas questões relacionadas ao Concurso Nacional Unificado e à formação de magistrados do trabalho.

Os membros do Conselho debateram a respeito do projeto básico para contratação de empresa que promoveria o Concurso Nacional. Foram analisadas questões pertinentes à Resolução Administrativa do TST n.º 1.861/2016 e tabela remuneratória das comissões examinadoras do concurso.

Houve, ainda, análise de correspondências oficiais provenientes da Escola Judicial do TRT da 4ª Região, com sugestão para alteração da Resolução ENAMAT n.º 9/2011, que regulamenta a formação continuada dos Magistrados do Trabalho no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (COLEPRECOR), solicitando autorização para utilizar a logomarca da ENAMAT em campanha nacional destinada ao fortalecimento da Justiça do Trabalho.



7ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT





7ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



7ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT





7ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



7ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



## » 8ª Reunião – Biênio 2016 / 2018

27 de abril de 2017

O Conselho Consultivo reuniu-se, no dia 27 de abril, para analisar parecer técnico emitido pela Coordenadoria de Concurso da ENAMAT sobre propostas de execução do Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Magistratura do Trabalho apresentadas pela Fundação Carlos Chagas (FCC), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE).

A reunião foi presidida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen, Peduzzi, e ocorreu na Sala da Direção.



8ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



8ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Membros do Conselho Consultivo participam de videoconferência durante a 8ª reunião do biênio 2016/2018



8ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT





*Membros do Conselho Consultivo participam de videoconferência durante a 8ª reunião do biênio 2016/2018*

## » **9ª Reunião – Biênio 2016 / 2018**

11 de outubro de 2017

O Conselho Consultivo reuniu-se na sala da Direção da ENAMAT, no dia 11 de outubro, para discutir questões pertinentes ao Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Magistratura do Trabalho.

Houve, ainda, apresentação de convite proveniente da Escola Judicial do TRT da 11ª Região para participação na abertura do ano letivo, em 2 de fevereiro de 2018, em Manaus.



*9ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



9ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018



Membros do Conselho Consultivo participam da 9ª reunião do biênio 2016/2018





9ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018



Membros do Conselho Consultivo participam da 9ª reunião do biênio 2016/2018



## » 10ª Reunião – Biênio 2016 / 2018

5 de dezembro de 2017

Na sala da Direção da ENAMAT, realizou-se 10ª e última reunião do Conselho Consultivo em 2017. Participaram presencialmente a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, que dirigiu a reunião, a Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora, e os conselheiros Ministros João Batista Brito Pereira, Dora Maria da Costa e Hugo Carlos Scheuermann. O Desembargador do Trabalho Alexandre Corrêa da Cruz marcou presença por meio de videoconferência.

Discutiu-se o Parecer ENAMAT nº 003/2017, que trata do Procedimento Unificado de Remoção referente a 12 Juízes do Trabalho Substitutos que se encontram em situação peculiar, por terem ingressado na carreira após o término das inscrições para a remoção. O parecer propôs o acolhimento do pedido dos Juízes, para permitir-lhes a inscrição no cadastro único de remoção, passando a figurar após o último inscrito em cada bloco do TRT de destino, observados os procedimentos e as consultas então indicados. O Conselho Consultivo deliberou pelo acolhimento integral do Parecer, com a consulta aos Juízes nominados, a ser feita aos TRTs.

Na sequência, tratou-se de questões atinentes ao Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho. A Diretora da ENAMAT informou aos membros do Conselho sobre a realização da segunda etapa do Concurso, no dia 3 de dezembro, apontando que ocorreu sem incidentes na aplicação das provas.



10ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018, conduzida pela Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT



Membros do Conselho Consultivo participam da 10ª reunião do biênio 2016/2018





10ª reunião do Conselho Consultivo do biênio 2016/2018



Membros do Conselho Consultivo participam da 10ª reunião do biênio 2016/2018







## Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho



### » 3ª Reunião – Biênio 2016 / 2018

29 de março de 2017

Os diretores das escolas que compõem o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) reuniram-se na sede da ENAMAT, no dia 29 de março, para análise das atividades da Escola Nacional referentes ao ano de 2016 e organização das que ocorreriam durante o ano de 2017. Os métodos de avaliação no âmbito do SIFMT foram também objeto de debate na ocasião.

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi apresentou, inicialmente, às demais autoridades presentes à reunião o Relatório de Atividades da Escola do ano de 2016, ressaltando o papel da ENAMAT e das demais escolas judiciais perante a sociedade.

Entre as atividades programadas para o ano de 2017 na ENAMAT, ressaltou-se a realização do 22º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho ocorrido de 2 a 26 de maio. Foi apresentado, ainda, o calendário dos cursos à distância para 2017, além do orçamento da ENAMAT destinado às Escolas Judiciais para o ano.

Houve, ainda, o debate acerca da realização do Concurso Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho. Os magistrados presentes trocaram ideias e experiências sobre o certame, que teve início após o Concurso de Remoção.

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e a ENAMAT aproveitaram a ocasião para renovar o Acordo de Cooperação Técnica e dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Escolas Judiciais.

Foram apresentadas, ainda, as últimas notícias sobre o Sistema de Gestão de Escolas Judiciais, que está sendo integrado ao sistema desenvolvido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) visando à obtenção, pela respectiva escola judicial, de dados a respeito de seus magistrados e servidores. A ENAMAT disponibilizou, em 2017, Curso de Formação de Formadores para preparar servidores das Escolas Judiciais sobre a utilização do sistema.

Programado para acontecer concomitantemente a essa reunião, foi realizado, na sede da ENAMAT, o Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT, com o fim de analisar o sistema de avaliação utilizado por essas escolas e pela Escola Nacional.





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, coordena os trabalhos da 3ª reunião do SIFMT do biênio 2016/2018*



*Diretores das Escolas Judiciais participam da 3ª reunião do SIFMT do biênio 2016/2018*





Diretores das Escolas Judiciais participam da 3ª reunião do SIFMT do biênio 2016/2018

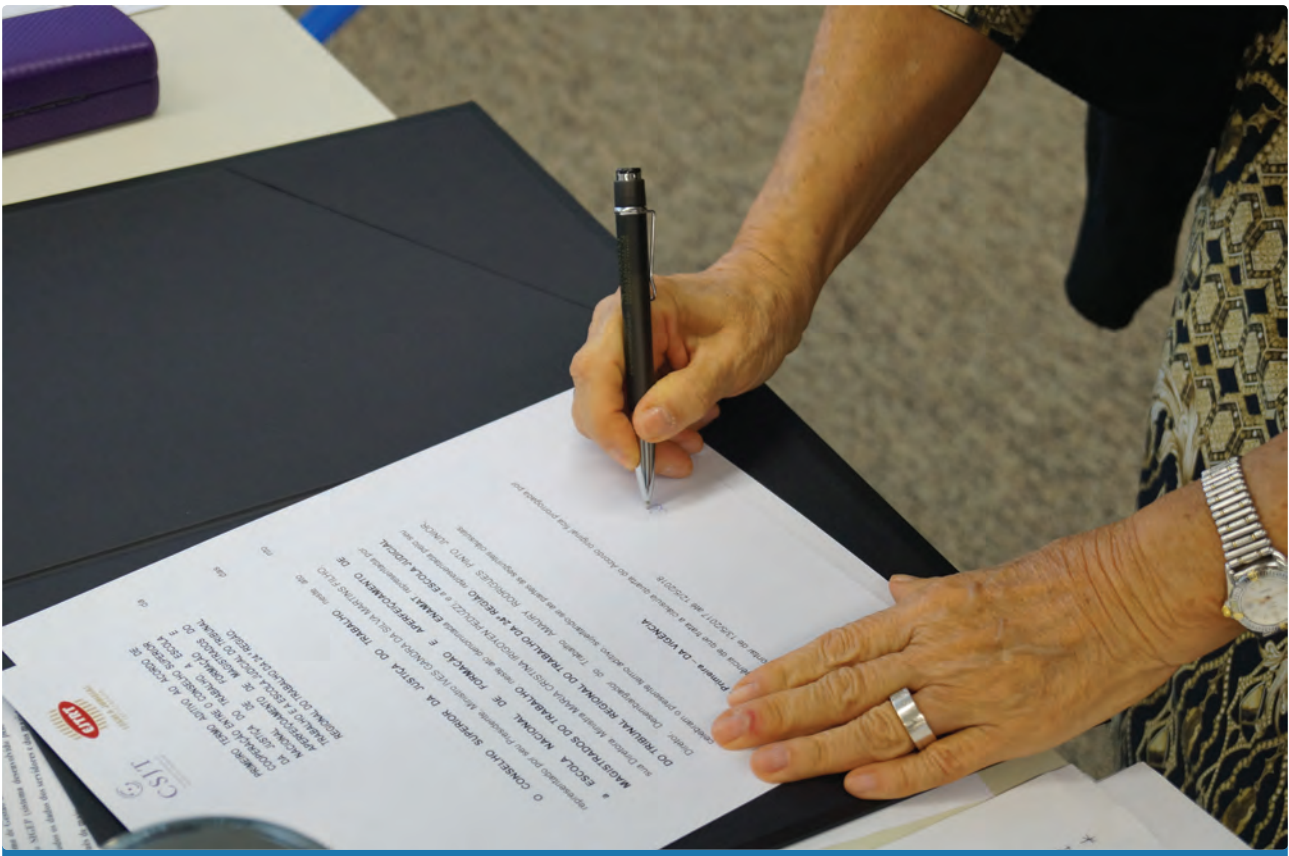


Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, coordena os trabalhos da 3ª reunião do SIFMT do biênio 2016/2018





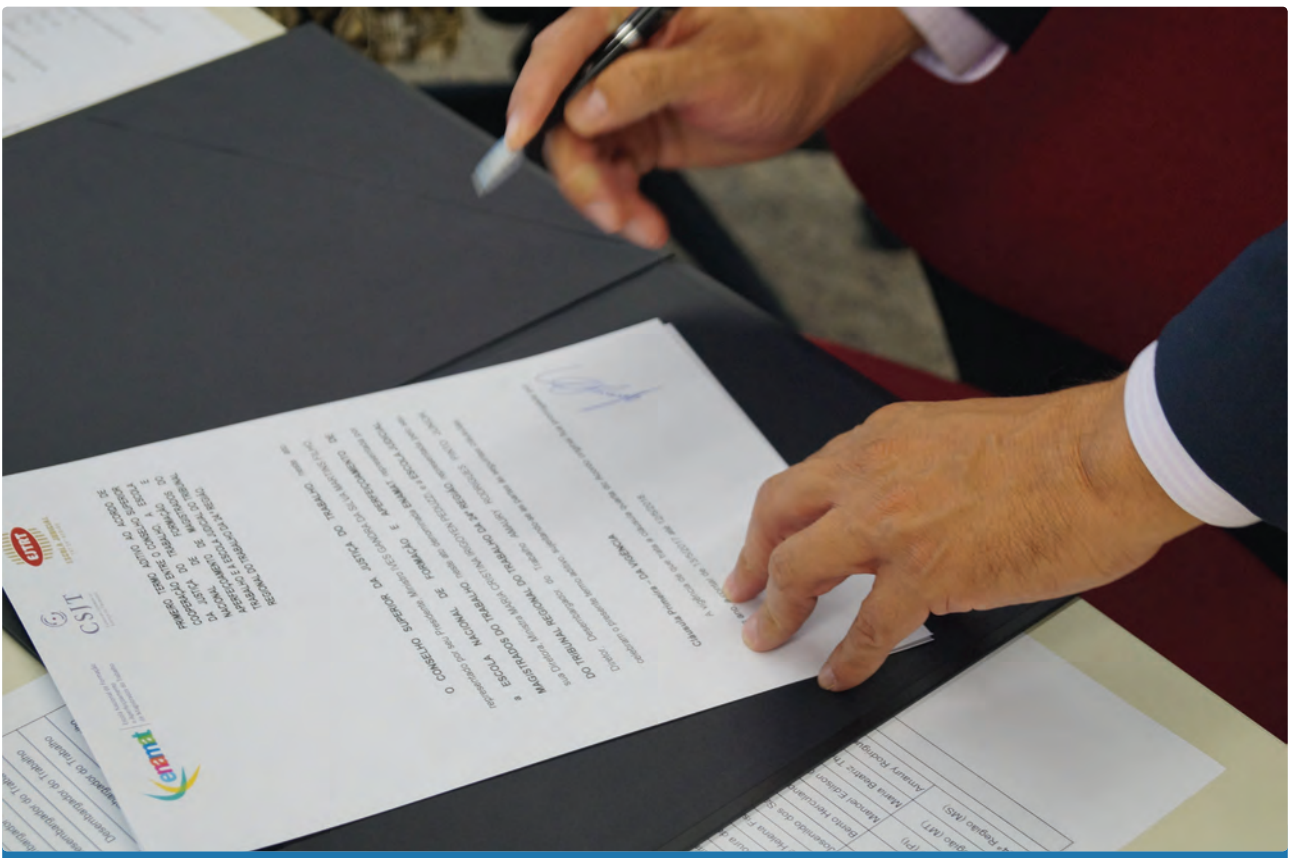
*Diretores das Escolas Judiciais participam da 3ª reunião do SIFMT do biênio 2016/2018*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, assina termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Judicial do TRT da 24ª Região*



*Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região, e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, assinam termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica*



*Assinatura do termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre a ENAMAT e a Escola Judicial do TRT da 24ª Região*



» **Encontro Técnico-Pedagógico do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho**



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, realiza a abertura do Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT*

Os coordenadores pedagógicos de 23 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho se reuniram na ENAMAT com o Juiz Auxiliar João Marcelo Balsanelli e o Coordenador Acadêmico José Valmir Santos Filho, durante a realização do Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT. A discussão teve como tema central o sistema de avaliação utilizado pelas Escolas Regionais e pela Escola Nacional.

As Escolas expuseram o seu método de avaliação, ao mesmo tempo em que houve debates a respeito de eventuais mecanismos de aprimoramento desse sistema, visando alcançar uma capacitação mais eficiente dos juízes, de modo a aprimorar a excelência na entrega da prestação jurisdicional pela Justiça do Trabalho.

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

29/3/2017	
14h30 às 14h45	<b>Apresentação tema</b> Moderadores: João Marcelo Balsanelli – Juiz Auxiliar da ENAMAT José Valmir S. Filho – Coordenador Acadêmico da ENAMAT
14h45 às 15h15	<b>Discussão sobre o Sistema de Avaliação da formação do SIFMT: Aspectos teóricos</b> Moderadores: João Marcelo Balsanelli – Juiz Auxiliar da ENAMAT José Valmir Santos Filho – Coordenador Acadêmico da ENAMAT
15h15 às 16h	<b>Exposição pelos coordenadores pedagógicos da metodologia de avaliação das EJUDs</b> Moderadores: João Marcelo Balsanelli – Juiz Auxiliar da ENAMAT José Valmir Santos Filho – Coordenador Acadêmico da ENAMAT
16h às 17h	<b>Apresentação de sugestões para produção de documento de criação do Sistema de Avaliação do SIFMT</b> Moderadores: João Marcelo Balsanelli – Juiz Auxiliar da ENAMAT José Valmir Santos Filho – Coordenador Acadêmico da ENAMAT



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, realiza a abertura do Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT*



*Coordenadores Pedagógicos participam do Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT*



*Juiz Auxiliar da Escola Nacional, João Marcelo Balsanelli, e Coordenador Acadêmico, José Valmir Santos Filho, conduzem o Encontro Técnico-Pedagógico do SIFMT*



## » 4ª Reunião – Biênio 2016/2018

27 de novembro de 2017



*Participantes da 4ª Reunião do SIFMT – Biênio 2016/2018*

Na realização da 4ª Reunião do SIFMT, reuniram-se, na sede da ENAMAT, em Brasília, os diretores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com a finalidade de discutir questões pertinentes ao Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho. Objetivando o exame do tema, houve apresentação de slides aos participantes, com o fim de possibilitar a visualização adequada dos principais aspectos que envolviam o assunto tratado.

Deu-se notícia aos integrantes do SIFMT sobre o acórdão referente ao Processo nº CSJT-PP-4103-69.2016.5.90.0000, concernente ao pedido de providências instaurado pela ENAMAT, a respeito das Escolas Judiciais. Explicitou-se, então, a deliberação do CSJT nesse processo, na qual, considerando o papel de Coordenadora do SIFMT, o CSJT inseriu, em seu regimento interno, entre as competências do Presidente do CSJT, “submeter à Direção da ENAMAT, para parecer prévio, os procedimentos em tramitação no Conselho cujos temas sejam relacionados às Escolas Judiciais e à Formação de Magistrados, excluindo-se de tal requisito os procedimentos que envolvam matéria envolta a servidores públicos da Justiça do Trabalho”. Também deliberou o CSJT retirar a Escola Judicial do elenco de Unidades de Apoio Administrativo e inserir no elenco de Unidades de Apoio Judiciário.

Na reunião, realizou-se, ainda, a despedida da direção da ENAMAT, em virtude do término da atual gestão da Escola Nacional, a ocorrer em março de 2018.

No final, houve entrega das Medalhas de Honra da ENAMAT, com o respectivo certificado, aos diretores das Escolas Judiciais participantes da reunião.



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, preside a 4ª Reunião do SIFMT*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, apresenta informações sobre o Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Enoque Ribeiro dos Santos, representante da Escola Judicial do TRT da 1ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Adalberto Martins, Diretor da Escola Judicial do TRT da 2ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Luiz Ronan Neves Koury, Diretor da Escola Judicial do TRT da 3ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Alexandre Corrêa da Cruz, Diretor da Escola Judicial do TRT da 4ª Região*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado à Desembargadora do Trabalho Margareth Rodrigues Costa, Diretora da Escola Judicial do TRT da 5ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado à Desembargadora do Trabalho Nise Pedroso Lins de Sousa, Diretora da Escola Judicial do TRT da 6ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado à Desembargadora do Trabalho Maria Roseli Mendes Alencar, Diretora da Escola Judicial do TRT da 7ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Arion Mazurkevic, Diretor da Escola Judicial do TRT da 9ª Região*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Brasilino Santos Ramos, Diretor da Escola Judicial do TRT da 10ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho David Alves de Mello Júnior, Diretor da Escola Judicial do TRT da 11ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Roberto Basilone Leite, representante da Escola Judicial do TRT da 12ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Ubiratan Moreira Delgado, Diretor da Escola Judicial do TRT da 13ª Região*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado à Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur, Diretora da Escola Judicial do TRT da 14ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Manoel Carlos Toledo Filho, Diretor da Escola Judicial do TRT da 15ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Gerson de Oliveira Costa Filho, Diretor da Escola Judicial do TRT da 16ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho José Luiz Serafini, Diretor da Escola Judicial do TRT da 17ª Região*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Elvecio Moura dos Santos, Diretor da Escola Judicial do TRT da 18ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Juiz do Trabalho Substituto Flávio Luiz da Costa, representante da Escola Judicial do TRT da 19ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Josenildo dos Santos Carvalho, Diretor da Escola Judicial do TRT da 20ª*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Bento Herculano Duarte Neto, Diretor da Escola Judicial do TRT da 21ª Região*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Manoel Edilson Cardoso, Diretor da Escola Judicial do TRT da 22ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho João Carlos Ribeiro de Souza, representante da Escola Judicial do TRT da 23ª Região*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, entrega medalha e certificado ao Desembargador do Trabalho Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região*







## Concurso Público Nacional Unificado



A realização do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho tornou-se competência da ENAMAT, em conformidade com as disposições contidas na Resolução Administrativa – TST nº 1.861, de 28 de novembro de 2016.

Com a previsão de realização do Concurso Público Nacional Unificado em 2017, a ENAMAT inaugurou, desde o começo de 2017, a tomada de providências necessárias à implementação da Coordenadoria de Concurso e à realização do 1º Concurso Nacional Unificado, contemplando a gestão de ações, de pessoas e de recursos financeiros e materiais.

A edição do ATO.GDGSET.GP N.º 419/2017, publicado no Boletim Interno nº 33, de 5 de agosto de 2017, efetivou a primeira mudança na Escola Nacional para atender às demandas do Concurso Nacional e do Procedimento Unificado de Remoção, que antecedeu o certame. O quadro de funções da ENAMAT foi reestruturado a partir das funções já existentes, o que resultou em maior nível de funções à disposição da Escola e distribuição equitativa nas Coordenadorias de Formação, de Concurso e Administrativa. Posteriormente, o ATO ENAMAT N.º 18/2017 fixou as competências e atribuições das unidades da Escola, estabeleceu a função de Assistente-Jurídico e definiu as atividades do Secretário do Concurso Nacional Unificado.

Em 2017, o Concurso Nacional Unificado concluiu as duas primeiras etapas, com a aplicação da Prova Objetiva Seletiva e das provas escritas, Discursiva e de Sentença. A terceira etapa, composta pela Inscrição Definitiva, Exames de Sanidade Física e Mental e Sindicância da Vida Progressiva; a quarta etapa, em que será aplicada a prova oral; e a quinta etapa, Avaliação de Títulos, ocorrerão a partir de março de 2018.

A realização do Concurso Público Nacional Unificado, de responsabilidade da ENAMAT, tem a colaboração de todos os Tribunais Regionais do Trabalho e destina-se ao preenchimento das vagas existentes na época da publicação do edital de convocação e de todas as que surgirem em todos os TRTs durante o período de execução do concurso e em seu prazo de validade.

O Procedimento Unificado de Remoção antecedeu ao I Concurso Público Nacional Unificado, nos termos do art. 95 da Resolução TST nº 1.861/2016 e dos arts. 4º e 13 da Resolução CSJT nº 182/2017. A exposição acerca do Procedimento Unificado de Remoção é apresentada em item próprio neste Relatório.

### » Iniciativas Institucionais para o Concurso Nacional Unificado

Comissão Executiva Nacional do 1º Concurso Público Nacional Unificado

Nos termos do art. 24 da RA TST 1861/2017, a Comissão é presidida pelo Diretor da ENAMAT e composta, ainda, por Ministro do TST, Desembargador do Trabalho, Juiz Titular de Vara do Trabalho e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho constituiu, no dia 6 de março, pela Resolução Administrativa nº 1.880/2017, a Comissão Executiva Nacional do Concurso Público Nacional Unificado (ver quadro adiante com os respectivos integrantes).



» **Presidente da Comissão Executiva Nacional de Concurso**

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Ministra Maria de Assis Calsing (Suplente)

» **Ministro do Tribunal Superior do Trabalho**

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho (Suplente)

» **Desembargador do Trabalho**

Desembargadora Tereza Asta Gemignani (TRT da 15ª Região)

Desembargador Ricardo Alencar Machado (TRT da 10ª Região – Suplente)

» **Juiz Titular de Vara do Trabalho**

Juiz João Marcelo Balsanelli (TRT da 24ª Região)

Juíza Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim (TRT da 3ª Região – Suplente)

» **Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**

Advogado Raimar Rodrigues Machado

Advogado Marcos Luís Borges de Resende (Suplente)



*Comissão Executiva Nacional de Concurso em reunião na sede da ENAMAT*

### **Contratação de Instituição Especializada para Execução do Concurso Nacional Unificado**

Considerando a alta complexidade envolvida na execução de um certame para a Magistratura, especialmente em nível nacional, e o ineditismo dessa atividade para a ENAMAT, foi necessário contratar Instituição especializada para viabilizar a realização do Concurso Nacional Unificado ainda no ano de 2017. Para tanto, foi realizado o correspondente processo administrativo, no qual foi habilitada a Fundação Carlos Chagas. O contrato, firmado no valor de R\$ 3.487.000,00, considerou a estimativa de inscrição de 15 mil candidatos, com acréscimo ou decréscimo do valor conforme o efetivo número de inscritos.

A Fundação Carlos Chagas é responsável por todas as atividades operacionais do certame e pelo assessoramento às Comissões designadas para atuação no Concurso Nacional sob a coordenação da ENAMAT.



*Empresas entregam propostas para execução do Concurso Público Nacional Unificado*



*Assinatura do contrato com a Fundação Carlos Chagas*

### **Secretário do 1º Concurso Público Nacional Unificado**

Dispõe a Resolução CNJ n.º 75/2009 que a comissão organizadora dos concursos para a Magistratura designará o secretário do concurso e a RA TST 1.861/2016 estabelece que haja apoio administrativo para a Comissão responsável pelo Concurso Nacional. Da composição dessas disposições foi estabelecida a atividade de Secretário do Concurso Nacional Unificado.

Por meio do ato ENAMAT n.º 006/2017, foi designada a servidora Carolina da Silva Ferreira, Assessora-Chefe de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que ficou à disposição da ENAMAT, como Secretária do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.



## Comissões do 1º Concurso Público Nacional Unificado

A Comissão Executiva Nacional, no cumprimento de suas atribuições e observando as disposições da Resolução Administrativa TST nº 1861/2016, indicou os membros e suplentes das quatro Comissões Examinadoras, da Comissão Especial e da Comissão Multiprofissional do I Concurso Público Nacional Unificado. A composição das Comissões foi formalizada por meio de ato da ENAMAT, antecedida por ato que, nos termos do parágrafo único do art. 23 da mencionada Resolução, estabeleceu a remuneração dos integrantes das Comissões do Concurso Nacional Unificado.

A primeira composição das Comissões constou do Ato ENAMAT n.º 11/2017, Essa composição foi posteriormente alterada, em decorrência de impedimentos e indisponibilidades dos membros originalmente designados.

Os Tribunais Regionais do Trabalho indicaram os integrantes das Comissões Executivas Locais e os servidores de apoio que na primeira etapa do certame atuaram na fiscalização da aplicação da Prova Objetiva Seletiva sob a orientação da Comissão Executiva Nacional e da Fundação Carlos Chagas.

## Outras Iniciativas

A ENAMAT efetivou outras providências para a realização do Concurso Público Nacional Unificado, das quais se destaca a adaptação do espaço físico da Escola; a designação de servidores para a Coordenadoria de Concurso, a reformulação do sítio da Escola e a criação de página destinada ao Concurso Público Nacional Unificado.

Como atividades preliminares à abertura do Concurso Nacional, efetivadas pela Coordenadoria de Concurso, destacam-se a finalização do Projeto Básico para contratação da Instituição Especializada, a elaboração e assinatura do contrato com a Fundação Carlos Chagas, a proposição de alterações na RA TST 1861/2016.

Por fim, destaca-se a constituição da Comissão de Fiscalização do contrato DI nº DI-008/2017, composta por servidores da ENAMAT e TST, que vem trabalhando de modo a garantir o efetivo cumprimento das obrigações da Fundação Carlos Chagas.

## Andamento do Concurso Público Nacional Unificado

O edital de abertura do 1º Concurso Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho foi publicado no dia 29 de junho de 2017 no Diário Oficial da União.

O processo seletivo visa ao preenchimento de 132 vagas para Juiz do Trabalho, bem como daquelas que surgirem durante o prazo de validade do certame (dois anos, prorrogável por igual período). O certame prevê a reserva de vagas aos negros e deficientes, conforme legislação aplicável aos concursos públicos para magistratura.

## Informações Gerais

O número de candidatos no Concurso Nacional Unificado confirmou a estimativa da ENAMAT de 15.000 inscritos para realização do certame em 2017. Após o exame de todas as inscrições submetidas à Fundação Carlos Chagas, o número base para pagamento do contrato foi de 14.900 candidatos pagantes.

<b>Arrecadação (pagamentos de taxa de inscrição)</b>	<b>R\$ 4.034.250,00</b>
<i>Custo Direto (contratação Instituição especializada)</i>	<i>R\$ 3.487.000,00</i>
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 547.250,00</b>

O resultado das inscrições preliminares após verificação dos requisitos para a inscrição preliminar foi o seguinte:

<b>Inscrições preliminares deferidas (candidatos habilitados para a primeira etapa – prova objetiva seletiva)</b>	<b>13.605</b>
<i>Inscrições deferidas para candidatos deficientes</i>	<i>280</i>
<i>Inscrições deferidas para concorrência às vagas reservadas aos candidatos negros</i>	<i>1.994</i>

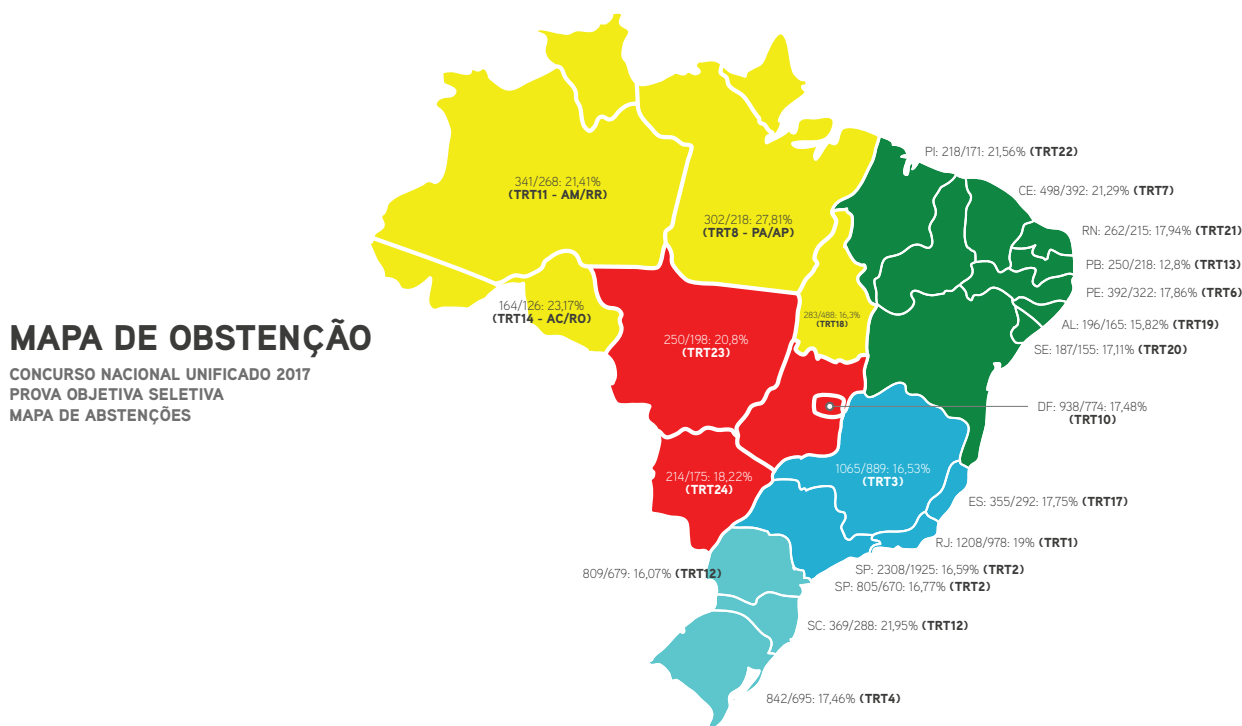
Entre os 13.605 candidatos que tiveram sua inscrição deferida, 482 tiveram benefício de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

### Primeira Etapa – Prova Objetiva Seletiva

A primeira etapa do Concurso Público Unificado ocorreu no dia 8 de outubro, nas 24 cidades-sede dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O total de candidatos habilitados para a prova objetiva seletiva foi 13.605, dos quais 11.331 candidatos à ampla concorrência, 1.994 candidatos cotistas negros, 280 candidatos cotistas deficientes.

Estiveram presentes para a realização da prova 11.166 candidatos, evidenciando-se uma abstenção de 17,93%.



Estadística Ausentes Geral	Inscritos	Presentes	ausentes	% ausentes	% presentes
	13600	11166	2434	17,9	82,1

As ações posteriores à aplicação da Prova Objetiva podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Ação	Data
Divulgação do gabarito preliminar	11/10/2017
Prazo para vista da prova	13 e 16/10/2017
Prazo para recurso	17 e 18/10/2017
Divulgação do resultado preliminar	25/10/2017
Sessão pública de julgamento de recursos	9/11/2017
Divulgação do resultado definitivo da primeira etapa	14/11/2017



A sessão pública ocorrida no dia 9 de novembro foi transmitida pelo canal da ENAMAT no Youtube e acompanhada remotamente por 412 pessoas. Como resultado do julgamento, anularam-se três questões da prova objetiva e a respectiva pontuação atribuída a todos os candidatos.

A partir desse resultado, foram convocados para a segunda etapa 1.341 candidatos, dos quais 1.146 candidatos à ampla concorrência, 170 candidatos cotistas negros, 25 candidatos cotistas deficientes.

## **Segunda Etapa – Prova Discursiva e Prova de Sentença**

A Prova Discursiva e a Prova de Sentença, que constituíram a segunda etapa do Concurso, foram aplicadas nos dias 2 e 3 de dezembro, em Brasília, nas dependências do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

Estiveram presentes para a realização da Prova Discursiva 1.278 candidatos, evidenciando-se abstenção de 4,77%, e na Prova de Sentença 1.270, com abstenção de 5,36%.

Em fevereiro de 2018, houve o prosseguimento das ações da 2ª etapa do Concurso Público Nacional Unificado, com a realização da sessão pública de identificação das provas e divulgação das notas da Prova Discursiva.

Na sede da ENAMAT, a sessão foi transmitida ao vivo no canal oficial da Escola no Youtube, acompanhada pela Diretora da ENAMAT e Presidente da Comissão Executiva Nacional de Concurso, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e pelo Presidente da Comissão Examinadora da Prova Discursiva, Desembargador Georgenor de Sousa Franco, assim como por representantes da Fundação Carlos Chagas, organizadora do certame.

Conforme Edital, as provas não tiveram identificação explícita dos candidatos. Na sessão, ocorreu a identificação por meio de leitura ótica de código de barras, divulgando-se o nome e a nota de cada candidato.

Para a correção da prova de sentença foram habilitados 488 candidatos (38% de aprovados), dos quais sete concorrem às vagas reservadas a pessoa com deficiência e 60 às vagas reservadas aos negros.

A continuidade do Concurso Público Nacional Unificado ocorrerá em 2018 com a correção das Provas de Sentença e a realização das demais etapas previstas.

## **Procedimento Unificado de Remoção**

Conforme disposição do art. 95 da Resolução Administrativa TST nº 1.861/2016, antes do início do concurso público nacional unificado, cada Tribunal Regional do Trabalho deve publicar edital, com prazo de trinta dias, para possibilitar, nesse prazo, pedidos de remoção pelos Juízes do Trabalho Substitutos de outras Regiões.

De modo a efetivar as remoções regionais como Procedimento Unificado, foram tomadas as seguintes providências pela ENAMAT:

### **Apresentação do Procedimento Unificado de Remoção aos Tribunais**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participou da 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), relatando aos Desembargadores o procedimento de publicações e prazos unificados das remoções, bem como esclareceu algumas dúvidas sobre o Concurso Nacional.

## **Caracterização dos Tribunais Regionais sobre a Disponibilidade de Vagas**

Por ter-se tratado de procedimento prévio ao primeiro Concurso Nacional Unificado, foi necessário observar as regras de transição para as remoções dispostas na Resolução CSJT nº 182/2017, de modo a garantir o direito à remoção de Juízes do Trabalho nomeados a partir de concurso regionais (art.13). Assim, ao tempo da publicação unificada de editais de remoção regionais, os Tribunais Regionais encontravam-se em duas situações: com ou sem vagas “abertas” para designação de um Juiz Substituto removido.

Esses dois cenários geraram, portanto, dois tipos de editais: de remoção para vagas existentes, estando o número de vagas descrito na publicação, e de remoção para vagas futuras.

Registra-se que aos Tribunais com concursos em andamento foi esclarecido que deveriam observar o quantitativo de aprovados e, então, expedir o edital de acordo com uma das duas situações acima.

## Quantitativos do Procedimento Unificado de Remoção e Apuração das Vagas para o Concurso Nacional Unificado

A Coordenadoria de Concurso monitorou as publicações efetivadas pelos Tribunais Regionais, constatando a existência de vagas nos TRTs da 1ª, 2ª, 3ª, 8ª, 11ª, 14ª, 18ª, 23ª e 24ª Regiões, totalizando 163 vagas disponíveis para remoção.

Os editais foram publicados nos primeiros dias de abril de 2017 e no dia 9 de maio de 2017 todos os prazos para remoção estavam encerrados.

Os números apurados mostraram que 250 Juízes do Trabalho Substitutos tinham interesse em deixar o TRT a que estavam vinculados e evidenciaram quais os Tribunais com maior perspectiva de evasão e aqueles com maior interesse para os Juízes do Trabalho Substitutos (ver quadro).

Quadro de Interesse		Perspectiva de evasão	
TRIBUNAL	QUANTIDADE DE INSCRITOS REMOÇÃO(1)	TRIBUNAL	JUÍZES COM PEDIDO DE REMOÇÃO(2) Perspectiva de evasão
TRT 5ª	30	TRT 1ª	45
TRT 12ª	27	TRT 2ª	45
TRT 4ª	24	TRT 14ª	26
TRT 15ª	23	TRT 8ª	25
TRT 9ª	20	TRT 15ª	23
TRT 3ª	19	TRT 23ª	21
TRT 7ª	16	TRT 6ª	13
TRT 20ª	15	TRT 3ª	13
TRT 17ª	14	TRT 11ª	9
TRT 6ª	13	TRT 16ª	7
TRT 10ª	11	TRT 21ª	6
TRT 19ª	9	TRT 18ª	5
TRT 2ª	8	TRT 10ª	4
TRT 21ª	8	TRT 9ª	2
TRT 18ª	8	TRT 19ª	2
TRT 13ª	7	TRT 5ª	1
TRT 1ª	3	TRT 4ª	1
TRT 22ª	2	TRT 24ª	1
TRT 11ª	1	TRT 20ª	1
TRT 8ª	0	TRT 7ª	0
TRT 24ª	0	TRT 22ª	0
TRT 23ª	0	TRT 17ª	0



TRT 16 <sup>a</sup>	0	TRT 13 <sup>a</sup>	0
TRT 14 <sup>a</sup>	0	TRT 12 <sup>a</sup>	0
<b>TOTAL</b>	<b>258</b>	<b>TOTAL</b>	<b>250</b>

1. Os números da quantidade de inscrições consideram aquelas realizadas em duplicidade por 7 Juízes.

2. Foram desconsiderados os pedidos de remoção para mais de um Tribunal.

A apuração das vagas disponíveis para o Concurso Nacional Unificado observou os quantitativos e saldos por Região, visto que os quadros de Magistrados são independentes entre os Tribunais Regionais. Assim, colheu-se, em cada Tribunal, o saldo positivo de vagas após o procedimento unificado de remoção. Com isso, no Edital do Concurso Nacional Unificado foram apontadas vagas, conforme se pode verificar no quadro adiante.

<b>TRIBUNAL</b>	<b>VAGAS REMOÇÃO</b>	<b>INSCRIÇÕES REMOÇÃO(1)</b>	<b>SALDO DE VAGAS(2)</b>	<b>EDITAL QUADRO DE VAGAS</b>
TRT 1 <sup>a</sup>	2	3	-1	VAGA FUTURA
TRT 2 <sup>a</sup>	108	8	100	100
TRT 3 <sup>a</sup>	27	19	8	8
TRT 4 <sup>a</sup>	0	24	-24	VAGA FUTURA
TRT 5 <sup>a</sup>	0	30	-30	VAGA FUTURA
TRT 6 <sup>a</sup>	0	13	-13	VAGA FUTURA
TRT 7 <sup>a</sup>	0	16	-16	VAGA FUTURA
TRT 8 <sup>a</sup>	4	0	4	4
TRT 9 <sup>a</sup>	0	20	-20	VAGA FUTURA
TRT 10 <sup>a</sup>	0	11	-11	VAGA FUTURA
TRT 11 <sup>a</sup>	13	1	12	12
TRT 12 <sup>a</sup>	0	27	-27	VAGA FUTURA
TRT 13 <sup>a</sup>	0	7	-7	VAGA FUTURA
TRT 14 <sup>a</sup>	5	0	5	5
TRT 15 <sup>a</sup>	0	23	-23	VAGA FUTURA
TRT 16 <sup>a</sup>	0	0	0	VAGA FUTURA
TRT 17 <sup>a</sup>	0	14	-14	VAGA FUTURA
TRT 18 <sup>a</sup>	1	8	-7	VAGA FUTURA
TRT 19 <sup>a</sup>	0	9	-9	VAGA FUTURA
TRT 20 <sup>a</sup>	0	15	-15	VAGA FUTURA
TRT 21 <sup>a</sup>	0	8	-8	VAGA FUTURA

TRT 22 <sup>a</sup>	0	2	-2	VAGA FUTURA
TRT 23 <sup>a</sup>	2	0	2	2
TRT 24 <sup>a</sup>	1	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>258</b>	<b>132</b>	<b>132</b>

1. Os números consideram as inscrições em duplicidade feitas por 7 juízes.

2. Os números negativos indicam a quantidade de Juízes que permanecem aguardando vagas futuras no TRT de inscrição.

### Publicação do Cadastro Único de Remoção

O Ato ENAMAT n.º 17/2017 formalizou o resultado do Procedimento Unificado de Remoção e a Lista de Inscritos por Tribunal Regional do Trabalho.

A Coordenadoria de Concurso é responsável pela atualização da lista de inscritos, monitorando a conclusão dos processos de remoções nos Tribunais Regionais do Trabalho.



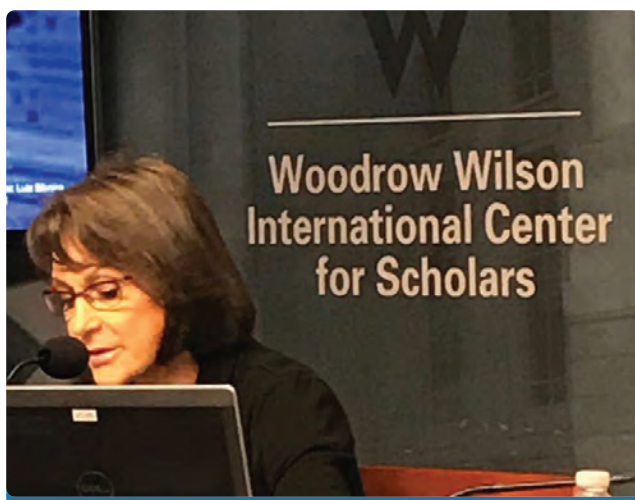


## Palestras e Visitas Institucionais Realizadas

### Estados Unidos da América - 13 de junho de 2017

No dia 13 de junho, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e a Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, proferiram palestra no Woodrow Wilson International Center for Scholars, a convite do Doutor Paulo Sotero, Diretor do Brazil Institute do Wilson Center.

Os Ministros, também, proferiram palestras na American University Washington College of Law, visitaram a Suprema Corte americana e realizaram visitas institucionais a órgãos da Administração Pública dos Estados Unidos, localizados em Washington, D.C., com o intuito de trocar experiências e conhecimentos sobre as práticas legislativas e jurídicas de ambos os países.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza palestra no Woodrow Wilson International Center for Scholars*



*Presidente do TST e Diretora da ENAMAT proferem palestra no Woodrow Wilson International Center for Scholars*



*Diretora da ENAMAT realiza palestra na American University Washington College of Law*



*Presidente do TST e Diretora da ENAMAT visitam a Suprema Corte dos Estados Unidos da América*

### Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - 25 de agosto de 2017

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, participou, na manhã do dia 25 de agosto, da mesa de honra por ocasião da abertura do Ciclo de Debates: Justiça Nosso Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. O evento, promovido pela Escola Judicial do TRT da 20ª Região, faz parte das comemorações dos 25 anos do Tribunal Regional e dá continuidade à campanha de valorização da Justiça do Trabalho, promovida pelo Coleprecor.



Participaram como palestrantes do evento o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, com o tema A Nova Prescrição Trabalhista; o Conselheiro do CNJ Carlos Eduardo Oliveira Dias, que debateu A Crise no Judiciário e a Resolução 219 do CNJ; o Professor Doutor Rodolfo Pamplona Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que abordou o tema Reforma Trabalhista e o Trabalho Intermitente; e o Ministro Claudio Brandão, que tratou da questão Negociado X Legislado e os Direitos Fundamentais do Trabalhador.

Encerrando os debates, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora ENAMAT, discutiu com os presentes o tema Segurança Jurídica e Ativismo Judicial. Também dentro da programação do Ciclo de Debates, a Ministra Maria Cristina Peduzzi deu posse à Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, na Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

A Diretora da ENAMAT, na ocasião, esteve, ainda, em visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região, quando foi recebida pelo Diretor, Desembargador do Trabalho Josenildo dos Santos Carvalho, com o fim de observar as instalações físicas e acompanhar as ações desenvolvidas pela Escola.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, e Ministro Aloysio Corrêa da Veiga participam da mesa de honra na abertura de ciclo de debates no TRT da 20ª Região*



*Mesa de honra do Ciclo de Debates: Justiça Nosso Trabalho, do TRT da 20ª Região*





*Mesa de honra do Ciclo de Debates: Justiça Nosso Trabalho, do TRT da 20ª Região*



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga*





*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região -- sala de aula*



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Direção e Secretaria*





*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Gabinete da Presidência do TRT da 20ª Região*



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região, acompanhada do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Gabinete da Presidência do TRT da 20ª Região*





*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, realiza visita técnica à Escola Judicial da 20ª Região – Centro de Conciliação*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi dá posse à Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, na Academia Brasileira de Direito do Trabalho*

### **Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - 1º de fevereiro de 2018**

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, participou da abertura do ano letivo da Escola Judicial do TRT da 2ª Região. Compuseram a mesa de abertura do evento, além da Ministra, o Corpo Diretivo do TRT-2ª Região, Desembargadores do Trabalho Wilson Fernandes, Presidente; Cândida Alves Leão, Vice-Presidente Administrativa; Carlos Roberto Husek, Vice-Presidente Judicial; e Jane Granzoto Torres da Silva, Corregedora Regional.

Também participaram do evento os Desembargadores Adalberto Martins, Diretor da Escola Judicial; Jucirema Maria Godinho Gonçalves, Ouvidora do TRT; o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, Erich Vinicius Schramm, e o magistrado Fábio Ribeiro da Rocha, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-2).

O evento transcorreu no auditório do Fórum Trabalhista Rui Barbosa, em São Paulo, e congregou magistrados, servidores e estagiários do TRT da 2ª Região, além de advogados e outros interessados

A Diretora da ENAMAT realizou, na ocasião, palestra sobre o tema Formação Continuada de Juízes. Explicou que a criação das Escolas Judiciais trouxe um novo paradigma, em resposta à necessidade de os juízes estarem em constante processo de formação e aperfeiçoamento. A Ministra comentou sobre algumas particularidades a respeito da formação continuada em diversos países, como Espanha, Canadá, França e outros, e destacou que a capacitação, quer a continuada, quer a inicial, está pacificada no Brasil e no mundo – tanto que 79 organizações, espalhadas pelos cinco continentes, são associadas à International Organization for Judicial Training (Organização Internacional para Treinamento Judicial – IOJT), entre elas a ENAMAT.

A Ministra apontou, ainda, que as Escolas Judiciais estão dentro de um projeto normativo global e que elas podem dar suporte às exigências atuais de exigir que o Magistrado seja compromissado e capacitado, não apenas na área jurisdicional, mas também em todas as outras frentes em que pode ser demandado no desempenho de suas funções.

Na oportunidade, a Diretora da ENAMAT realizou visita à Escola Judicial, tendo-lhe sido apresentadas as instalações físicas, assim como explicitadas as questões técnicas relacionadas à formação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região.





## Visitas Recebidas

### Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra) - 10 de maio de 2017

Esteve em visita à ENAMAT, no dia 10 de maio, o Presidente do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), Desembargador do Trabalho Gerson de Oliveira Costa Filho. O Presidente do Conematra foi recepcionado na Escola Nacional pela Diretora, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

A visita teve como finalidade a proposição pelo Conselho de realização de seminário em parceria com a ENAMAT para 2018 e a troca de informações sobre a 53ª Reunião de Trabalho e Assembleia Geral Ordinária do Conematra, em Brasília, no auditório Ministro Mozart Victor Russomano, na sede do TST, em 22 de maio.

O Conematra visa promover a interação das Escolas Judiciais, compartilhar experiências, aperfeiçoar os conhecimentos e assegurar o melhor cumprimento de cada Escola.

### Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) - 17 de agosto de 2017

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, recebeu, no dia 17 de agosto, o Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Juiz de Direito Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, acompanhado do Coordenador Pedagógico, Desembargador Caetano Levi Lopes, e da Diretora-Adjunta, Juíza Titular de Vara do Trabalho Cláudia Márcia Carvalho Soares.

O encontro teve como objetivo tratar de proposta de convênio entre as duas Escolas Nacionais. Na oportunidade, ficou explicitado que se pretendia com o convênio viabilizar o intercâmbio de informações, métodos e técnicas de trabalho, além da cooperação acadêmica, científica e cultural, com a realização de programas conjuntos de formação e capacitação, tendo como foco, em relação à ENAMAT, a formação continuada de magistrados trabalhistas.

Foi prevista, como primeira iniciativa, a realização, em 2017, de Seminário sobre a Reforma Trabalhista, com a participação de associados da AMB.

Durante a visita, a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi disponibilizou vagas para o Diretor-Presidente da ENM, a Diretora-Adjunta da Justiça do Trabalho da ENM e o Coordenador Pedagógico da ENM, a fim de participarem do Curso de Formação de Formadores para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, modalidade presencial. Os gerentes da ENM visavam com esse curso, além da formação, vivenciar a metodologia aplicada pela ENAMAT.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi recebe o Diretor-Presidente da ENM, Juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, o Coordenador Pedagógico Desembargador Caetano Levi Lopes, e a Diretora-Adjunta Juíza Cláudia Márcia Carvalho Soares*





*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, recebe o Diretor-Presidente da ENM, Juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, o Coordenador Pedagógico Desembargador Caetano Levi Lopes e a Diretora-Adjunta Juíza Cláudia Márcia Carvalho Soares*

### **Escola Nacional de Magistratura da França (ENM-FR) - 18 de novembro de 2017**

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, recebeu o Magistrado de Ligação da França no Brasil, Doutor Jean-Philippe Rivaud, para tratar de assuntos acadêmicos para o ano de 2018, dando continuidade ao convênio desta Escola Nacional com a ENM-FR.

Na oportunidade, a Diretora da ENAMAT recebeu convite do Embaixador da França, Michel Miraillet, para participar de Coquetel no dia 25 de novembro deste ano, às 19h, na Residência Oficial do Embaixador da França, em homenagem a Madame Catherine Champrenault, Procuradora-Geral da Cour d'appel de Paris, e para assistir palestra, no dia subsequente (26), às 9h30min, proferida, na Embaixada da França, pela homenageada.

A ENAMAT foi representada no evento do dia 26 por sua Vice-Diretora, Ministra Maria de Assis Calsing.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, recebe o Magistrado de Ligação da França no Brasil, Doutor Jean-Philippe Rivaud*







Seminário  
**REFORMA**»  
**TRABALHISTA**

CIBRATA SEMPRE ENM



## Outros Eventos

### EVENTOS INTERNOS

#### ENAMAT – Medalha Honra ao Mérito - 28 de agosto de 2017

A Diretora da Escola Nacional, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, entregou ao Juiz Titular de Vara do Trabalho da 24ª Região João Marcelo Balsanelli a Medalha Honra ao Mérito da ENAMAT, como reconhecimento e homenagem pelos relevantes serviços prestados à formação e ao aperfeiçoamento do Magistrado do Trabalho.

O Juiz João Marcelo Balsanelli ocupou a função de Juiz Auxiliar da ENAMAT, integra o Conselho Consultivo da Escola e é membro da Comissão Executiva Nacional do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, entrega ao Juiz João Marcelo Balsanelli a Medalha Honra ao Mérito da ENAMAT*



*Juiz João Marcelo Balsanelli é homenageado na sede da ENAMAT*





A ENAMAT, em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e com o Centro de Ensino e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do Tribunal Superior do Trabalho (CEFAST), realizou o Seminário sobre Reforma Trabalhista, nos dias 27 e 28 de novembro, na Sala de Sessões Plenárias Ministro Arnaldo Süssekind, localizada na sede do TST, em Brasília, com a duração de 10 horas.

O Seminário reuniu especialistas nos diversos campos do Direito do Trabalho, organizados em cinco painéis, com a finalidade de discutir a aplicação das novas normas que regulam a matéria. Participaram do evento Ministros do TST, Alunos-Juizes do 23º Curso de Formação Inicial promovido pela ENAMAT, Magistrados do Trabalho, advogados, servidores e interessados na área trabalhista. De modo específico, estiveram presentes no evento 118 Magistrados do Trabalho.

A abertura do evento, ocorrida no dia 27, contou com a presença, na Mesa de Honra, do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT; da Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT; do Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, que proferiu a conferência inaugural do Seminário, sobre o tema Segurança Jurídica; do Ministro Douglas Alencar Rodrigues, representando o CEFAST; e do Juiz de Direito Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, Diretor da ENM.

A Diretora da ENAMAT ressaltou a importância do Seminário para proporcionar a reflexão sobre as atuais mudanças legislativas nas relações de trabalho e para a adequada aplicação do novo normativo em que se insere a reforma. Destacou, ainda, o momento singular em que ocorreu o evento, não só nos momentos iniciais da vigência da legislação, mas também durante o período de realização do 23º CFI e da reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT), com os Diretores das Escolas Judiciais, o que permitiu promover uma integração dialógica com os magistrados que estarão na linha de frente da imediata aplicação da legislação trabalhista.

O Presidente do TST e do CSJT, Ministro Ives Gandra Martins Filho, destacou que a atual legislação estabelece novos e significativos marcos regulatórios numa série de temas, como trabalho intermitente, terceirização, teletrabalho e danos morais, como também no campo processual. Salientou que, dadas as potencialidades da nova lei, o TST e a ENAMAT tiveram a iniciativa de promover um encontro acadêmico de alto nível para discuti-las.

Na aula inaugural, o Ministro Marco Aurélio afirmou que a segurança jurídica constitui responsabilidade maior do Judiciário. Aduziu, ainda, que operadores do Direito, como advogados, membros do Ministério Público e defensores públicos, precisam fazer a sua parte, a fim de deixar para gerações futuras o Brasil almejado.

Alertou que o operador do Direito deve possuir formação humanística, acima da boa formação técnica. Asseverou que não há de se considerar o chamado direito alternativo, pois este afasta a segurança jurídica, indispensável à vida gregária. Segundo o Ministro, é a segurança jurídica que dá estabilidade a todos.

Realçou, também, a relevância do Juiz, que preside a instrução dos processos, implementa audiências, define as provas requeridas e, ao final, apresenta solução para o conflito de interesses, razão por que ele deve dar o melhor de si ao caso concreto.

Em relação ao período de crise e de indignação que a sociedade vivencia, apontou que a correção de rumo pressupõe a máxima do Direito segundo a qual o meio justifica o fim, mas não o fim ao meio, senão a sociedade não poderá ter a segurança jurídica que deseja. Mencionou o risco ligado à tendência de adotar uma postura politicamente correta e explicou que, não atendendo a concepção dos julgadores aos anseios sociais, deve prevalecer a ordem jurídica.

Mostrou, ao final, que não é mais necessária a edição de novas leis ou emendas constitucionais no Brasil, diante das inúmeras alterações já ocorridas.

As atividades do Seminário desenvolveram-se em cinco painéis de debate, que abordaram os seguintes temas: a prescrição na justiça do trabalho; danos extrapatrimoniais na reforma trabalhista; o negociado sobre o legislado na reforma trabalhista; novas formas de trabalho (teletrabalho, tempo parcial e intermitente); desconsideração da personalidade jurídica; rescisão contratual à luz da reforma e homologação de acordo extrajudicial; inovações processuais na reforma trabalhista; pedido líquido e princípio da sucumbência; nova disciplina sobre duração do trabalho (horas in itinere, intervalo intrajornada, jornada 12x36); e terceirização após as leis nos 13.249/2017 e 13.467/2017. Foram palestrantes Ministros do TST, Desembargadores do Trabalho e Juizes Titulares de Vara do Trabalho.

## Abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista

### Conferência Inaugural

#### Tema: Segurança Jurídica



Mesa de abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista





*Ministro Marco Aurélio Mello, do STF; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do TST e do CSJT; e Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT*



*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, realiza a abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista*





*Ministro Marco Aurélio Mello do STF, profere a conferência de abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministros do TST participam da cerimônia de abertura do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



## Painel I

**Temas: A PRESCRIÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NA REFORMA TRABALHISTA**



*Ministra Maria de Assis Calsing, Vice-Diretora da ENAMAT, preside o Painel I do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministro Aloysio Corrêa da Veiga realiza exposição no Painel I do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministro Alexandre Agra Belmonte realiza exposição no Painel I do Seminário sobre a Reforma Trabalhista*



## Painel II

**Temas: O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NA REFORMA TRABALHISTA**

**NOVAS FORMAS DE TRABALHO (TELETRABALHO, TEMPO PARCIAL E INTERMITENTE)**



*Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro preside o Painel II do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministro Walmir Oliveira da Costa realiza exposição no Painel II do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Desembargador do Trabalho Marcos de Oliveira Cavalcante realiza exposição no Painel II do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Alunos-Juizes acompanham exposição do Ministro Walmir Oliveira da Costa no Painel II do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23º CFI*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23º CFI*





*Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, e Ministro Fernando Eizo Ono acompanham o Painel II do Seminário sobre a Reforma Trabalhista*

### **Painel III**

**Temas: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

**RESCISÃO CONTRATUAL À LUZ DA REFORMA E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL**



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Cláudia Márcia Carvalho Soares preside o Painel III do Seminário sobre a Reforma Trabalhista*



*Juíza do Trabalho Substituta Ana Luíza Fischer realiza exposição no Painel III do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Otavio Amaral Calvet realiza exposição no Painel III do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23.º CFI*

#### Painel IV

**Temas: RESCISÃO CONTRATUAL À LUZ DA REFORMA E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL  
BINÔMIO: PEDIDO LÍQUIDO E PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA**



*Ministro João Batista Brito Pereira preside o Painel IV do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Ministro Douglas Alencar Rodrigues realiza exposição no Painel IV do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Professor Manoel Antônio Teixeira Filho realiza exposição no Painel IV do Seminário sobre Reforma*



*Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23.º CFI*



*Ministros do TST e Alunos-Juizes participam do Seminário sobre Reforma Trabalhista durante o 23.º CFI*



## Painel V

**Temas: NOVA DISCIPLINA SOBRE DURAÇÃO DO TRABALHO (HORAS IN ITINERE, INTERVALO INTRAJORNADA, JORNADA 12X36)**

**TERCEIRIZAÇÃO APÓS AS LEIS NOS 13.249/2017 E 13.467/2017**



*Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Rita Manzarra preside o Painel V do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Desembargadora do Trabalho Sônia Mascaro Nascimento realiza exposição no Painel V do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Juiz Titular de Vara do Trabalho Fábio Rodrigues Gomes realiza exposição no Painel V do Seminário sobre Reforma Trabalhista*



*Alunos-Juízes participam do Seminário sobre a Reforma Trabalhista durante o 23.º CFI*

## EVENTOS EXTERNOS

### » **1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec) - 22 e 23 de março de 2017**

A Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participou no dia 22 de março, da 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec), que transcorreu na sede do TST, em Brasília.

A Ministra Maria Cristina Peduzzi, em sua exposição, apresentou aos participantes o estágio das atividades destinadas à realização do Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho e explicitou o processo de escolha dos membros da Comissão Executiva Nacional do Concurso. Além disso, mostrou as novas orientações para a abertura do processo de remoção de Juízes do Trabalho.

Afirmou a Ministra que “o processo de remoção é etapa precedente ao Concurso Nacional Unificado”, citando o art.95 da Resolução TST nº 1.861/2016 e o art. 4º da Resolução CSJT nº 182/2017, que estabelecem que, anteriormente ao Concurso Público Nacional Unificado, os Tribunais devem publicar, com prazo de 30 dias, editais para remoção de Juízes do Trabalho Substitutos entre os Tribunais Regionais.

Ao final, a Diretora da ENAMAT ressaltou a importância e urgência do processo de remoção para o levantamento do número de vagas e publicação do edital do Concurso.



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participa da 1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi participa da 1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*



*1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*



*1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*



*1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*





*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participa da 1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*



*1ª Reunião Ordinária do Coleprecor de 2017*

## » **Seminário Soluções para o Brasil Voltar a Crescer - 18 a 21 de maio de 2017**

A Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da ENAMAT, esteve presente no Seminário Soluções para o Brasil Voltar a Crescer, ocorrido no período de 18 a 21 de maio, em Salvador, e promovido pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). O encontro buscou debater temas de interesse para diversos segmentos da sociedade brasileira.

A abertura do evento foi realizada pelo Desembargador Antonio Rulli Junior, Presidente do COPEDEM, e a cerimônia contou com a presença dos Ministros do TST Aloysio Corrêa da Veiga e Hugo Carlos Scheuermann. A conferência inaugural, proferida pelo Doutor Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos, Superintendente da Área de Comércio Exterior e Fundos Garantidores (AEX) do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), abordou a questão Apoio às Exportações Brasileiras de Serviços de Engenharia.

Distribuído em 7 painéis, com palestras proferidas por Ministros do Poder Judiciário, dirigentes de órgãos públicos e profissionais especializados da área jurídica, econômica e de tecnologia da informação, entre outros, o Seminário tratou dos seguintes temas: Seguros e Previdência; Regulação e Isenções; Saúde; Poupança e Habitação; Justiça do Trabalho; Econômico-Financeiro; e TI –Fator para a Agilização da Prestação Jurisdicional.

Fotos: Aldo Dias/SECOM/TST



## » **53ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra) - 22 e 23 de maio de 2017**

Nos dias 22 e 23 de maio, o Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra) realizou, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a 53ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho.

A abertura contou com a presença da Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

A palestra inaugural do evento focalizou o tema O papel das Escolas Judiciais no Processo de Vitaliciamento dos Juizes do Trabalho e foi proferida pelos Desembargadores do Trabalho Manoel Carlos Toledo Filho e Ana Paula Pellegrina Lockmann, respectivamente Diretor e Vice-Diretora da Escola Judicial do TRT da 15ª Região.

Após a abertura, o primeiro dia de atividades destinou-se a Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Assessores, que participaram de uma oficina de trabalho.

Na manhã do segundo dia da reunião, houve a capacitação dos Assessores Pedagógicos das Escolas Judiciais, com

palestra sobre o tema Programa de Desenvolvimento Gerencial, ministrada pela pedagoga e servidora do TRT da 6ª Região Verônica Tavares Cavalcanti.

A Assembleia Geral Ordinária ocorreu também na manhã do segundo dia, com a participação de magistrados do trabalho.

Composta pelos diretores e coordenadores de Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e de Escolas Associativas Trabalhistas, o Conematra é presidido pelo Desembargador do Trabalho Gerson de Oliveira Costa Filho, Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão).



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participa da 53ª Assembleia do Conematra*



*Diretora da ENAMAT, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, participa da 53ª Assembleia Conematra*





FOTOS: ALDO DIAS/SECOM/TST

53ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conematra



Desembargadores do Trabalho Manoel Carlos Toledo Filho e Ana Paula Pellegrina Lockmann realizam palestra na abertura da 53ª Assembleia do Comemora



53ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Comemora







## Tecnologia da Informação

Durante o ano de 2017, o canal da ENAMAT no Youtube ([www.youtube.com/enamat](http://www.youtube.com/enamat)) continuou a ser um dos principais meios de disponibilização de conteúdo da Escola. O ano terminou com 2.645 usuários inscritos no canal, o que corresponde a um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

A Sessão de Julgamento dos Recursos da Prova Objetiva Seletiva do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho foi transmitida ao vivo pelo canal da ENAMAT no Youtube e houve um pico de 412 usuários simultâneos acompanhando a transmissão.

Neste ano, o site da ENAMAT ([www.enamat.jus.br](http://www.enamat.jus.br)) foi atualizado para utilizar a nova identidade visual da Escola, desenvolvida em 2016 para comemorar os 10 anos da instalação da ENAMAT. O novo layout do site privilegia a publicação de vídeos e permite que se destaquem diversos tipos de conteúdo.

A realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho também impulsionou a visita ao site da ENAMAT. Foi criado um hot site para o Concurso, centralizando a publicação de notícias, editais e outras informações de interesse dos candidatos. Com isso, em 2016 o site da ENAMAT havia sido visitado por 27.430 usuários e, no ano de 2017, esse número foi de 113.878, um aumento de mais de 300%.

O ambiente de educação à distância da ENAMAT também teve sua interface atualizada para refletir a nova identidade da Escola. Com a mudança da identidade também foi feita uma atualização da plataforma Moodle, disponibilizando novas funcionalidades que podem ser utilizadas nos cursos à distância.

A ENAMAT é a responsável pelo projeto de instalação do sistema EJudTRT nos Tribunais Regionais para a utilização pelas Escolas Judiciais. No decorrer deste ano, a equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região terminou a alteração do sistema EJudTRT, para que ele utilizasse a base de dados do sistema SIGEP (Sistema de Gestão de Pessoas), que é o sistema nacional definido para a utilização em todos os Tribunais Regionais. Com isso, o EJudTRT pode ser liberado para instalação nos Tribunais que já estavam utilizando o SIGEP.

Para que o sistema seja efetivamente utilizado pelas Escolas Judiciais, capacitou-se, entre 15 e 18 de agosto, presencialmente na sede da ENAMAT e também com utilização de atividade à distância, a primeira turma do Curso de Formação de Formadores sobre o Sistema de Gestão das Escolas Judiciais (EJudTRT).





## Orçamento

Os recursos destinados à ENAMAT em 2017, alocados na ação orçamentária 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, mostraram-se essenciais para a atuação da Escola Nacional na coordenação do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, influenciando diretamente na melhoria de suas ações e no auxílio às Escolas Judiciais.

O recurso orçamentário disponibilizado à ENAMAT no exercício de 2017 possibilitou desenvolver ações em três linhas distintas. A primeira delas diz respeito à área acadêmica, com o objetivo de viabilizar, mediante recursos alocados, a realização de Cursos de Formação Inicial, Continuada e de Formadores, com a abordagem de diversos temas de interesse dos Magistrados, de grande relevância no exercício de suas atividades como principais agentes da Justiça do Trabalho. A segunda refere-se ao envio de recursos orçamentários para as Escolas Judiciais, a fim de viabilizar/incrementar a realização de atividades formativas locais. A terceira consiste na implementação do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho.

Em 2017, com a aprovação do Orçamento Geral da União pela Lei n.º 13.414/2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro, ocorreu um significativo aumento nos recursos disponibilizados na ação orçamentária 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – em relação ao exercício anterior, impactado diretamente pelos recursos necessários à realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho.

Destinou-se, em 2017, à ENAMAT o valor total R\$ 10.482.823,00 para a execução de suas ações, sendo R\$ 9.042.823,00 referentes às despesas correntes e R\$ 1.440.000,00 relativos às despesas de capital.

Os recursos aplicados possibilitaram à ENAMAT a execução de atividades em todas as áreas formativas, ou seja, Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

No âmbito da Formação Inicial, a ENAMAT investiu no pagamento de diárias, passagens aéreas e instrutores para duas edições do Curso de Formação Inicial, totalizando 52 Alunos-Juizes, provenientes de 7 Tribunais Regionais do Trabalho.

No que tange à Formação Continuada e à Formação de Formadores, a dotação orçamentária da Escola Nacional fomentou, em 2017, a realização de 1 curso presencial, 1 semipresencial e 13 cursos de educação à distância, com a participação de 1.395 alunos da Justiça do Trabalho.

A meta estabelecida no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2017 previu a formação em todos os níveis de atuação de 1.600 magistrados. O atendimento a 1.428 Juizes demonstra a efetividade da execução orçamentária, tendo em vista que foi atingido o percentual de 89,25% da meta prevista. Ressalta-se que a ENAMAT concentrou a formação dos magistrados na educação à distância. Essa modalidade possui um custo menor em relação ao presencial, o que ocasionou economia razoável dos recursos disponibilizados. Ademais, a ENAMAT capacitou 19 servidores em administração escolar, para aplicação do Módulo EJUDTRT – SIGESP, totalizando 1.447 atendimentos na área formativa.

A gestão do orçamento da ENAMAT proporcionou, ainda, a execução de seu papel de coordenação nacional das atividades de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados no âmbito do sistema composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

A ENAMAT, por meio de provisões orçamentárias, custeou a realização de atividades formativas pelas Escolas Judiciais, que promoveram a capacitação de centenas de Magistrados Trabalhistas em todo o País.

Destaca-se que, em face da significativa restrição de orçamento no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, o apoio financeiro desta Escola Nacional tornou-se preponderante para o cumprimento das atividades fundamentais de formação e aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Computando-se os Magistrados capacitados pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho com os recursos descentralizados pela ENAMAT, verifica-se que a meta fixada para o exercício 2017 da ação orçamentária 20G2 foi significativamente ultrapassada.

Tratando-se da realização do 1º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Magistratura do Trabalho conduzido pela ENAMAT, foi contratada a Fundação Carlos Chagas – FCC para organização do certame. A primeira etapa do concurso, referente à realização da prova objetiva, contou com a participação de aproximadamente 15.000 (quinze mil) candidatos, que tiveram a possibilidade de fazer as provas nas cidades sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o Brasil.

Como primeiro certame para a Magistratura do Trabalho organizado em nível nacional, os custos envolvidos englobaram tanto a organização do Concurso por parte da FCC, que deu todo o apoio logístico referente à realização do evento, como aqueles provenientes dos notáveis examinadores indicados/contratados pela ENAMAT para elaboração das questões das provas.

A iniciativa de realizar o certame de caráter nacional de forma centralizada vem possibilitando economia de escala, gerada com a realização de apenas um contrato para atender às demandas de todos os Tribunais Regionais do Trabalho que tinham necessidade de prover seus cargos.



**Tabela-Resumo da Execução Orçamentária**

Demonstra-se, abaixo, o panorama da execução orçamentária da ENAMAT no exercício de 2017:

<b>Ação 02.128.0571.20G2.0001 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados</b>				
<b>Especificação</b>	<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Descentralizações</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Percentual de Execução</b>
<b>Despesas Correntes</b>	9.042.823,00	1.358.259,97	7.629.768,00	84,37%
<b>Despesas de Capital</b>	1.440.000,00	-	3.400,00	0,24%
<b>TOTAL</b>	10.482.823,00	1.358.259,97	7.633.168,00	73%







## Tabelas e Gráficos

### Cursos de Formação Inicial

#### 22º Curso de Formação Inicial

Tabela 1 – Número de Alunos-Juizes participantes do 22º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2017

<b>Tribunal</b>	<b>Total de Magistrados Inscritos</b>
1ª Região - RJ	8
2ª Região - SP	16
3ª Região - MG	-
4ª Região - RS	4
5ª Região - BA	-
6ª Região - PE	-
7ª Região - CE	-
8ª Região - PA/AP	-
9ª Região - PR	-
10ª Região - DF/TO	-
11ª Região - AM/RR	1
12ª Região - SC	-
13ª Região - PB	-
14ª Região - AC/RO	3
15ª Região - Campinas-SP	-
16ª Região - MA	-
17ª Região - ES	-
18ª Região - GO	-
19ª Região - AL	-
20ª Região - SE	-
21ª Região - RN	-
22ª Região - PI	-
23ª Região - MT	1



24ª Região - MS	-
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

Gráfico 1 – Alunos-Juízes participantes do 22º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT

### Alunos-Juízes por Gênero - 22º CFI



Gráfico 2 – Alunos-Juízes participantes do 22º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT

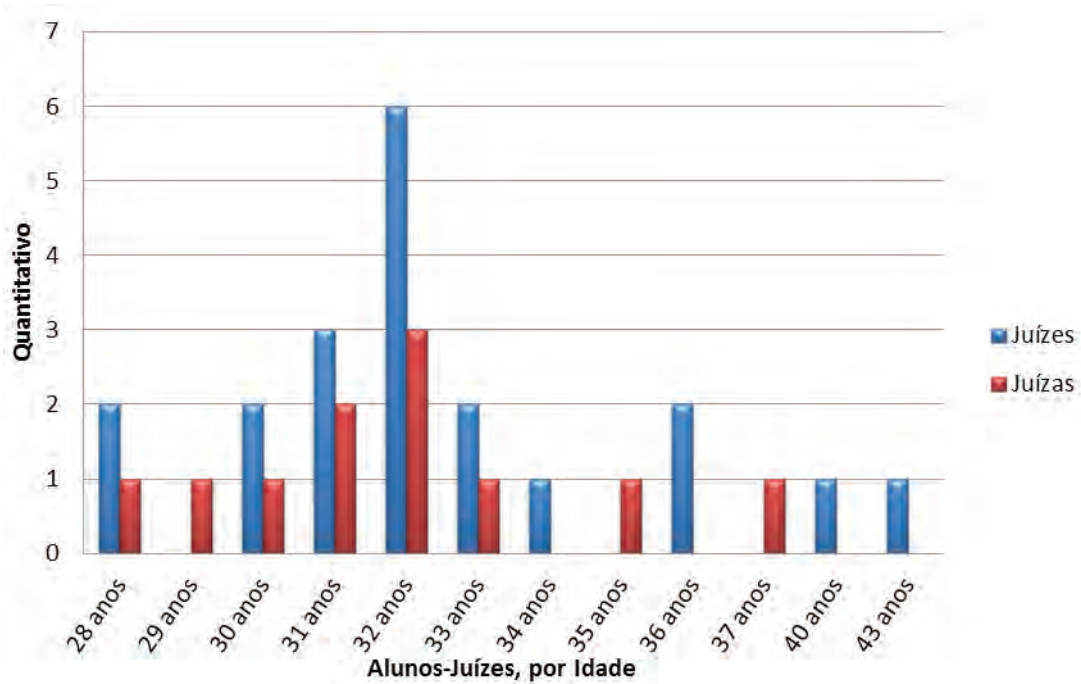
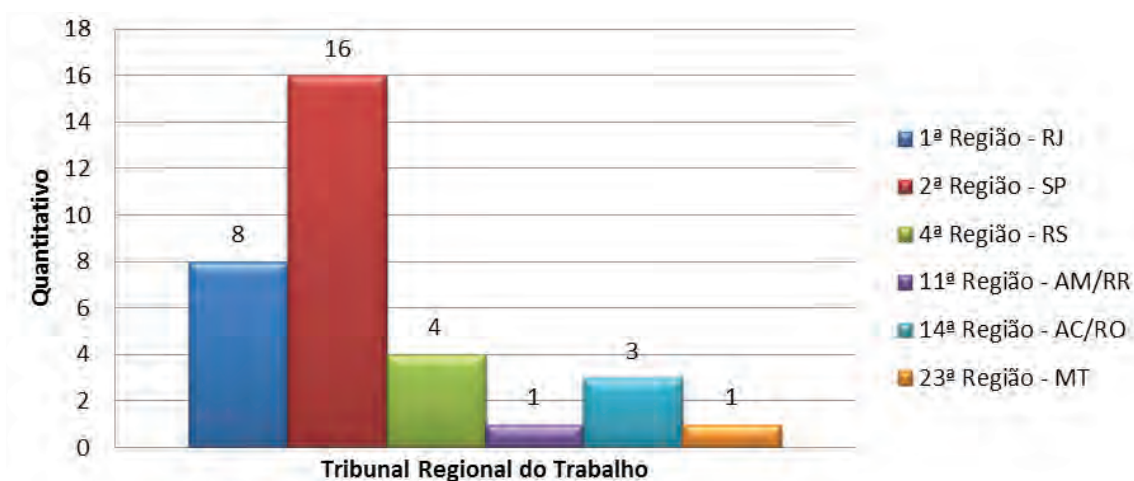


Gráfico 3 – Alunos-Juízes participantes do 22º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT



## » 23º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 2 - Número de Alunos-Juizes participantes do 23º Curso de Formação Inicial, por Região - ENAMAT - 2017

Tribunal	Total de Magistrados Inscritos
1ª Região - RJ	1
2ª Região - SP	14
3ª Região - MG	-
4ª Região - RS	3
5ª Região - BA	-
6ª Região - PE	-
7ª Região - CE	-
8ª Região - PA/AP	-
9ª Região - PR	-
10ª Região - DF/TO	1
11ª Região - AM/RR	-
12ª Região - SC	-
13ª Região - PB	-
14ª Região - AC/RO	-
15ª Região - Campinas-SP	-



16ª Região - MA	-
17ª Região - ES	-
18ª Região - GO	-
19ª Região - AL	-
20ª Região - SE	-
21ª Região - RN	-
22ª Região - PI	-
23ª Região - MT	-
24ª Região - MS	-
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>

Gráfico 4 – Alunos-Juízes participantes do 23º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT

### Alunos-Juízes por Gênero - 23º CFI



Gráfico 5 – Alunos-Juizes participantes do 23º Curso de Formação Inicial, por Gênero/Idade – ENAMAT

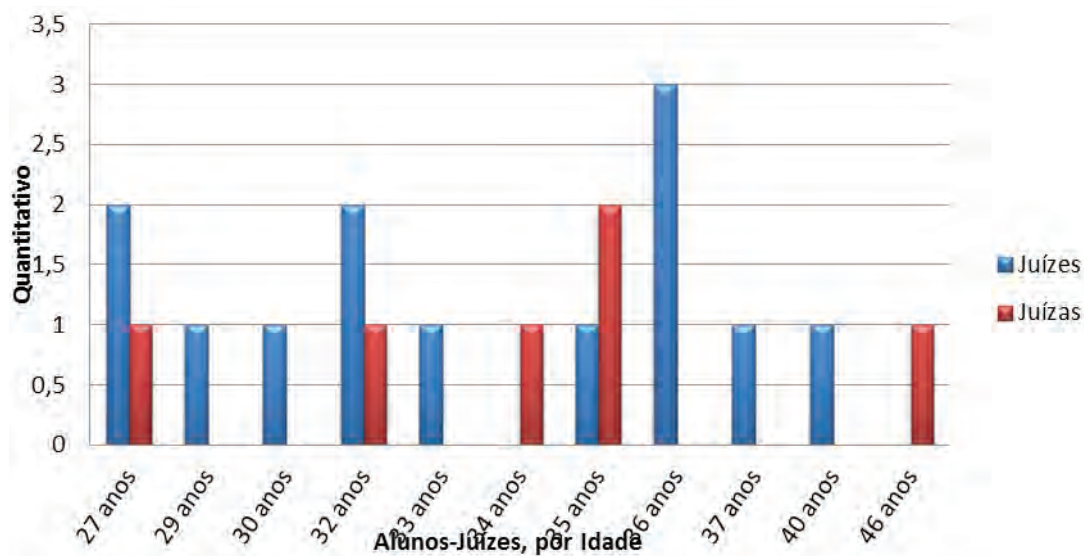
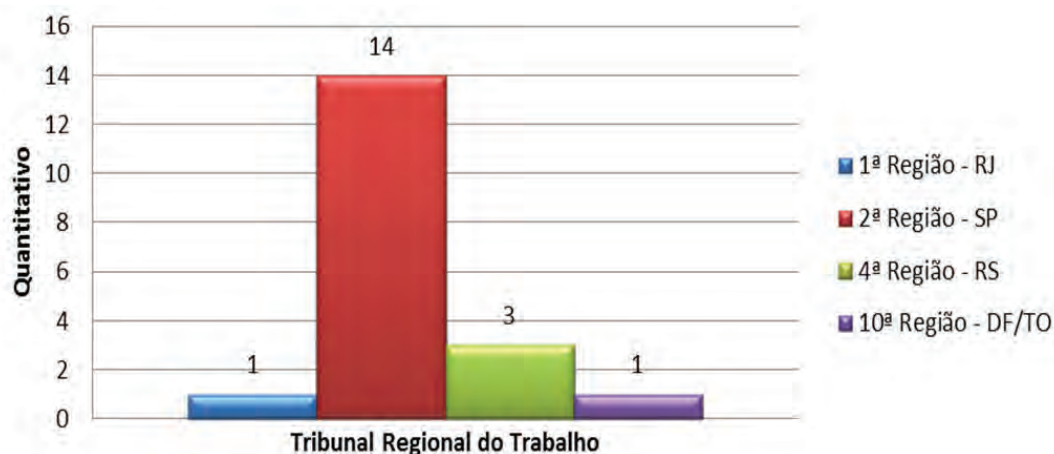


Gráfico 6 – Alunos-Juizes participantes do 23º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT



## » Cursos de Formação Continuada

Tabela 3 – Cursos de Formação Continuada – 2017/2018, por período de realização, número de alunos e modalidade

Curso	Período de Realização	Número de alunos	Modalidade
<i>CFC sobre os Impactos do Novo Código de Processo Civil/2015 na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho</i>	<i>24 de março a 7 de maio</i>	28	<i>À Distância</i>
<i>CFC sobre o Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho (Primeiro Grau)</i>	<i>7 de abril a 21 de maio</i>	317	<i>À Distância</i>

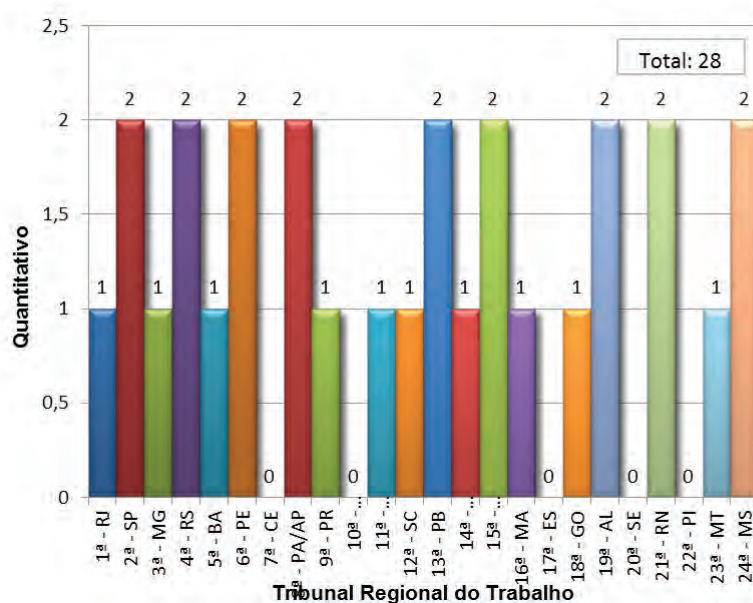


CFC sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho	28 de abril a 4 de junho	97	À Distância
CFC sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica	19 de maio a 2 de julho	112	À Distância
CFC sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais	4 de agosto a 24 de setembro	114	À Distância
CFC sobre O Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho (Primeiro Grau)	10 de agosto a 24 de setembro	120	À Distância
CFC sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I	14 de setembro a 29 de outubro	236	À Distância
CFC sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica	6 de outubro a 19 de novembro	81	À Distância
CFC sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II	3 de novembro a 17 de dezembro	115	À Distância
CFC sobre Reforma Trabalhista	26 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018	487	À Distância

## » Modalidade de Educação à Distância

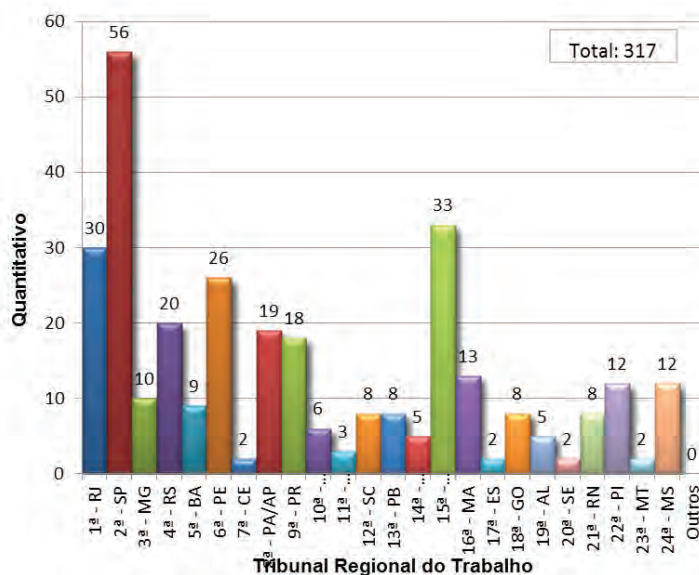
### Curso de Formação Continuada sobre os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho - 24 de março a 25 de junho de 2017

Gráfico 7 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho, por Região – ENAMAT.



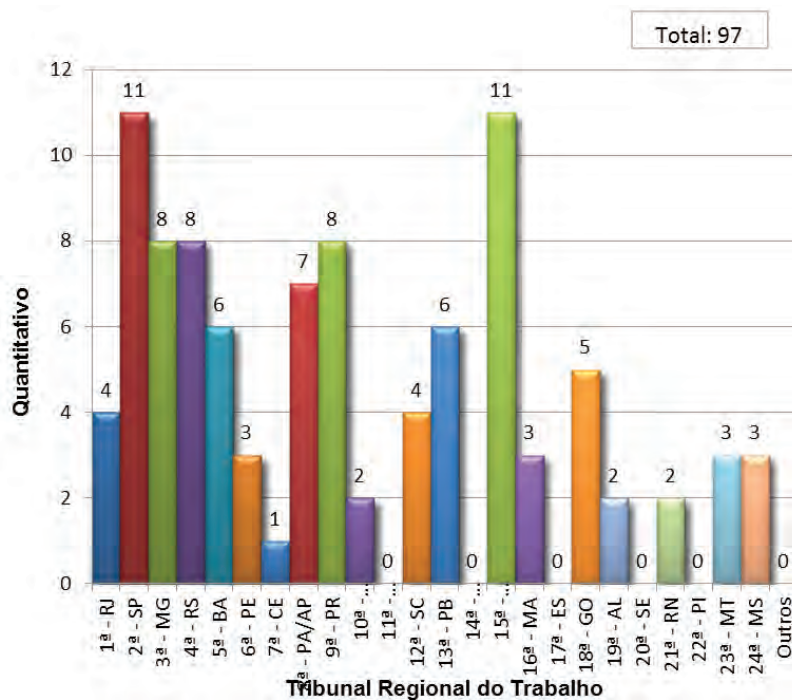
### Curso de Formação Continuada sobre Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho 7 de abril 21 de maio de 2017

Gráfico 8 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho, por Região – ENAMAT



### Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho - 28 de abril a 4 de junho de 2017

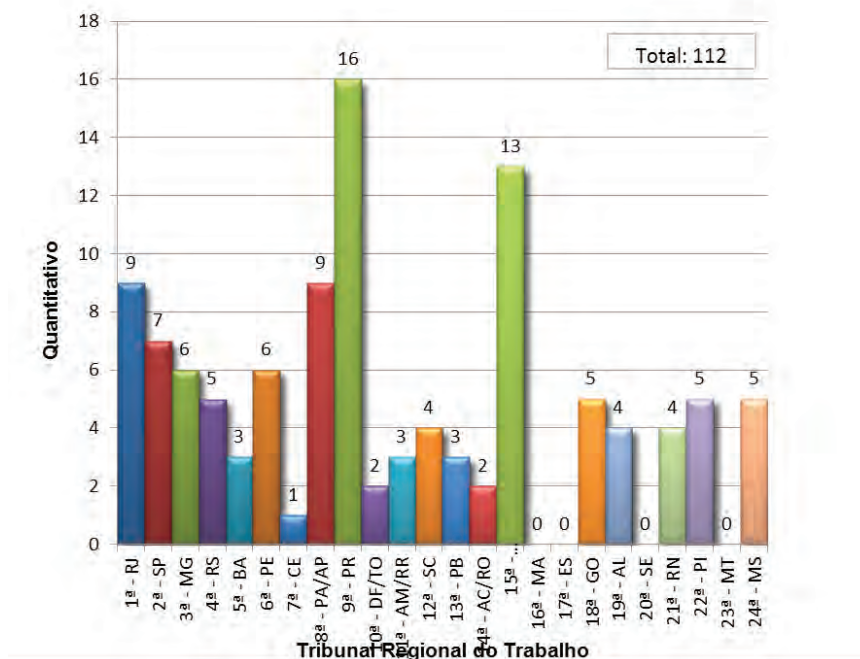
Gráfico 9 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, por Região – ENAMAT





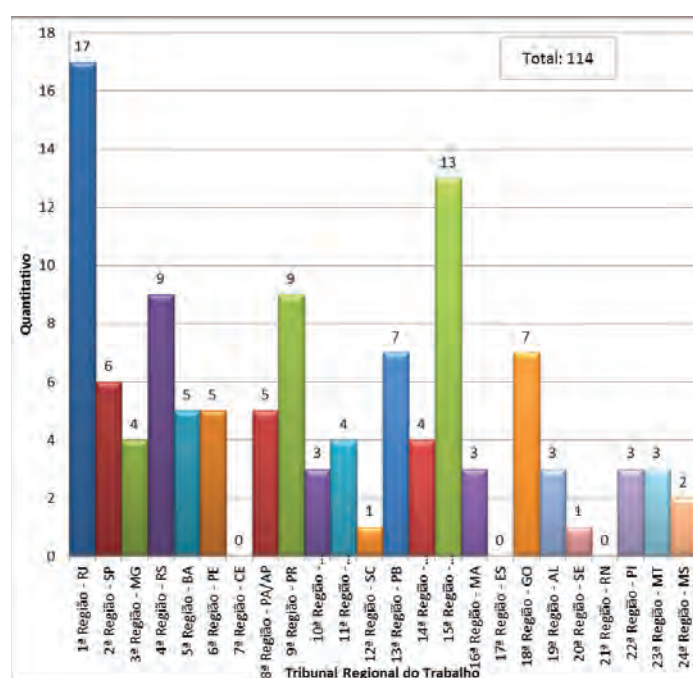
## Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - 19 de maio a 2 de julho de 2017

Gráfico 10 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica, por Região – ENAMAT



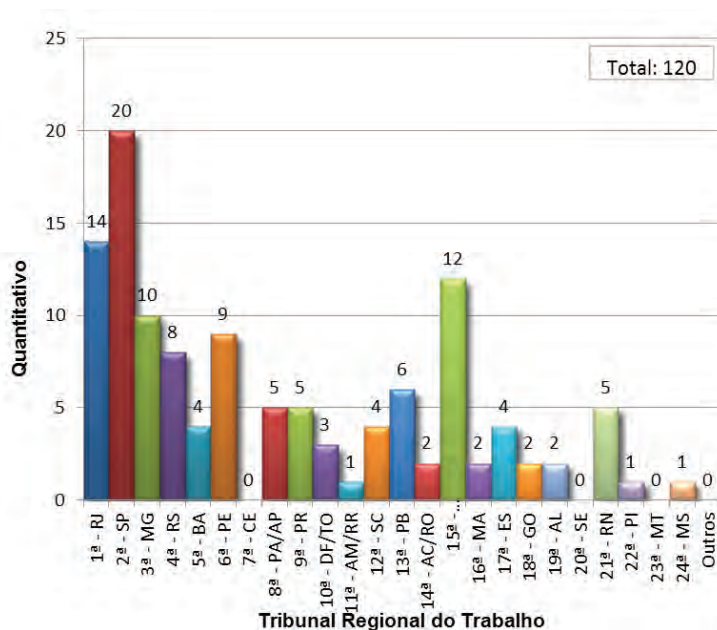
## Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais - 4 de agosto a 24 de setembro de 2017

Gráfico 11 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, por Região – ENAMAT



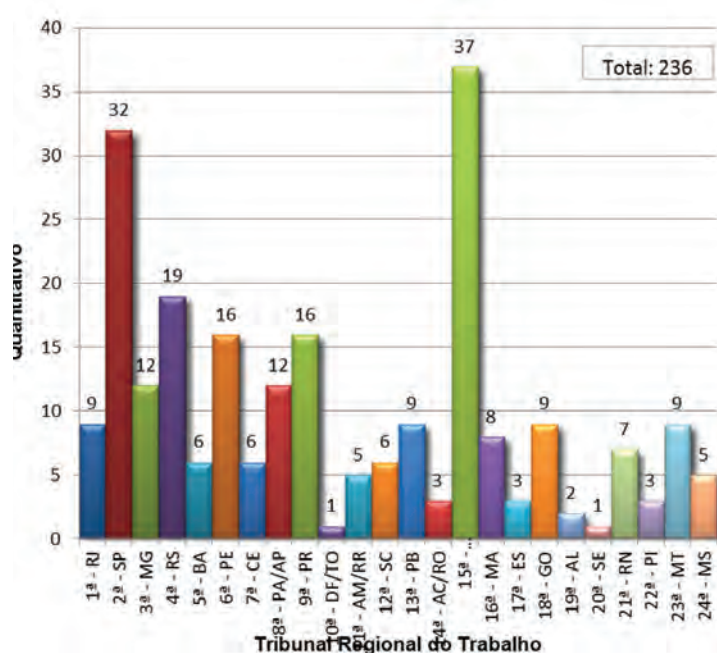
### Curso de Formação Continuada sobre Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho - 10 de agosto a 24 de setembro de 2017

Gráfico 12 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho, por Região – ENAMAT



### Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I 14 de setembro a 29 de outubro de 2017

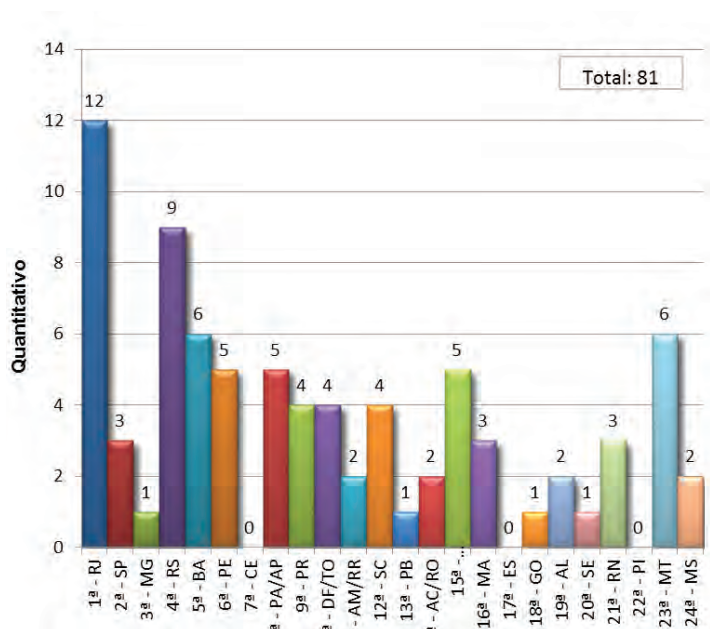
Gráfico 13 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I, por Região – ENAMAT





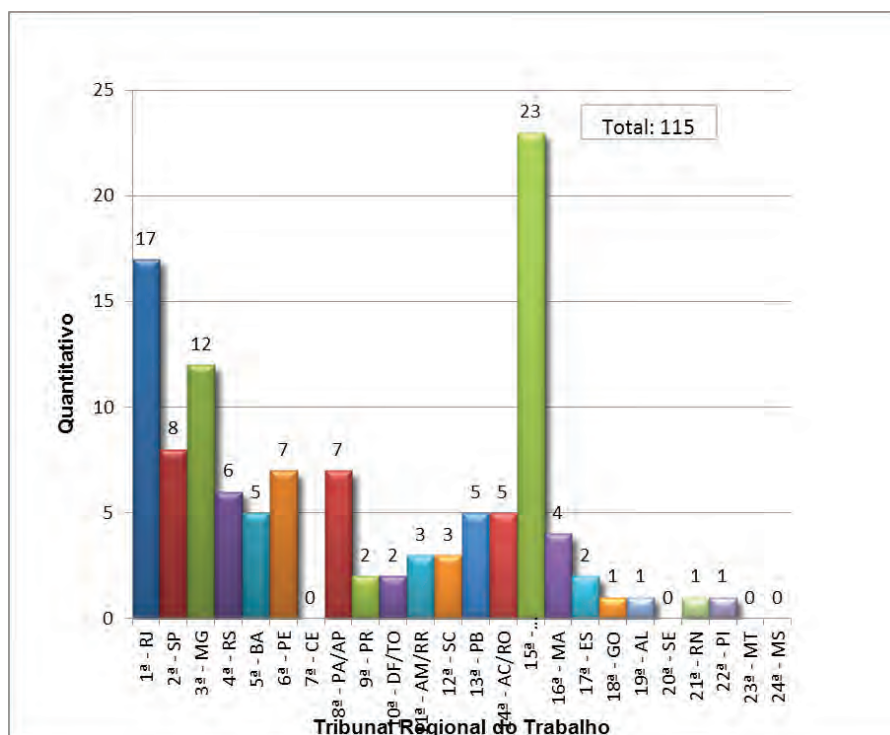
## Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - 6 de outubro a 19 de novembro de 2017

Gráfico 14 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica, por Região – ENAMAT



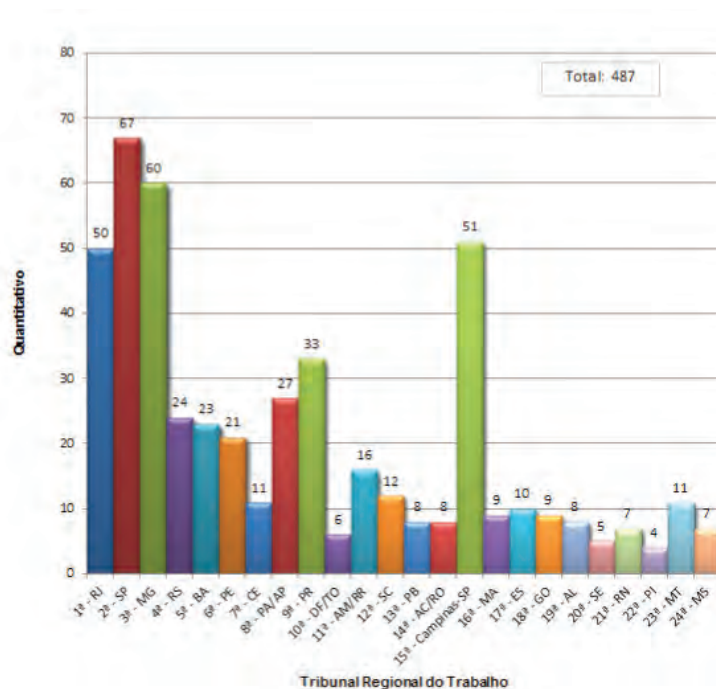
## Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II 3 de novembro a 17 de dezembro de 2017

Gráfico 15 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação Continuada sobre Reforma Trabalhista - 26 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018

Gráfico 16 – Magistrados inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Reforma Trabalhista, por Região – ENAMAT



### » Cursos de Formação de Formadores

Tabela 4 – Cursos de Formação de Formadores – 2017, por período de realização, número de alunos e modalidade

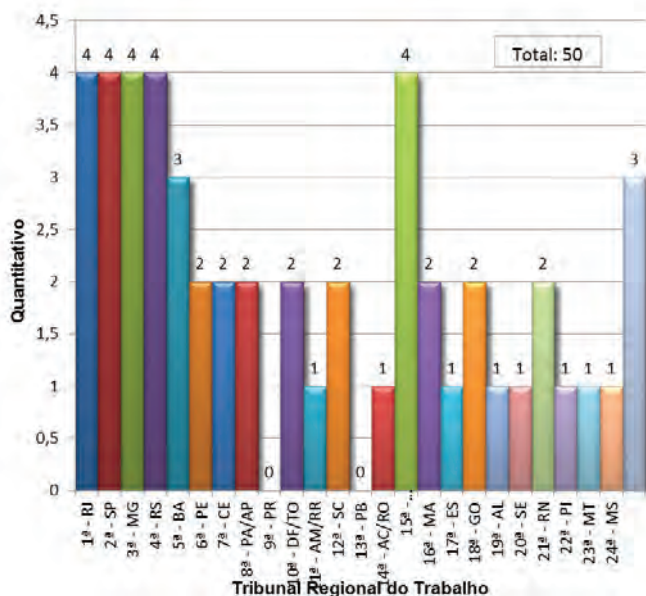
Curso	Período	nº de alunos	Modalidade
CFF sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica	17 de março a 30 de abril	33	À Distância
CFF sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I	12 de maio a 25 de junho	23	À Distância
CFF sobre Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais - Módulo EJUDTRT-SIGEP	15 a 18 de agosto	19	Semipresencial
CFF para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas	11 a 14 de setembro	50	Presencial
CFF sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II	14 de setembro a 29 de outubro	22	À Distância
CFF sobre Reforma Trabalhista	13 de novembro a 13 de dezembro	28	À Distância



» **Modalidade Presencial**

**Curso de Formação de Formadores para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - 11 a 14 de setembro de 2017**

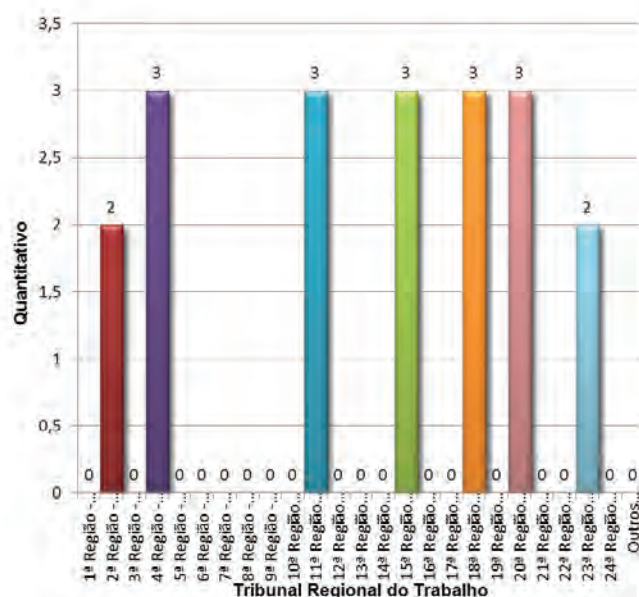
Gráfico 17 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, por Região – ENAMAT



» **Modalidade Semipresencial**

**Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais – Módulo EJUDTRT-SIGEP - 15 a 18 de agosto de 2017**

Gráfico 18 – Alunos inscritos no 1º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT - Módulo EJUDTRT\_SIGEP, por Região – ENAMAT



» **Modalidade de Educação à Distância****Curso de Formação de Formadores sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - 17 de março a 30 de abril de 2017**

Gráfico 19 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica, por Região – ENAMAT

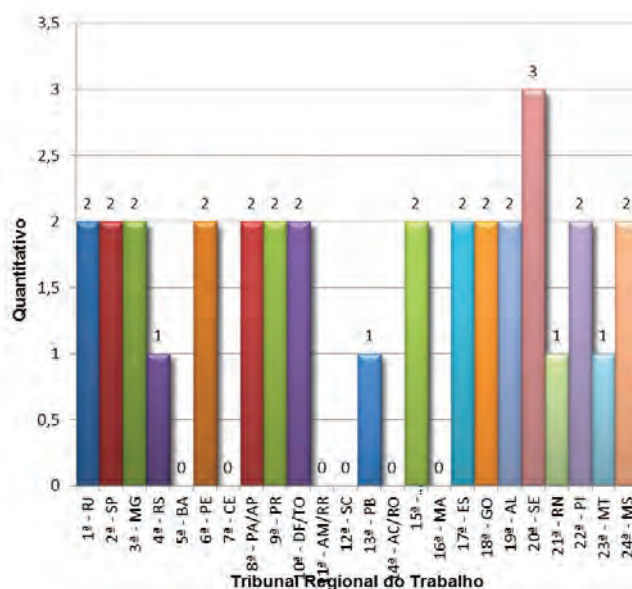
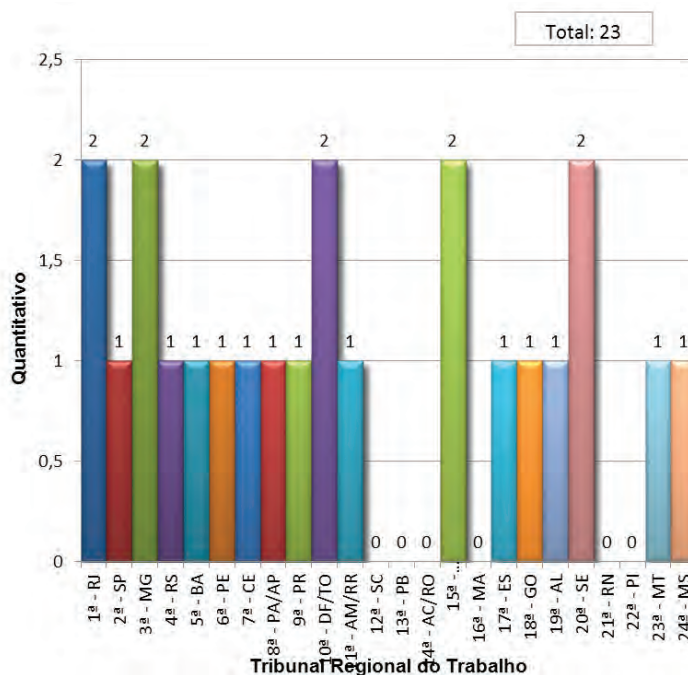
**Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo I - 12 de maio a 25 de junho de 2017**

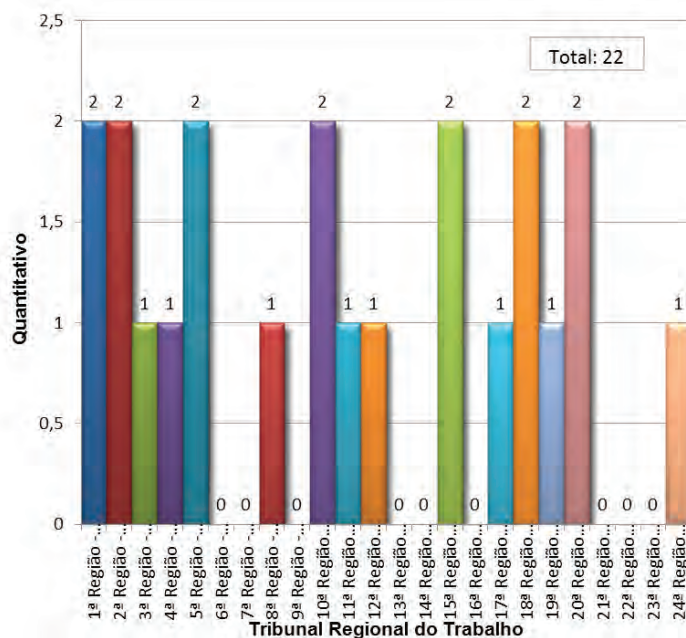
Gráfico 20 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I, por Região – ENAMAT





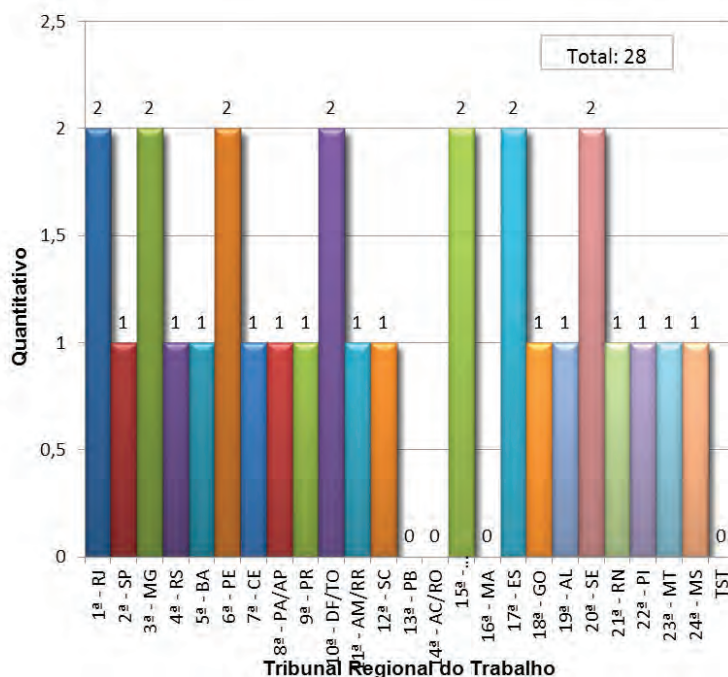
## Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho – Módulo II - 14 de setembro a 29 de outubro de 2017

Gráfico 21 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II, por Região – ENAMAT



## Curso de Formação de Formadores sobre Reforma Trabalhista - 13 de novembro a 13 de dezembro de 2017

Gráfico 22 – Magistrados inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Reforma Trabalhista, por Região – ENAMAT









# Expediente

## Equipe da ENAMAT

Coordenadoria Administrativa  
Denimar Ferreira de Menezes Noronha

## Coordenadoria de Formação

José Valmir Santos Filho  
Fernanda Truite Pereira Lima

## Coordenadoria de Concurso

José Valmir Santos Filho

## Secretária do 1º Concurso Nacional Unificado

Carolina da Silva Ferreira

## Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Celso Moredo Garcia

## Projeto Gráfico e Diagramação Secretaria de Comunicação Social

Carlos Ramos  
Daniel Davini  
Stéfano Pessoa

## Fotos

Aldo Dias  
Fellipe Sampaio

## Servidores

Ben Hur Lopes de Oliveira  
Edson Ribeiro de Souza  
Eugênia Clemente de Oliveira  
Fernanda Truite Pereira Lima  
Iara Carvalho Alves de Oliveira  
Igor Otávio Rodrigues  
Janaina Luciana de Lima Gomes  
Janete Chaves  
Jonas de Jesus Cordeiro da Silva  
Joyce Ataíde de Castro Martins  
Loester Gomes Neto  
Márcia Valéria Silva de Moura  
Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho  
Maria Aparecida de Assis Santos  
Marizaura Augusto da Glória  
Roberto Ayrosa Pereira  
Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

## Secretárias

Josuene Guimarães Soares  
Tatiane Mayara Oliveira Barbosa  
Viviane Maria Pereira dos Santos  
Xandra Renata Coelho

## Garçom

Ronaldo Diniz Souza Júnior

## Colaboradores da ENAMAT

A ENAMAT contou com a valiosa colaboração de servidores de várias unidades do Tribunal Superior do Trabalho para a execução dos cursos de formação.

A Direção da Escola Nacional registra neste Relatório os agradecimentos pela presteza e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

## Unidades

Coordenadoria de Apoio aos Ministros (CAMIN)  
· Divisão de Apoio aos Ministros (DIAA)  
· Seção de Som (SSOM)  
Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG)  
· Reprografia e gráfica  
Coordenadoria de Saúde (CSAUD)  
Coordenadoria de Segurança e Transporte (CSET)





